



Universidade Federal do Pará - UFPA
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo
Curso de Mestrado em Geografia

Sandro Brito Ferreira

A EXPANSÃO DOS ASSENTAMENTOS RESIDENCIAIS NA
ILHA DE MOSQUEIRO: uma particularidade de dispersão urbana no
espaço metropolitano de Belém (PA).

Belém
2012

Sandro Brito Ferreira

**A EXPANSÃO DOS ASSENTAMENTOS RESIDENCIAIS NA
ILHA DE MOSQUEIRO: uma particularidade de dispersão urbana no
espaço metropolitano de Belém (PA).**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPa) para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

Belém
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Ferreira, Sandro Brito

A expansão dos assentamentos residenciais na Ilha do Mosqueiro: uma particularidade de dispersão urbana no espaço metropolitano de Belém (PA) / Sandro Brito Ferreira ; orientador, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. - 2012.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2012.

1. Crescimento urbano - Mosqueiro, Ilha do (PA). 2. Belém, Região Metropolitana de (PA). 3. Regiões metropolitanas. 4. Cidades e vilas. I. Título.

CDD - 22. ed. 307.76098115

Sandro Brito Ferreira

A EXPANSÃO DOS ASSENTAMENTOS RESIDENCIAIS NA
ILHA DE MOSQUEIRO: uma particularidade de dispersão urbana no
espaço metropolitano de Belém (PA).

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA) para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

_____ - Orientador

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima (Examinador Interno)
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dr^a. Ana Claudia Duarte Cardoso (Examinadora Externa)
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal do Pará

Dedico este trabalho aos anônimos, responsáveis em produzir todos os materiais necessários para a elaboração concreta da pesquisa, ou seja, os papéis, o computador, a energia elétrica etc., pois, sem os mesmos, o presente estudo não passaria de uma mera pretensão espiritual. A todos, que com o seu trabalho contribuíram para a elaboração deste objeto sensível, o devido reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela oportunidade que me deram de tornar esta dissertação uma realidade.

Ao professor Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr., orientador deste trabalho, pela atenção, pelo cuidado com cada detalhe, pela paciência, sugestões e contribuições para esta pesquisa. Sem sombra de dúvidas, trata-se de um professor extremamente presente e dedicado com os seus orientandos. Por isso, meus sinceros agradecimentos.

À Marlene, funcionária do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, por sempre estar disponível para resolver os problemas documentais, exigidos para o andamento da pesquisa.

Ao professor Eduardo Brandão, cujas informações valiosas sobre Mosqueiro me permitiram maiores esclarecimentos sobre a área de estudo.

À turma de 2010 do PPGEQ: Elisamar, Amanda, Eliane, Marcos, Flávia, Cyntia, Viviane e Patrícia.

Ao Grupo de Estudos sobre as obras de Marx: Prof. Nahum, Fauzer, Paulo e todos os outros que participaram dele, nossas discussões foram fundamentais.

Aos meus grandes amigos Paulo Roberto da Paixão Jr. e Aníbal Ferro e Silva, dos quais sempre saíram palavras de estímulo.

Aos meus estimados pais, que sempre apoiaram minhas decisões, mesmo que cada um do seu jeito.

À Catiele, minha querida esposa, a quem agradeço pela ajuda nas transcrições das entrevistas.

Aos professores José Júlio e Marco Aurélio Arbage, pela disponibilidade e pelas contribuições quando do exame de qualificação.

A todos meus sinceros agradecimentos.

Com a suburbanização principia um processo, que descentraliza a cidade. Afastado da cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar.

Henri Lefebvre, *A Revolução Urbana*

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE QUADRO	x
LISTA DE MAPAS	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE FOTOS	xiii
LISTA DE TABELAS	xiv
LISTA DE SIGLAS	xvi
INTRODUÇÃO	17
1 COMPREENDENDO A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO PARA ENTENDER O ESPAÇO METROPOLITANO	27
1.1 O CICLO DE ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLA DE CHICAGO.....	28
1.2 O ESPAÇO COMO PRODUTO, CONDIÇÃO E MEIO PARA A (RE)PRODUÇÃO DAS PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS.....	34
1.3 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO: A METRÓPOLE COMO EXEMPLO.....	38
1.3.1 A reprodução ampliada do capital industrial e a desconcentração metropolitana.....	38
1.3.2 A produção capitalista da moradia e o processo de verticalização.....	42
1.4 AS FORÇAS CONTINGENCIAIS NA PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS “ESPONTÂNEOS” DE USO OCASIONAL E A DESCONCENTRAÇÃO URBANA.....	48
2 A EXPANSÃO DA FRONTEIRA E DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NA AMAZÔNIA ORIENTAL	53
2.1 A EXPANSÃO DA FRONTEIRA E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE BELÉM.....	54
2.2 A FRONTEIRA URBANO-IMOBILIÁRIA EM MOVIMENTO E A DESCONCENTRAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS URBANOS.....	65
3 A INSERÇÃO DO DISTRITO ADMINISTRATIVO DE MOSQUEIRO NA DINÂMICA METROPOLITANA DE BELÉM	77
3.1 A CONSTRUÇÃO DA PA-391 E O DISTRITO ADMINISTRATIVO DE MOSQUEIRO.....	78
3.2 A NATUREZA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO RECENTE DE MOSQUEIRO: UMA EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO FRAGMENTADA DA METRÓPOLE.....	91
3.3 MOSQUEIRO: UM NOVO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DOS AGENTES DA DESCONCENTRAÇÃO URBANA.....	101
3.3.1 O mercado imobiliário na produção do circuito inferior da economia urbana.....	101
3.3.2 As organizações populares e suas redes de articulação política.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	134

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar a forma dispersa de Belém, tendo como referência empírica o Distrito Administrativo de Mosqueiro, espaço de lazer, tradicionalmente frequentado pela população da capital paraense. Nesse distrito, os assentamentos urbanos que se destacam em sua paisagem são os residenciais, especialmente os de uso ocasional, as chamadas segundas residências. Estas cresceram numericamente, em virtude do processo de metropolização de Belém, a partir de 1970. Atualmente, entretanto, a dispersão metropolitana de Belém, em uma escala geográfica mais ampla, tem sido decisiva para a incorporação de Mosqueiro como espaço de ação dos grupos sociais excluídos que lutam pela moradia, assim como para que as segundas residências sejam convertidas em moradias de uso permanente. Desse modo, a produção do espaço mosqueirense ocorre, fundamentalmente, em razão da reprodução das relações sociais de produção, sobretudo no que diz respeito à reposição da força de trabalho, por intermédio da conquista de uma moradia.

Palavras-Chave: Metrópole. Reprodução das Relações Sociais de Produção. Dispersão Metropolitana. Assentamentos Urbanos. Belém. Mosqueiro.

ABSTRACT

This study's main objective is to analyze Belém's sprawled shape, taking the Administrative District of Mosqueiro as empirical reference, which is a place for leisure, traditionally attended by the population of the Pará state capital. In this district, the urban settlements that distinguish themselves in the landscape are the residential ones, especially those occasionally used, the so called second residences. Their number increased due to the metropolization process in Belém since 1970. However, nowadays Belém's metropolitan sprawl, on a broader geographic scale, has been decisive in incorporating Mosqueiro as area of action of socially excluded groups that strive for housing as well as for the transformation of those second residences into primary ones. Thereby, the production of space in Mosqueiro occurs basically due to the reproduction of its social relations of production, mostly with regard to the replacement of workforce by the acquisition of housing.

Keywords: Metropolis. Reproduction of Social Relations of Production. Metropolitan Sprawl. Urban Settlements. Belém. Mosqueiro.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Característica dos Dois Circuitos da Economia Urbana em Países Subdesenvolvidos.....	59
Quadro 02 - Pará: conjuntos habitacionais dirigidos pela COHAB e pelo MCMV (1999-2006).....	73
Quadro 03 - Mosqueiro: formação do espaço de lazer.....	79
Quadro 04 - Mosqueiro: ocupações “espontâneas” cadastradas até 1998.....	117
Quadro 05 - Mosqueiro: ocupações e seus respectivos bairros (2008).....	117

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Mosqueiro: localização dentro do município de Belém.....	18
Mapa 02 - Belém: região metropolitana.....	21
Mapa 03 - Belém: principais eixos de expansão.....	24
Mapa 04–Mosqueiro: assentamentos “espontâneos” de uso permanente.....	97
Mapa 05–Mosqueiro: assentamento “espontâneo” Jardim Rosália.....	113
Mapa 06 - Mosqueiro: assentamento “espontâneo” Mártires de Abril.....	114
Mapa 07 - Mosqueiro: assentamento “espontâneo” Dorothy I.....	115
Mapa 08 - Mosqueiro: assentamento “espontâneo” Dorothy II.....	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Belém: limite da primeira légua patrimonial.....	22
Figura 02 – Mosqueiro: crescimento da mancha urbana (1986-2003).....	83
Figura 03 - Modelo de Lundgren (1974) sobre a expansão urbana e as segundas residências.....	93
Figura 04 – Belém: subdivisão por bairros.....	108
Figura 05 – Associação dos Moradores do Assentamento Jardim Rosália.....	113
Figura 06 – Jardim Rosália: rua sem rede de esgoto e pavimentação.....	113
Figura 07 – Associação dos Moradores do Assentamento Mártires de Abril.....	114
Figura 08 – Mártires de Abril: casas inacabadas, rua sem rede esgoto e pavimentação.....	114
Figura 09 – Centro Comunitário da Ocupação Dorothy I.....	115
Figura 10 – Dorothy I: casas inacabadas, ruas sem asfalto e rede de esgoto.....	115
Figura 11 – Associação de Moradores da Ocupação Dorothy II.....	116
Figura 12 – Dorothy II: rua sem revestimento asfáltico e iluminação pública.....	116

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Vista panorâmica da orla oeste de Mosqueiro.....	20
Foto 02 – Residencial “Miriti”.....	74
Foto 03 – Residencial “Reserva Jardins”.....	75
Foto 04 – Residencial “Rio das Pedras”.....	89
Foto 05 –Banco Bradesco.....	89
Foto 06 – Casa Escritório.....	103
Foto 07 – Residência Secundária.....	107
Foto 08 – Residência no Bairro Carananduba.....	107
Fotos 09 e 10 – Superlotação de coletivos.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Brasil: metrópoles e regiões metropolitanas e evolução populacional – 1940/2010 (milhões de habitantes).....	30
Tabela 02 –Belém: produto Interno bruto dos municípios da RMB (2009).....	35
Tabela 03 - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pará: produto interno bruto (2009).....	57
Tabela 04 - Região Norte: concentração da população urbana (1970-2010).....	60
Tabela 05 - Estado do Pará: estoque de empregos formais por setor de atividade.....	63
Tabela 06 - Pará e RMB: população residente (1980-2010).....	70
Tabela 07 - Pará e RMB: variação populacional (1980-2010).....	70
Tabela 08 - Belém: população do município (1960-2010).....	76
Tabela 09 - Belém: variação populacional do município (1960-2010).....	76
Tabela 10 - Belém: estabelecimentos de hospedagem cadastrados e não cadastrados, segundo o Distrito Administrativo (1998).....	81
Tabela 11 - Distrito Administrativo do Mosqueiro: lixo domiciliar, limpeza de vala e varrição ocorrido mensalmente (1993-1995).....	84
Tabela 12 - Mosqueiro: movimentação mensal de passageiros no terminal rodoviário (1992/95).....	85
Tabela 13 - Município de Belém: demonstrativo quantitativo de contribuinte ativo segundo atividade (1994-95).....	86
Tabela 14 - Município de Belém: consumidor de energia elétrica, segundo a localização (1992-99).....	90
Tabela 15 - Distrito de Mosqueiro: população residente (1980-2010).....	93
Tabela 16 - Mosqueiro: população urbana e rural (1996-2010).....	94
Tabela 17 –Belém-Mosqueiro-Belém: passageiros transportados pelo Expresso Beira-Dão LTD (1995).....	95
Tabela 18 - Distrito de Mosqueiro: empresa de ônibus urbano, frotas existentes e quantidade de viagem por dia (1999).....	98
Tabela 19 - Distrito de Mosqueiro: empresa de ônibus urbano, frotas existentes e quantidade de viagem por dia (2005).....	98

Tabela 20 - Distrito de Mosqueiro: empresa de ônibus urbano, frotas existentes e quantidade de viagem por dia (2009).....100

Tabela 21 - Mártires de Abril: origem dos assentados.....125

LISTA DE SIGLAS

ADMOS	Agência Distrital de Mosqueiro
BASA	Banco da Amazônia S.A.
COHAB-PA	Companhia de Habitação do Estado do Pará
DER-PA	Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Pará
FEMECCAM	Federação Metropolitana de Centros Comunitários e de Associação de Moradores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
META	Mosqueiro Empreendimentos e Turismo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTU	Movimento dos Sem Teto Urbano
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PT	Partido dos Trabalhadores
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMs	Regiões Metropolitanas
SEPOF	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
TABA	Transportes Aéreos da Bacia Amazônica

INTRODUÇÃO

Iniciamos afirmando que o nosso objeto de estudo é a dispersão metropolitana, entendida, de forma geral, como produto e condição para a reprodução das relações sociais de produção do capital. O crescimento econômico, portanto, de um País e/ou região não é uma tarefa simplesmente resultante do planejamento do mercado nacional pelo Estado, mas uma necessidade que a lógica estrutural capitalista impõe, em última instância, aos lugares.

Foi concentrando capital em determinados pontos do território que surgiram os espaços metropolitanos. Por quê? Porque isso representou o controle sobre as condições objetivas de realização do trabalho pelos capitalistas. Desse modo, os homens que vivem do trabalho buscaram chegar o mais próximo possível dessas condições, concentrando-se em aglomerados urbanos em busca de uma ocupação, através da venda de sua força de trabalho.

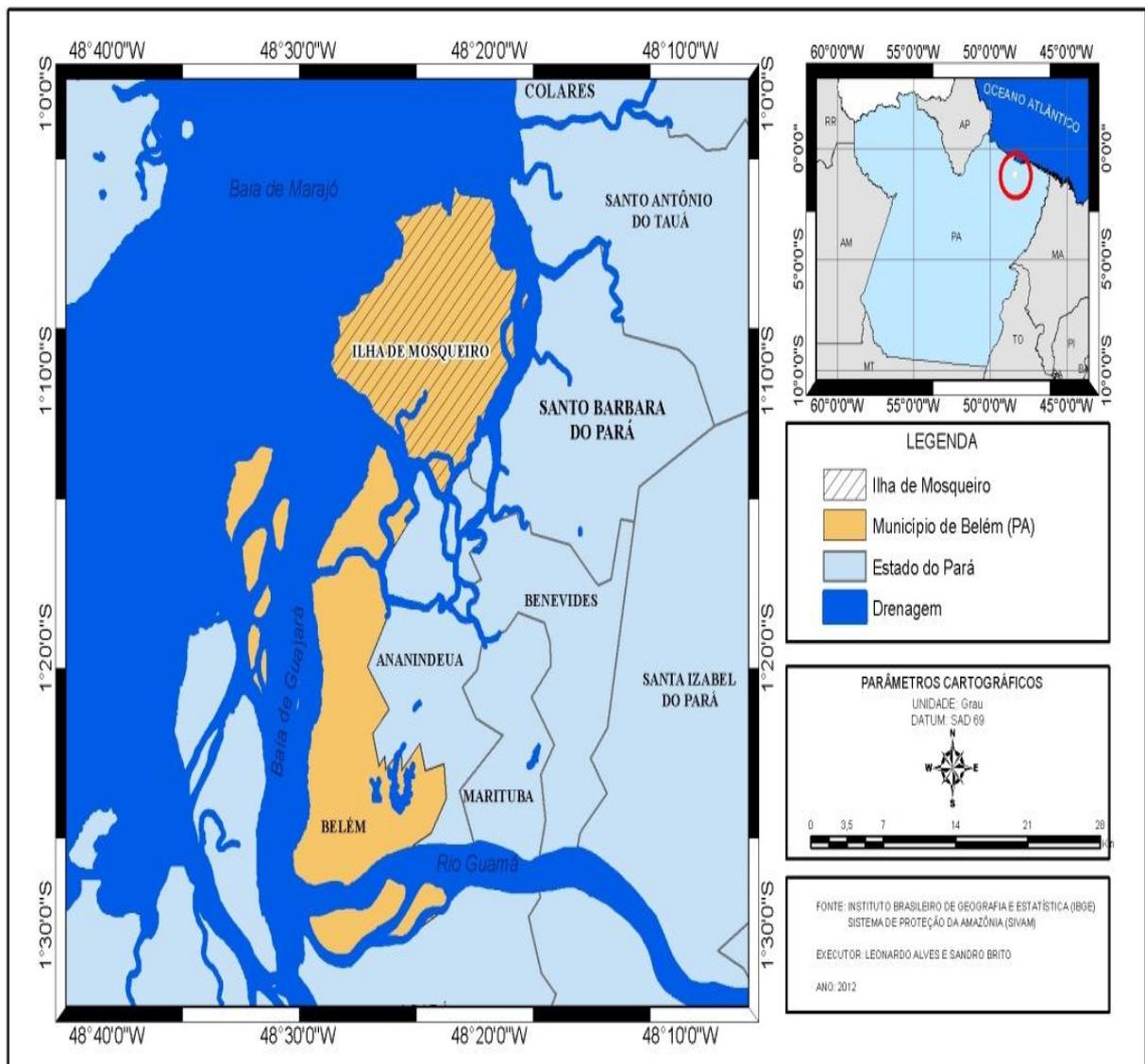
A partir daí, as cidades passaram a constituir uma forma urbana compacta, densa e contínua em seu tecido urbano (CATALÃO, 2008). Por outro lado, em seu estudo sobre a metropolização de Belém, Trindade Jr. (1998) ressalta a importância que a ação do Estado teve para a produção de um tecido urbano descontínuo dessa cidade, que, precisamente, deu-se com a construção de conjuntos residenciais populares, nas áreas periféricas da metrópole em formação. Assim, observou-se a constituição de:

(...) uma oposição relativa da periferia ao centro, com a primeira – formada, em geral, por um conjunto de residências de classes baixas – definindo-se de forma negativa em relação ao segundo – local de residência das classes mais altas, de concentração de bens e serviços de alta qualidade e de empregos (CATALÃO, 2008, p. 6).

Vemos, conforme a citação acima, que o autor não discorre sobre a formação da cidade dispersa polinucleada, a qual corresponde “(...) a um movimento generalizado de crescimento econômico das chamadas cidades externas que compõem o espaço metropolitano” (TRINDADE JR., 2000, p.120). Nessa, a composição social é diversificada em termos de remuneração e de distribuição espacial, de tal modo que isto acaba reforçando o surgimento de atividades econômicas mais modernas nessas áreas de expansão, dando origem aos novos centros urbanos.

A Ilha de Mosqueiro, nosso recorte empírico, é um caso a parte dentro das áreas suburbanas do município de Belém (mapa 01), já que seu tecido urbano residencial era, em boa medida, composto por moradias cujos proprietários não podem ser classificados como de baixa renda. Por que, então, a Ilha não se transformou em um novo centro econômico de bens e serviços que caracterizam os espaços metropolitanos polinucleados?

Mapa 01
Mosqueiro: localização dentro do município de Belém



Fonte: Base Cartográfica do Sistema de Proteção da Amazônia
Projeto Cartográfico: Leonardo Alves

A urbanização de Mosqueiro assume algumas particularidades. À primeira vista, ela não é impulsionada pela migração de pessoas oriundas de áreas rurais da região amazônica, ou, até mesmo, de outras regiões do País. A expansão dos assentamentos residenciais na Ilha se deu graças à edificação de moradias de uso ocasional¹, desde o final do século XIX. Com o processo de metropolização de Belém a partir da década de 1960, as áreas de lazer que se encontravam na zona de expansão da metrópole foram perdendo terreno para as ocupações e para os empreendimentos imobiliários populares tocados pelo Estado e pela iniciativa privada, o que nos conduz a pensar que a procura por Mosqueiro tenha aumentado, de certa forma, ainda mais.

Assim sendo, o caráter cíclico de uso do espaço de Mosqueiro, por intermédio das moradias secundárias, não permitiu que se desenvolvesse um circuito superior da economia urbana na Ilha, constituído por investimentos direcionados às classes de melhor poder aquisitivo. Entretanto, como é possível em outras cidades esse circuito se desenvolver mesmo havendo um uso turístico do lugar? Isto acontece em função dos investimentos imobiliários dirigidos pelo grande capital cujo padrão de serviços turísticos oferecidos deve despertar o desejo de um mercado de consumo em escala nacional e internacional. Com isso, mesmo que o uso individual seja periódico, o número de pessoas com renda excedente que procuram os mesmos garante uma demanda durante o ano todo, embora com mais intensidade nos períodos de férias e/ou feriados prolongados.

Assim, a orla fluvial de Mosqueiro foi se tornando o espaço mais frequentado da população belenense em busca de lazer, sobretudo a chamada orla oeste (RIBEIRO, 2007), local no qual podemos encontrar o pequeno centro comercial e de serviços da Ilha, localizado no bairro da Vila (foto 01). Portanto, convém salientar que é nesta faixa urbanizada que se encontra a maior densidade de moradias de uso ocasional.

Como as residências secundárias, geralmente, encontram-se ao redor das grandes metrópoles, o crescimento destas tende a facilitar o acesso aos espaços de lazer suburbanos, bem como provocar o processo de incorporação desses espaços por novos assentamentos residenciais de uso permanente. Assim

¹ Moradias de uso ocasional é um tipo de alojamento vinculado ao turismo de fins de semana e de temporada de férias. Utilizaremos também os termos assentamentos “espontâneos” de uso ocasional, residências secundárias e segunda habitação com o mesmo significado.

tem acontecido com o espaço metropolitano de Belém, que ganha uma forma institucional em 1973, com a criação das regiões metropolitanas em todo o País. Nesse ano a Região Metropolitana de Belém (RMB) era constituída apenas por dois municípios, Belém e Ananindeua. Atualmente, entretanto, ela é composta por seis municípios (mapa 02).

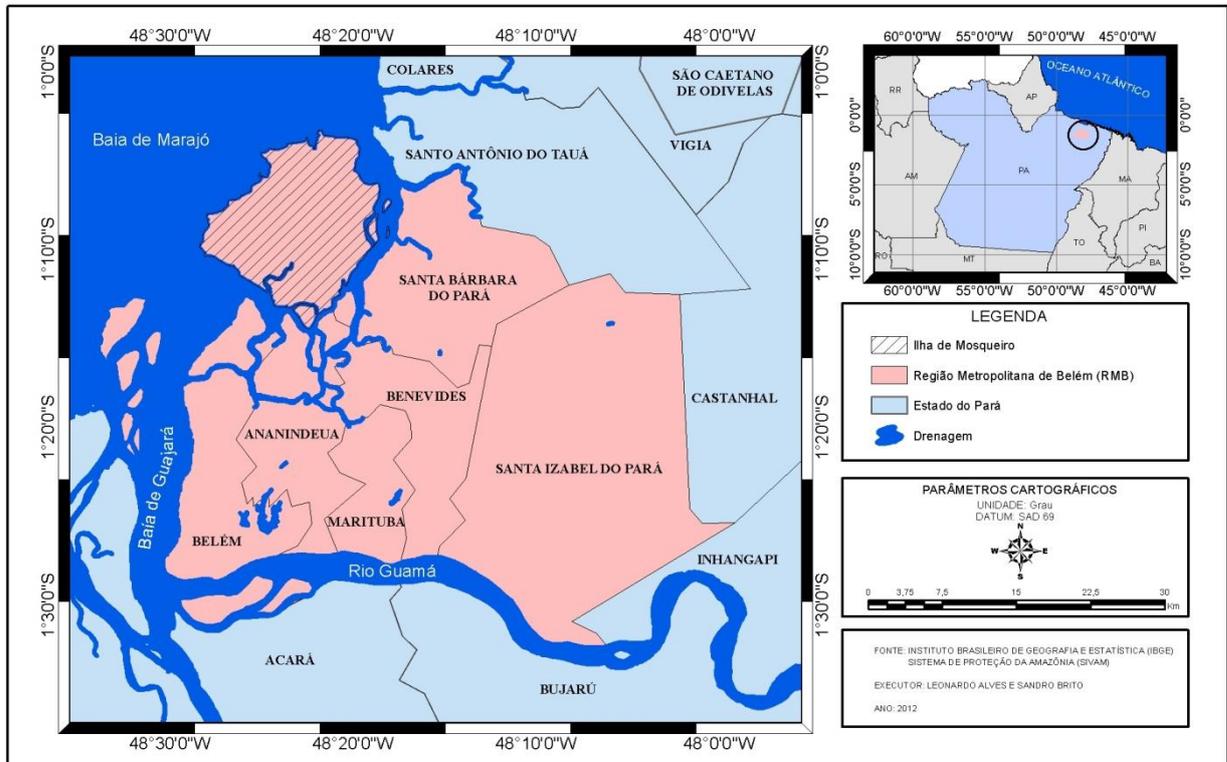


FOTO 01: VISTA PANORÂMICA DA ORLA OESTE DE MOSQUEIRO – A orla oeste da Ilha corresponde ao mais antigo espaço turístico de Mosqueiro. Nela estão os bairros da Vila (centro de pequeno porte), do Farol, do Chapéu Virado, do Aeroporto, do Murubira e do São Francisco (Foto: O liberal, Capa, jun. 2011, p. 1).

O crescimento da área urbano-metropolitana de Belém, como já dito, não tem sido acompanhado do surgimento de novas centralidades econômicas espalhadas pelos municípios formadores da RMB. Isso reforça a tese de Trindade Jr. (1998), segundo a qual a metropolização de Belém acontece por meio da expansão da pobreza urbana em uma escala regional.

Esta pobreza urbana na RMB certamente se traduz nas formas de produção das moradias. Assim, na medida em que nos afastamos do núcleo metropolitano a desigualdade socioespacial se aprofunda e se revela na paisagem através da autoconstrução de moradias precárias que formam as ocupações, denominadas por Trindade Jr. (1998) de assentamentos “espontâneos”.

Mapa 02 Belém: Região Metropolitana



Fonte: Base Cartográfica do Sistema de Proteção da Amazônia
Projeto Cartográfico: Leonardo Alves

O tecido urbano das metrópoles brasileiras, portanto, espraia-se na medida em que crescem as periferias. Tal aumento foi assim ressaltado por Santos (2009):

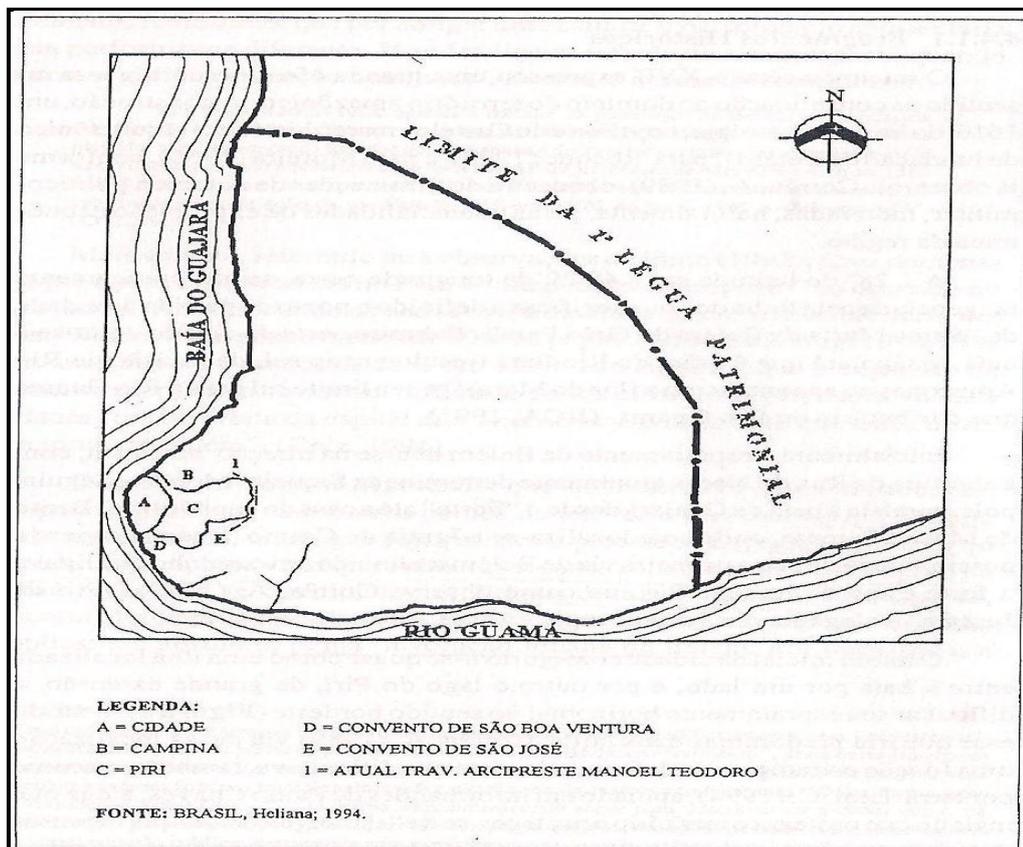
As regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro receberam, entre 1970 e 1980, 9,5 milhões de novos habitantes, dos quais 6,5 milhões de pessoas vão se abrigar na periferia das duas maiores aglomerações brasileiras (SANTOS, 2009, p.54).

Essa periferização metropolitana acontece em virtude do alto preço da terra nas áreas bem dotadas de equipamentos urbanos de uso coletivo e da inserção do solo urbano no circuito de valorização do capital através da produção imobiliária. Com isso, as correntes migratórias que se dirigem para as grandes cidades acabam se alocando nas áreas metropolitanas mais precárias. Nesse

sentido, o *design* disperso das metrópoles brasileiras reflete, em bom grau, a situação de pobreza que aflige uma parcela significativa que se dirige para elas.

No caso de Belém, no dizer de Trindade Jr. (2000), essa área periférica corresponde à chamada Segunda Légua Patrimonial, momento no qual a cidade compacta de Belém, restrita à Primeira Légua, cede espaço para a cidade dispersa (figura 01). Isso só foi possível pela implementação de programas habitacionais populares planejados pelo Estado, pela construção de conjuntos residenciais dirigidos pelo capital imobiliário e pelas moradias precárias das ocupações.

Figura 01
Belém: Limite da Primeira Légua Patrimonial



Fonte: Rodrigues (1996)

Recentemente, entretanto, o capital imobiliário que investe na Primeira Légua Patrimonial (área central) está também investindo na área de expansão da RMB, a exemplo dos municípios de Ananindeua, Marituba e Santa Isabel,

reforçando, com isso, a segregação socioespacial em uma escala espacial mais ampla. Em vista disso, Mosqueiro tem se configurado como um novo espaço de assentamento residencial de uso permanente.

Perante essa situação, estabelecemos as seguintes questões:

a) Como se produz a dispersão dos assentamentos de uso permanente em Mosqueiro, área convencionalmente ocupada por residências secundárias?

b) quais os agentes responsáveis pelas formas de produção da moradia presentes em Mosqueiro?

c) Quais as formas de ação utilizadas pelos agentes responsáveis em transformar Mosqueiro em um novo espaço de assentamentos residenciais de uso permanente?

Essa reflexão sobre Mosqueiro, tendo em vista a sua incorporação à dinâmica de expansão dos assentamentos residenciais de uso permanente, na área de expansão de Belém, ganha algumas especificidades, por tratar-se de um espaço de lazer ocupado, em boa medida, por residências de veraneio, diferente, portanto, do que aconteceu ao longo da rodovia Augusto Montenegro e da BR 316, os dois principais eixos de crescimento das ocupações na RMB (mapa 03).

Destarte, faz sentido o que Villaça (2001) ressalta sobre a ocupação das zonas periféricas despossuídas ou carentes de infraestrutura urbana. Segundo este autor, não se pode atribuir, mecanicamente, a ocupação das franjas do espaço metropolitano às camadas de baixa renda. Isso é ainda mais válido quando consideramos os espaços suburbanos de lazer, apropriados pelas camadas sociais que possuem uma renda excedente para arcar com a construção de uma moradia secundária.

Se considerarmos ainda que a produção dessas residências em Mosqueiro não envolve os agentes responsáveis pela produção genuinamente capitalista da moradia, essas singularidades tornam-se mais expressivas. Um conceito bem abrangente para expressar a associação entre a produção imobiliária e o turismo, pelo capital, nos é apresentado por Silva e Ferreira (2007). Trata-se do “imobiliário-turístico” que considera, com base na região Nordeste do Brasil, o alinhamento do capital financeiro com o setor imobiliário, ambos, é bom que se diga, de origem estrangeira. Neste tipo de produção imobiliária surge uma série de agentes, inclusive administradoras de imóveis que “(...) sublocam a residência em

- Apontar as razões políticas, econômicas e culturais que explicam a opção por Mosqueiro por parte dos agentes produtores dos assentamentos.

O que se pretende demonstrar neste trabalho é que a dispersão da cidade e, mais recentemente, da metrópole de Belém, ocorre por razões outras que não se explicam apenas pela lógica de acumulação do capital. Para tanto, o recorte espacial considerado é Mosqueiro que, embora faça parte da área de expansão do município de Belém, não foi afetada pela ação direta das empresas imobiliárias que atuam nos municípios da RMB e pelas políticas habitacionais do Estado, agentes responsáveis pela expansão da fronteira urbano-imobiliária, isto é, de formas integrais ou não integralmente capitalistas de produção imobiliária.

Dessa maneira, nosso primeiro passo é, no primeiro capítulo, analisar o processo de dispersão metropolitana como uma necessidade colocada na contemporaneidade para a reprodução das relações sociais de produção capitalistas. Com esse propósito, autores como Lefebvre (2010) e Harvey (2005) são fundamentais, pois nos ajudam a entender a importância que a produção social do espaço adquire para a lógica reprodutiva do capital, sem perder de vista, contudo, que o mesmo é também resultado de forças contingenciais responsáveis pela produção de formas de assentamentos “espontâneos”.

No segundo capítulo, examinou-se a expansão da fronteira amazônica como condição para o desenvolvimento do processo de urbanização da região a partir da formação dos dois circuitos da economia urbana, fato que gerou repercussões particulares no processo de desconcentração dos assentamentos urbanos de Belém. Verificou-se, assim, que a produção de seu espaço metropolitano conjugou uma série de ações advindas das práticas de diferentes agentes produtores do espaço urbano, a exemplo dos proprietários fundiários, Estado, grupos sociais excluídos e promotores imobiliários.

Essas ações deram origem a diferentes formas de produção da moradia, ainda não integralmente capitalistas, como as moradias produzidas pelo sistema de cooperativas e pelo Estado. Atualmente, entretanto, percebe-se que o grande capital imobiliário (capital de incorporação) dirige parte de seus investimentos para os principais eixos de expansão da metrópole, outrora considerados não funcionais pelo mesmo. Isso tende a empurrar as camadas populares para regiões mais afastadas das zonas incorporadas pelos promotores imobiliários, condicionando, com isto, a inclusão de Mosqueiro como um novo espaço de ação dos grupos

sociais excluídos. Para esse entendimento, autores como Becker (1998), Santos (1979) e Ribeiro (1997) são indispensáveis, isto porque a primeira trabalha com o conceito de fronteira, o segundo com o conceito de circuitos superior e inferior da economia e o terceiro com as diferentes formas de produção da moradia.

No terceiro e último capítulo, abordamos a produção não capitalista dos espaços de assentamentos residências de uso ocasional em Mosqueiro e as determinações que estão transformando parte desses imóveis em moradias de uso permanente. Por outro lado, a expansão mais intensa dos assentamentos nas áreas mais próximas do núcleo metropolitano vem atribuindo novas particularidades ao processo de urbanização na Ilha cujo entendimento sobre a ação do pequeno corretor imobiliário e dos grupos sociais excluídos torna-se fundamental. Para tanto, além dos dados secundários, foram utilizados procedimentos qualitativos na pesquisa, a exemplo de entrevistas com os dois agentes acima citados.

Com base nessas entrevistas percebemos que, de fato, a fronteira urbano-imobiliária é marcada pela presença de formas de produção de moradias não capitalistas e/ou não integralmente capitalistas. Além do mais, geralmente essas formas antecedem a presença do grande capital imobiliário, sendo, por esta razão, importante sinalizar que elas atuam no sentido de preparar, mesmo que de maneira incipiente, as condições espaciais para o processo de valorização futura da área. Em se tratando das ocupações foram elencados quatro assentamentos, a saber, Mártires de Abril, Dorothy I, Dorothy II e Jardim Rosália, já que, desse modo, pode-se apontar as características do processo de urbanização recente de Mosqueiro com base no crescimento do número de assentamentos “espontâneos”, contemplando, ainda, o intervalo de tempo que vai da década de 1990 até 2010.

Outro aspecto que é imprescindível mencionar é que nos três primeiros assentamentos acima citados foi possível encontrar o desenvolvimento de atividades classificadas como agrárias. O exercício dessa atividade, porém, está longe de garantir a sustentabilidade dos assentados, de modo que os mesmos buscam se inserir, mesmo que informalmente, em ocupações tipicamente urbanas. Cabe mencionar, contudo, que o nosso propósito não é levantar variáveis com o intuito de classificar se este ou aquele assentamento é ou não agrário ou urbano, mas sim, de compreender o processo de dispersão metropolitana de Belém a partir de formas espaciais cuja origem e relação só se explicam pelo contexto espacial metropolitano do qual elas fazem parte.

1 COMPREENDENDO A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO PARA ENTENDER O ESPAÇO METROPOLITANO.

No presente capítulo apresentamos algumas reflexões acerca da produção social do espaço metropolitano, entendendo este como um espaço produzido por forças postas pela necessidade de reprodução da sociedade historicamente determinada. Por esta razão que Lefebvre (2008) afirma que “o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção” (LEFEBVRE, 2008, p.48), a qual envolve, de um lado, a reprodução do capital e, de outro, a reprodução da força de trabalho em um modo de produção específico, que é o capitalista.

É preciso não esquecer, contudo, que não há reprodução das relações sociais de produção sem que haja produção de espaço (fábricas, rodovias, praças, *shoppings centers* etc.). A este respeito, ocorre colocar em evidência, que estas relações sociais e espaciais estão cada vez mais permeadas pela lógica de reprodução do capital, isto é, dominadas cada vez mais pelos imperativos do mercado e/ou da acumulação capitalista, que submetem o uso do espaço aos valores de troca.

Apesar disso, o espaço, particularmente o metropolitano, ainda possui margem para a efetivação de estratégias de sobrevivência e de produção/usufruto do espaço não controladas ou mediadas diretamente pelo capital. Essa é a razão pela qual a metrópole se expande sem que esta expansão seja totalmente conduzida pela valorização capitalista. Sendo assim, uma das tarefas colocadas por esse estudo é de analisar o processo de dispersão metropolitana como produto e condição para a reprodução das relações sociais, econômicas, políticas e culturais, assinalando que, uma dessas relações pode prevalecer sobre a outra.

Por esse caminho admite-se que os assentamentos urbanos², que dão uma forma dispersa às metrópoles, podem ter sido originados em função da ação direta dos agentes capitalistas interessados na produção imobiliária, ou, em virtude da ação de agentes que não têm na produção imobiliária um meio para a

² Os assentamentos urbanos sobre o qual nós nos referimos neste estudo dizem respeito aos residenciais, industriais, comerciais e de serviços.

acumulação de capital, em outras palavras, por forças muito mais contingenciais do que por pressões estruturais ligadas à atuação das empresas capitalistas na promoção imobiliária. Cabe lembrar, contudo, que contingencial não significa que os processos envolvidos estejam alijados de determinações estruturais ligadas ao modo de produção, mas simplesmente entende que estas determinações se dão em outro nível.

Entender a dinâmica metropolitana perpassa, portanto, pela compreensão de como cada agente, que produz e reproduz o espaço metropolitano, movimenta-se para garantir a sua permanência no cenário da metrópole. Para tanto, devemos partir de algumas categorias abstratas que nos auxiliarão no entendimento mais geral sobre a produção do espaço metropolitano, a saber: segregação socioespacial, reprodução das relações sociais de produção, concentração e centralização do capital, espaço socialmente produzido e reestruturação metropolitana.

1.1 O CICLO DE ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLA DE CHICAGO.

Embora a referência teórica basilar da presente pesquisa não seja aquela advinda da Escola de Chicago, este trabalho declara importante considerar algumas proposições sugeridas por esta acerca da produção do espaço da cidade e da dispersão de seu tecido urbano, visto que ela orienta seus estudos dando ênfase aos aspectos contingenciais da produção espacial, além de não ignorar o comportamento individual ou grupal como elemento importante para explicar o aparecimento de assentamentos urbanos.

A estruturação da forma metropolitana, sem dúvida alguma, só pode ser apreendida, em sua totalidade, por intermédio do estudo sobre a organização social da qual ela é originada. Dela derivam, inclusive, as forças fortuitas responsáveis pela conformação da metrópole, dentre as quais ganha destaque a de natureza econômica, expressa pela necessidade da troca monetária como meio necessário ao acesso a determinados atributos do espaço.

Essas forças econômicas produziram um ciclo estruturador do meio ambiente urbano, cujo movimento se daria através da invasão, competição,

sucessão, segregação e acomodação dos grupos sociais em disputa por localização espacial no interior da metrópole.

A dinâmica desse ciclo estruturador resultaria, em boa medida, do crescimento demográfico da metrópole, alavancado pelos fluxos migratórios. Desse modo, com a chegada de um contingente populacional significativo (invasão), espaços outrora não ocupados passam a ser alvo de disputas (competição) entre os novos moradores da metrópole, que ocupariam áreas até então sob o domínio ou não de outros segmentos sociais (invasão-sucessão), até que, finalmente, haveria a acomodação desses grupos, que exprimiria um processo de segregação (redistribuição dos assentamentos) em curso.

Conforme Mckenzie (1974), o resultado da realização desse ciclo é a dispersão do meio ambiente urbano. Gottdiener (1993), a esse respeito, faz o seguinte comentário:

À medida que a população da cidade aumentava, a competição e a divisão do trabalho cada vez mais especializada disparariam dois processos ecológicos adicionais, chamados centralização e descentralização, que eram uma versão funcional do ciclo invasão-sucessão (GOTTDIENER, 1993, p.40).

Os Estados Unidos, por exemplo, experimentou um grande crescimento populacional durante as primeiras décadas do século XX, boa parte em virtude dos fluxos migratórios provenientes de outros países. A cidade de Chicago, a título de modelo, tinha uma população de “(...) 30.000 em 1850, ultrapassou a marca de 2.100.000 em 1910, chegando a quase 3.400.000 em 1930” (FREITAS, 2002, p.43). Ou seja, em apenas 80 anos Chicago cresceu assustadoramente, chegando a apresentar um acréscimo demográfico correspondente a 113 vezes mais que o seu número inicial disposto em 1850. Essa grande concentração demográfica de Chicago é uma das marcas das metrópoles em todo o mundo. No Brasil, esta concentração demográfica pode ser percebida conforme a tabela 01.

A urbanização em curso permite entender a relação entre a distribuição dos assentamentos urbanos e as transformações que estão ocorrendo na organização social do país, no propósito de assinalar que a concorrência é uma das principais marcas do modo de produção capitalista³, sendo o controle sobre o

³ “Um modo de produção, na concepção de Marx, é definido pela maneira como se organiza a produção, especificamente em termos da relação entre os produtores diretos e a classe exploradora”

ambiente construído fundamental para a reprodução do capital e da força de trabalho. Como se pode observar na tabela 01, cerca de 57.043.000 de pessoas moram em regiões metropolitanas. Isto é, aproximadamente um terço da população do País, que é de 190.755.799 (IBGE, 2010), vive nas nove regiões metropolitanas destacadas. Isso, no mínimo, simboliza um processo de dispersão residencial para os municípios periféricos das regiões metropolitanas.

Tabela 01
Brasil: Metrôpoles e Regiões Metropolitanas Brasileiras
Evolução Populacional – 1940/2010 (Milhões de Habitantes)

Região Metropolitana	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Belém	206	255	399	633	999	1.333	1.796	2.101
B. Horizonte	211	353	683	1.235	2.540	3.436	4.358	5.414
Curitiba	142	181	357	484	1.441	2.001	2.727	3.174
Fortaleza	180	270	507	520	1.580	2.269	2.985	3.615
P. Alegre	266	324	635	886	2.231	3.027	3.719	3.958
Recife	348	525	788	1.061	2.347	2.682	3.338	3.690
R. de Janeiro	1.764	2.378	4.862	6.719	9.014	9.815	10.894	11.835
Salvador	290	417	650	1.007	1.767	2.497	3.022	3.573
São Paulo	1.326	2.198	3.602	5.925	12.584	15.445	17.879	19.683
Total	4.733	6.901	12.483	18.470	34.503	42.505	50.718	57.043

Fonte: Adaptado de CAVALCANTE (2011)

Marx (2010) já apontara em pleno século XIX que a concorrência leva irremediavelmente à centralização do capital, bem como à concentração e à

(BOTTOMORE, 1988, p.269). No modo de produção capitalista a produção está fundamentalmente organizada com base nos detentores dos meios de produção (burguesia) e nos detentores da força de trabalho (classe trabalhadora).

dispersão de suas atividades pelo espaço. Para tanto, a organização espacial⁴ ganha importância para que os capitalistas tornem-se mais competitivos, levando-os a escolherem as localizações mais vantajosas para o desenvolvimento de seus negócios. Por isso, a forma espacial ganha reconhecimento para explicar os padrões das atividades humanas, o que significa dizer que o espaço não é visto somente como produto do trabalho dos homens, mas também como um elemento que interfere na ação destes homens.

Entretanto, o comportamento individual ou grupal em torno da realocação dos assentamentos urbanos no interior do espaço metropolitano não pode ser reduzido às forças econômicas ligadas à competição capitalista. Assim, como se explicariam as formas urbanas que surgem como resultado de sobredeterminações⁵ contingenciais, associadas aos aspectos político-culturais não dirigidos (predominantemente) pelo capital?

Há de se admitir, conseqüentemente, que a interação social no/do espaço metropolitano não é mediada somente por categorias econômicas, a exemplo do dinheiro como capital. Ela permite também trocas simbólicas responsáveis pela produção de “(...) entendimentos mútuos e do exercício da liberdade de escolha – que compeliu os indivíduos tanto a cooperar quanto a competir entre si” (GOTTDIENER, 1993, p.38).

Diante disso, é necessário partir das formas dos assentamentos, quer dizer, do seu aspecto aparente, imediato, pois partindo desta imediatividade é possível visualizar a presença maior ou menor do capital na formação desses assentamentos. Como Lefebvre (1979) apropriadamente comenta, a análise da forma é indispensável, pois ela “(...) é um aspecto do conteúdo, um elemento *destacado momentaneamente* desse conteúdo” (LEFEBVRE, 1979, p.83, grifos do autor).

Assim sendo, ao partir das formas dos assentamentos residenciais (conjuntos populares, condomínios exclusivos verticais e horizontais, ocupações “espontâneas” etc.), pode-se depreender do porquê ocorrer uma descontinuidade do

⁴ “É o conjunto de objetos ou formas espaciais criados pelos homens ao longo da História – campos, caminhos, minas, dutos, fábricas, lojas, habitações, templos, cidade, rede urbana etc. – e dispostos sobre a superfície da terra” (CORRÉA, 1995, p.83).

⁵O termo sobredeterminação significa afirmar que dentre as múltiplas causas (econômicas, políticas, culturais, sociais) que explicam determinados fenômenos, uma se sobressai perante a outra.

tecido metropolitano, a ponto da metrópole vivenciar um processo de dispersão de suas formas espaciais em direção à periferia distante.

Chega-se à conclusão de que isso ocorre por conta da valorização de determinadas parcelas do espaço metropolitano, algo que é inerente ao modo de produção capitalista, como veremos no próximo subcapítulo. Tal fato reforça a ideia de que uma das características do espaço metropolitano seja a dispersão do ciclo estruturador do espaço urbano para os municípios que compõem as regiões metropolitanas. Santos (2009), a esse respeito, coloca que “já em 1914, com pouco menos de 500.000 habitantes, a cidade de São Paulo ocupava uma área tão grande quanto a de Paris” (SANTOS, 2009, p.21).

Esse alastramento da metrópole paulista reflete o quanto é forte a prática de compra de imóveis (terras ou habitações) por empresas ou grupos de pessoas que não têm interesse de utilizá-los para fins produtivos. Ao contrário, esperam, ao longo do tempo, um aumento no preço desses imóveis em função das melhorias urbanísticas que esses espaços possam receber através das intervenções governamentais em torno da promoção de infraestrutura urbana. Com isso, a propriedade privada imobiliária como capital é transformada em um meio através do qual é possível angariar algum lucro.

Assim, diferentemente da Escola de Chicago, Lefebvre (2008) não vê a dinâmica desse ciclo estruturador do espaço urbano a partir dos talentos individuais, da busca pela sobrevivência ou da luta pessoal por uma localização mais favorável dentro do contexto socioespacial. Se entendido desta forma, os indivíduos são considerados seres a-estruturais, ou seja, isentos de determinações inerentes ao modo de produção do qual fazem parte⁶. Desse modo, nas palavras de Marx (2011), “(...) as relações *burguesas* são furtivamente contrabandeadas como irrevogáveis leis naturais da sociedade *in abstracto*” (MARX, 2011, p.42, grifos do autor).

De um lado, portanto, admite-se que a produção da metrópole dispersa é permeada por determinações estruturais vinculadas ao modo de produção burguês. Mas, por outro, deve-se acrescentar que essas determinações estruturais são confrontadas pelas ações praticadas pelos agentes sociais que compõem cada

⁶A esse respeito Trindade Jr. (1998) ressalta que a teoria social muitas vezes polariza o par dialético “estrutura e ação”. A consequência disto é que “de uma estrutura sem sujeitos, passou-se à análise de sujeitos liberados de qualquer restrição estrutural (TRINDADE JR., 1998, p.46).

formação econômica metropolitana. Assim, Trindade Jr. (1998), baseado em Gottdiener (1993), ressalta que a forma metropolitana dispersa é derivada das:

(...) ações e redes conjuntas público-privadas em torno do circuito secundário da produção (circuito da produção imobiliária), da luta política dos desiguais em relação ao ambiente sócio-espacial desigual, da especificação da ação de interesses especiais na arena política, mas também da discussão das novas relações sociais que abrangem experiências diárias no ambiente metropolitano contemporâneo (TRINDADE JR., 1998, p.41).

Nesse sentido, ao dar ênfase somente aos aspectos formais e funcionais dos objetos que formam o espaço urbano, a Escola de Chicago negligenciou o entendimento concreto da realidade metropolitana. Uma das consequências sociopolíticas deste viés é posicionar o Estado acima das frações e classes sociais. Logo, suas ações, no tocante à abertura de vias de circulação, de infraestrutura energética e de financiamentos ou incentivos fiscais, foi desconsiderado como um promotor imobiliário importante para a segregação social dos assentamentos em espaços metropolitanos e na reprodução ampliada das classes capitalistas.

Compreende-se, então, que a metrópole, para ser entendida, deve ser estudada em seus aspectos formais e funcionais, em consonância com as forças estruturais (ligadas à organização social), planejadas e contingenciais, que motivaram uma forma espacial particular de uso do espaço. Por este caminho é factível entender que a distribuição dos assentamentos metropolitanos é, em alguns casos, sobredeterminada por ações de indivíduos ou de grupos sociais e, ao mesmo tempo, depressões determinadas pelo caráter mercantil de reprodução ampliada do capital.

Por ora, a preocupação do presente estudo é sublinhar que a forma metropolitana dispersa, derivada dos processos espaciais (invasão-sucessão, segregação social, acomodação), é originada por múltiplas forças estruturais fortuitas, inerentes a cada realidade geográfica.

Por isso, qualquer estudo que não considere a natureza das múltiplas motivações (econômicas, políticas e culturais) que geram as ações dos agentes sociais é incapaz de dar conta da forma metropolitana. Fica estabelecido, portanto, que se deve partir do modo como os homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência, isto é, da reprodução das relações sociais de produção. Estas, quando analisadas como conceitos históricos, dão a verdadeira

especificidade (concretude) às categorias trabalhadas pela Escola de Chicago para explicar o ciclo estruturador do espaço metropolitano. Daí a escolha do referencial teórico pautado na produção social do espaço, a ser discutido no próximo subcapítulo.

1.2 O ESPAÇO COMO PRODUTO, CONDIÇÃO E MEIO PARA A (RE)PRODUÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS.

A teoria da produção social do espaço proposta por Lefebvre (1999, 2008) dá conta de que o espaço não pode ser concebido somente como produto da ação do homem sobre a natureza e da forma organizativa que estes homens criam para se relacionarem entre si, a fim de existirem em sociedade. Nem tampouco deve ser considerado como mero suporte, através do qual é possível realizar alguma prática social. Trata-se, em verdade, de considerá-lo simultaneamente como produto, condição e meio de realização das práticas humanas.

É nesse sentido que se diz que ele reúne os elementos sociais e espaciais necessários para que a produção e a reprodução dos segmentos, grupos e classes sociais possam continuar, cotidianamente, a ocorrer. Como as cidades, especialmente as metrópoles, transformaram-se em espaços de grande concentração demográfica e de riqueza, a oferta de bens e serviços tornou-se necessária à satisfação e à reprodução da sociedade metropolitana. Tomando a Região Metropolitana de Belém como exemplo, percebe-se, de acordo com a tabela 02, que existe uma grande concentração da riqueza sendo produzida pelo município-sede da metrópole, isto é, Belém. Dos 21.145.556 bilhões de reais produzidos pelo conjunto de municípios da RMB em 2009, 78,15% se realizaram na capital paraense.

Contudo, a constituição desse aglomerado funcional tende a se estender por uma área ainda maior, estabelecendo uma relação entre as diversas frações da metrópole em função da cooperação necessária entre elas para o funcionamento de cada uma das atividades ou dos espaços envolvidos. Pode-se ilustrar esse importante aspecto dos espaços metropolitano quando da distribuição de grandes supermercados pelo seu espaço, a qual exige a existência de terminais de transportes, por meio dos quais os funcionários daqueles estabelecimentos se deslocam diariamente de sua moradia para o seu espaço de trabalho. Da mesma

maneira que os transportes coletivos são indispensáveis para os consumidores, pois permitem a estes chegarem até o mercado varejista. Assim, a organização espacial, que reúne esses objetos espaciais, é uma condição obrigatória para que estas práticas possam se reproduzir ao longo do tempo (CORRÊA, 1994).

Tabela 02
Belém: Produto Interno Brutos Municípios(2009)

Municípios	PIB	
	Em milhões de reais	Porcentagem
Belém	16.526.989	78,15%
Ananindeua	3.243.369	15,33%
Marituba	518.739	2,45%
Benevides	519.243	2,45%
Sta. Barbara	59.371	0,28%
Sta. Isabel	277.845	1,31%
Total	21.145.556	100%

Fonte: IBGE (2009)

Organização: Sandro Brito

Pelo exposto até aqui, ao falarmos de reprodução das relações sociais de produção, estamos, em realidade, tratando de um modo de produção específico, que é o capitalista. Nesse modo de produção capitalista, a reprodução do capital tende a se operar de forma simples e ampliada. A primeira se dá quando "(...) toda a mais-valia é consumida pela classe capitalista sem que haja nenhuma acumulação" (BOTTOMORE, 1988, p. 319). Isto é, quando o capitalista gasta totalmente o seu lucro na compra de bens e serviços destinados à satisfação pessoal, ou, em outros termos, apenas para a aquisição de valores de uso.

A reprodução ampliada do capital, por sua vez, obedece ao processo de acumulação de trabalho excedente na forma de lucro e na aplicação de parte desse lucro em mais capital, com o propósito de aumentar a escala de acumulação. Isso exige a compra de mais maquinário, de novas instalações e a contratação de mais força de trabalho. Exige, também, a construção de estradas, redes de energia e água, redes de informação, portos e aeroportos, galpões etc. Logo, compreende-se que a reprodução das relações de produção é igualmente reprodução das relações espaciais de produção.

Como a acumulação de capital está ligada ao tempo consumido para a produção e a circulação de um bem, quanto mais rápidas produção e circulação ocorrerem, maior o número de vezes que o processo é repetido. Isso significa afirmar que quanto menor é o tempo de giro de um determinado capital, maior é o rendimento do capitalista. Nas palavras de Harvey (2005), é justamente por isso que “qualquer redução no tempo de circulação aumenta a produção do excedente e intensifica o processo de acumulação (HARVEY, 2005, p.50).

Assim é que a reestruturação do espaço é uma condição necessária para a reprodução do capital. Neste processo, as frações do espaço mudam seu conteúdo, inclusive assumindo novas funções, a exemplo das funções residenciais, de lazer, de comércio, de serviços etc. Portanto, o ciclo estruturador do meio ambiente urbano, destacado no subcapítulo anterior, está mais ligado a uma lógica de reprodução das relações sociais capitalistas do que propriamente vinculado a uma ordem de natureza puramente individual, e o espaço, do qual deriva, é, ao mesmo tempo, indutor desta lógica, já que por ela é moldado. Assim, a expansão geográfica do ambiente urbano é um produto indispensável para o processo de acumulação (HARVEY, 2005).

Se o espaço é fundamental para a reprodução do capital, ele é também para a reprodução da força de trabalho, na medida em que a espacialidade é formada por serviços imprescindíveis para a recomposição dessa força. Por exemplo, serviços de saúde e educação, ou então, espaços de lazer.

Todavia, quando estes espaços de reprodução da força de trabalho são produzidos e funcionam sob a lógica do capital, o que ocorre é que a satisfação dessas necessidades deve priorizar a acumulação. A consequência disto é que o indivíduo é atomizado, uma vez que ele só é considerado como cidadão na condição de consumidor, neste caso, o consumidor mais-que-perfeito, como diria Santos (1998).

Desse modo, o capital submete não só o trabalho a sua lógica, mas também o cotidiano do homem que vive do trabalho. Com isto, o cotidiano deixa de ser um “(...) espaço-tempo abandonado, não é mais o campo deixado à liberdade e à razão ou à bisbilhotice individuais” (LEFEBVRE, 1991, p.81). No dizer deste mesmo autor:

(...) o cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da regulação voluntária e planificada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção) (LEFEBVRE, 1991, p.82).

A vida cotidiana no mundo moderno é, portanto, resultado e condição para a reprodução ampliada do capital e o espaço, ou melhor, a distribuição dos espaços de produção e de consumo, determinaria não só o modo como se produz e consome, mas o local em que o objeto a ser consumido é encontrado. A escolha da localização deve, portanto, favorecer o objetivo fundamental do capital, que é a produção de mais capital.

É por essa razão que Lefebvre (2008) reserva ao espaço o caráter de força produtiva⁷, ou seja, um elemento estratégico para a reprodução da sociedade conforme os imperativos do capital. Ele percebe uma tendência, que é o controle do capital sobre todos os aspectos da vida social, desde a forma do trabalho, até a educação, saúde, lazer, segurança, habitação, alimentação, vestimenta etc.

É o que ele denominou de sociedade burocrática de consumo dirigido, a qual só é possível numa sociedade em que o trabalho tornou-se hegemonicamente assalariado, “estranhado” (MARX, 2010), alheio a quem produz, pois disso depende a apropriação privada do trabalho excedente (mais-valia) nas mãos das classes capitalistas e a conversão desse excedente em lucro progressivamente ampliado. É esse metabolismo imanente ao capital que possibilita uma empresa acumular dinheiro e, por meio disto, abrir uma nova firma em outra localidade, região ou país.

Esse é um aspecto geral que o autor atribui ao espaço social. Porém, a maneira como esse espaço é produzido pelas distintas formas de organização da vida social é que irá determinar quais são as mediações (meios) que conferem particularidade a cada formação urbana.

Em suma, cada forma, o que inclui a metropolitana, condiciona, pelos meios que possui, a ação dos agentes sociais em movimento e, estes, produzem e reproduzem o espaço a partir de seu uso, conferindo-lhe, assim, concretude geográfica e histórica.

Diante disso, pode-se observar, particularmente nas metrópoles, a realização frequente de novas formas econômicas associadas à reprodução do

⁷ As forças produtivas constituem a soma entre os elementos de trabalho (instrumentos, ferramentas, instalações, terra etc.), os objetos do trabalho (matérias naturais brutas ou modificadas pela ação do trabalho) e a força de trabalho (energia humana) (BRAZ; NETTO, 2011).

grande capital, as quais costumam se basear em novos mecanismos técnicos e financeiros. Por isso que a análise da produção capitalista do espaço requer a metrópole como exemplo, algo a ser mais especificamente discutido no próximo subcapítulo.

1.3 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO: A METRÓPOLE COMO EXEMPLO

A metrópole contemporânea vivencia um processo de reestruturação espacial sem igual. Tal momento se destaca em função de ainda ser um dos endereços dos fluxos migratórios (inter e intra-regional), e também porque é nela que o capital recria novas estratégias de acumulação com o intuito de garantir a sua reprodução. Assim, lugares que outrora possuíam determinadas funções urbanas passam a cumprir outras, a exemplo do que tem acontecido em São Paulo com algumas áreas industriais que estão sucessivamente perdendo plantas fabris. Esta sucessão no uso do solo urbano que denota o processo de reestruturação das unidades de fábricas é, em boa medida, responsável pela desconcentração do tecido urbano da metrópole, na medida em que elas vão incorporando espaços que até então não faziam parte das redes de relações do capital industrial.

Por outro lado, se o capital fabril ganha uma nova dinâmica que contribui para a dispersão da metrópole, é importante lembrar que esta dispersão traduz também o crescimento do capital no setor da produção imobiliária, com a edificação de imóveis, especialmente para fins de moradia. Desse modo, é imperioso falarmos sobre alguns aspectos gerais que sinalizam os pressupostos necessários para que ocorra a incorporação de áreas pela produção industrial e pela produção de moradias.

1.3.1 A reprodução ampliada do capital industrial e a desconcentração metropolitana

Lencioni (1991), reportando-se ao processo de reestruturação da indústria têxtil em São Paulo, afirmou que o contínuo processo de acumulação de capital nas mãos dessas empresas e a necessidade destas de dar continuidade a este movimento fez com que elas buscassem novas áreas, com o intuito de produzirem com menores custos, para, com isto, ampliarem suas taxas de lucro.

Assim, a forma dispersa da metrópole estaria intimamente ligada ao processo de reprodução ampliada do capital, que, ao elevar a sua acumulação a patamares consideráveis, começa a transferir capital, ou, até mesmo, a comprar outros capitais produtivos, de modo tal que ocorre uma concentração do poder de decisão nas mãos de um pequeno número de grandes empresas. Perante isso, Lencioni (1991) observa que:

A configuração da metrópole “deste tempo” - metrópole desconcentrada - significa uma reestruturação do espaço que aponta possibilidades estratégicas para a reprodução ampliada do capital (LENCIONI, 1991, p.65).

Como consequência dessa circulação de capital, vivencia-se hoje a realização de funções urbanas por um conjunto cada vez maior de cidades que se articulam ainda mais, algo que expressa, peremptoriamente, a necessidade de interconexão que a divisão espacial do trabalho impõe para o funcionamento das atividades comerciais, fabris e de serviços. Com isso, as cidades passam a compor verdadeiros espaços metropolitanos polinucleados, cuja característica marcante é a formação de uma rede densa de fluxos de pessoas e de mercadorias entre os vários municípios formadores desse espaço.

Por tal condição, pode-se dizer que a conformação das metrópoles polinucleadas está intimamente ligada, como foi posto acima, a um contínuo e prolongado tempo de acumulação de capital por parte das empresas capitalistas. Deste modo, tomando ainda Lencioni (2008) por base, pode-se intuir que esta fragmentação do espaço metropolitano tem relação direta com a reprodução do capital, a qual assume a forma de concentração e centralização.

Assim sendo, entende-se por concentração o “processo que faz expandir os meios de produção e de trabalhadores, ampliando, assim, a base da acumulação e confundindo-se com ela” (LENCIONI, 2008, p.11), enquanto que a centralização constitui-se um “processo em que frações individuais de capitais se associam, se fundem ou se reagrupam” (LENCIONI, 2008, p.12).

Na concentração subsiste, sem dúvida, a acumulação de capital, que se traduz na abertura de novos negócios pelos capitais individuais. Entretanto, como a concorrência entre os capitalistas supõe a superação de um pelo outro, o que acontece, muitas vezes, é a associação, a fusão ou o reagrupamento entre eles, na

tentativa de se manter em um ambiente de competição constante. A partir disto, estes distintos capitais passam a estar sob o mesmo controle, do que decorre a centralização do capital, de um lado, e a centralização da oferta de bens e serviços por um grupo seletivo de empresas, do outro.

Seja como for, a reprodução ampliada do capital aumenta a escala geográfica de possibilidades de investimentos na esfera produtiva, sendo, por conseguinte, a realocação ou a desconcentração fabril uma das responsáveis pela dispersão metropolitana.

Vê-se, pois, que o capital não atua em todos os fragmentos do espaço metropolitano, até porque “certos aspectos do espaço são funcionais para frações de capital, enquanto outros não o são” (GOTTDIENER, 1993, p.230); de tal maneira que a forma dispersa que ostenta a metrópole pode ou não ser resultado direto da atuação das classes dos capitalistas.

Sendo assim, é possível conjecturarmos que na metrópole há espaços para ações que não são orientadas para fazer do espaço um produtor de valor, de riqueza. Por isso, mesmo que o espaço metropolitano disperso revele a tendência espacial do capital em se espalhar, isso não implica afirmar que este alastramento ocorra movido apenas por esta lógica. Um dos exemplos marcantes dessa observação dentro do espaço metropolitano de Belém é, sem dúvida, Mosqueiro.

No Brasil, a passagem de uma economia agrária para uma economia industrial a partir da segunda guerra mundial (1945), certamente foi, de uma forma ou de outra, grande responsável pelo crescimento urbano do País e pela formação de espaços metropolitanos tendo por base a reprodução das relações sociais de produção capitalistas.

Isso porque se observa que essa redefinição da economia brasileira determinou a saída de um contingente considerável de pessoas do campo em direção às cidades, notadamente em direção às cidades-capitais em busca de empregos.

Como consequência desta concentração da produção de riqueza nas grandes cidades, uma das características comuns entre as metrópoles latino-americanas, em especial, as metrópoles brasileiras, é o crescimento vertiginoso dos bairros periféricos com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana. Assim, os lugares mais valorizados ou com grande potencial de valorização foram formando as áreas centrais dessas futuras metrópoles, enquanto que as de baixo ou nenhum interesse

por parte do capital foram sendo incorporadas pela população de baixa renda, recém chegada.

Pode-se observar, então, particularmente nas metrópoles, a existência de núcleos econômicos, ou seja, áreas nas quais o capital se encontra com maior peso, seja atuando na fabricação de mercadorias, seja atuando na comercialização de bens e serviços. Catalão (2008), como muitos outros, admite que são para esses núcleos:

(...) que as populações residentes na franja periurbana trabalham e consomem, mas em seus locais de residência, (*sic*) enfrentam a precariedade de infra-estrutura, a falta de fluidez na mobilidade, a falta de tempo pessoal disponível à convivibilidade familiar (CATALÃO, 2008, p.38).

Nesse sentido, áreas centrais e áreas periféricas são produzidas por uma mesma lógica, a saber, a (des)valorização de fragmentos do espaço metropolitano por dinâmicas imprimidas pelas ações dos agentes que atuam em cada uma das parcelas espaciais em questão. Com isso, a fragmentação do espaço metropolitano ganha patamares extraordinários. “A segregação dos espaços de moradia, de lazer, as favelas, os condomínios privados, por exemplo, são expressivos testemunhos dessa fragmentação, cada vez mais aguda (LENCIONI, 2011, p.58).

Essa segregação socioespacial é apenas uma amostra de como a precarização no espaço de trabalho, mesmo que este seja com carteira assinada, pode se estender para o espaço da vida (a moradia, a saúde, a circulação, o ensino etc.). Isso demonstra que “(...) o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas apenas o trabalho o é. Se este puder ser executado pela maquinaria ou, mesmo, pela água ou pelo ar, tanto melhor” (MARX, 2011, p.93).

É esta a causa pela qual o capital industrial transfere sua planta fabril de um município, de um estado e/ou de um país a outro, sem que haja, de sua parte, preocupação com o impacto local mais imediato, que é o desemprego e a busca por emprego, pelos novos desempregados, no espaço metropolitano. Damiani (2010) tem razão ao observar que:

(...) há proletarização – destituição dos meios de vida e sobrevivência de sujeitos sociais, que enquanto tais são negados –, sem assegurar a reprodução social na qualidade de operários e moradores do urbano. Compreendendo isso não como uma situação, mas como um processo de

pauperização ou o sentidoimanente do processo; que as metrópoles realizam inclusive de modo transparente (DAMIANI, 2010, p.306).

Nesse sentido, quando não interessa ao capital, até mesmo para trabalhar em condições precárias de remuneração e de trabalho, o indivíduo fica relegado à condição mais precária possível na metrópole. Esta exclusão total das condições objetivas (materiais e instrumentos de trabalho) para o exercício do trabalho condiciona boa parte desta mão de obra a incluir-se no sistema de troca capitalista através da informalidade. Por este motivo é que um número cada vez maior de pessoas encontra-se trabalhando informalmente nas ruas das grandes metrópoles.

Se a desconcentração metropolitana é uma condição indispensável para a reprodução do capital industrial produtor de mercadorias móveis, é verdade também que frações desse capital se especializa cada vez mais na produção imobiliária, notadamente na produção de moradias. É o que veremos no próximo subitem.

1.3.2 A produção capitalista da moradia e o processo de verticalização

De acordo com Farret (1985) o processo de reestruturação do espaço, isto é, de localização e realocação de assentamentos urbanos, configura-se de forma particular a obedecer às condições materiais de produção e de existência de cada realidade metropolitana.

Seguindo uma linha semelhante a essa, Trindade Jr. (1998) ressalta que a reestruturação – neste caso, urbano-metropolitana – está relacionada à redefinição das localizações e do processo de (des)valorização das terras dentro da espacialidade metropolitana, sendo essa redefinição resultante da ação de múltiplos agentes, coligados ou não: Estado, proprietários de terras, movimentos populares, capital de incorporação etc.

Observa-se, ainda, que a valorização do espaço geralmente é medida pela infraestrutura urbana presente no lugar, assim como pela facilidade de acesso ao mesmo. Na medida em que o espaço metropolitano é heterogêneo em termos dessas duas amenidades, temos que o capital imobiliário prefere, naturalmente, aplicar seus investimentos onde esses traços de valorização espacial encontram-se

presentes, mesmo porque os consumidores finais – que são aqueles que irão comprar tais imóveis –, demandam esses atributos conferidos não somente ao imóvel, mas também ao espaço do entorno.

Inegavelmente, então, o Estado assume papel decisivo no processo de valorização do espaço, pois este depende daquele para a dotação de infraestrutura urbana. Por este motivo Topalov (1979) argumenta que:

(...) um capitalista poderá sempre tornar materialmente construtível um terreno, contudo ele não poderia produzir nem o sistema viário que o serviria, nem o conjunto de atividades que compõem as vias deste sistema (TOPALOV, 1979, p. 59).

Aqui se mostram, portanto, dois fatos. Primeiro, a produção capitalista da habitação geralmente está localizada em lugares servidos por equipamentos urbanos de uso coletivo. Segundo, ela destina-se a um público seletivo, bem remunerado e/ou com capacidade de se endividar por um longo período, através do sistema de crédito.

Entretanto, para que a produção capitalista da moradia incorpore áreas extremamente valorizadas dentro do espaço metropolitano é necessário que existam agentes capitalistas capazes de comprar tais terrenos ou imóveis. Nisso subsiste duas dificuldades para o desenvolvimento dessa produção, conforme Topalov (1979) e Ribeiro (1997). Uma que diz respeito ao período de rotação, isto é, ao tempo de produção e, a outra, ao período de circulação de um imóvel habitacional (compra do imóvel).

A primeira exige um longo tempo para a transformação da mercadoria-dinheiro em mercadoria-habitação e, a segunda, condições creditícias para o financiamento, em longo prazo, da moradia, a fim de convertê-la em mercadoria-dinheiro. Esta característica da mercadoria-habitação obriga as empresas a deterem uma reserva volumosa de capital para que elas possam abrir novos empreendimentos, enquanto a circulação (consumo) dos imóveis do primeiro empreendimento se realiza (TOPALOV, 1979).

Se a incorporação de determinadas frações do espaço metropolitano só ocorre mediante a atuação do grande capital, por outro, a ação do Estado é determinante na incorporação de áreas consideradas não funcionais para parcelas do capital imobiliário. Foi assim, por exemplo, que no Brasil foram construídos vários conjuntos residenciais populares ligados ao Plano Nacional de Habitação Popular,

lançado em 1973 (BASTOS, 2012). É evidente, então, que o Estado teve também papel decisivo na desconcentração urbana.

Nas áreas metropolitanas que apresentam fácil acesso aos diversos serviços urbanos – portanto, funcionais ao capital –, a incorporação do imóvel pode apresentar maiores dificuldades, em virtude da ação dos proprietários rentistas, pois para estes o mais importante é manter a posse da propriedade imobiliária, com o objetivo de lhes proporcionar uma renda mensal através do aluguel. Por isso, a substituição (sucessão) da atividade rentista pela produção e venda frequentes de habitações requer um grande volume de capital para a compra desses imóveis, chamado, por isso, de capital de incorporação.

Portanto, conforme Ribeiro (1997), a separação entre o proprietário rentista e o agente da produção capitalista mais desenvolvida de moradia (o capital de incorporação) é uma condição necessária para a reprodução das relações sociais de produção pautada na produção de lucros e não de renda. Graças a essa separação, é possível reproduzir constantemente a relação capital-trabalho na produção capitalista da moradia, permitindo, assim, sucessivas produções de lucro. Marx (2011) já advertia isto, dizendo que “um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo” (MARX, 2011, p.65).

Nas áreas centrais das metrópoles onde existem inúmeras lojas, shoppings centers, serviços educacionais e de saúde, o custo com a incorporação da terra urbana é ainda maior do que nas áreas onde essa complexidade funcional é menor. Por esta razão, a produção imobiliária nas áreas centrais, apoiada na relação entre capital e trabalho assalariado, deve se repetir o maior número de vezes possível, com a finalidade de ampliar o capital investido. Daí que nesses lugares os assentamentos urbanos residenciais assumem a forma verticalizada, uma vez que esta expressa, em realidade, a reprodução da “troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo” (MARX, 2011, p.65).

Com isso, assentamentos que até então tinham sido produzidos de forma doméstica (PEREIRA; RUFINO, 2011), ou seja, pelos próprios proprietários dos imóveis, no intuito de morarem nos mesmos, são pouco a pouco incorporados pelo capital, que substitui, desse modo, esses assentamentos horizontais “espontâneos” pelos assentamentos verticais.

Em síntese, na metrópole atual, produto e condição para a reprodução do capital, o imobiliário torna-se cada vez mais atraente para a acumulação ampliada da riqueza, diminuindo a margem de atuação dos rentistas nas áreas mais suscetíveis à valorização imobiliária. Por conta disso, o espaço metropolitano é convertido, por excelência, em espaço-mercadoria, ou seja, espaço no qual se encontram reunidos os agentes que se empenham em transformá-lo em um bem lucrativo.

De acordo com Trindade Jr. (1998), é a partir da década de 1970 que o processo de verticalização ganha destaque na produção do espaço metropolitano de Belém, iniciando-se no bairro do comércio para depois se espalhar para os bairros de Nazaré, Batista Campos, Reduto e Umarizal; todos em torno do núcleo central da cidade.

Ainda segundo esse autor:

(...) a viabilização da verticalização, entretanto, pressupunha, em grande parte, a ocupação da Segunda Léguas, uma vez que, esgotadas as áreas mais altas no interior da Primeira Léguas, a produção de prédios de apartamentos para a classe média passaria a se deslocar para as áreas de baixadas – até então espaço favelados –, como de fato veio ocorrer posteriormente (TRINDADE JR., 1998, p.117-118).

Sendo assim, a perpetuação do modo capitalista de produção pressupõe a superação⁸ do estado estacionário da reprodução simples do capital (HARVEY, 2005), sublinhado no subcapítulo 1.2, por meio da qual o capital expande suas relações de produção para outras áreas geográficas da metrópole, na forma de assentamentos verticais e horizontais, comumente conhecidos como condomínios exclusivos. Logo, a organização espacial e a expansão geográfica são produtos necessários para o processo de acumulação (HARVEY, 2005).

Com isso, o aglomerado metropolitano acaba assumindo uma forma dispersa. A dispersão, inclusive, deve-se, em bom grau, à organização espacial das vias de circulação densas em espaços metropolitanos, uma vez que os vínculos econômico-mercantis que este tipo de espaço sustenta envolvem relações que passam, de forma imbricada, pelas escalas local, regional e mundial.

⁸Superação aqui não quer dizer eliminação, anulação, mas apenas quer demonstrar que o desenvolvimento do modo de produção capitalista requer um processo de hegemonização do grande capital na vida econômica da metrópole.

Entretanto, se a metrópole é, de um lado, o espaço por excelência da produção de riqueza pelo capital e dos fluxos intensos, por outro, ela é também o da produção de pobreza, evidenciada com a produção de moradias, de forma improvisada, pelos seus próprios proprietários. Desse modo, a dispersão dos assentamentos “espontâneos” precários⁹, bem como a dispersão de condomínios concebidos e edificadas por empresas imobiliárias especializadas constituem parte de um mesmo processo que é a segregação socioespacial.

Souza (1996) explicita que as desigualdades socioespaciais nas metrópoles são definidas por processos espaciais de auto-segregação e de segregação induzida, associados à estrutura sócio-ocupacional da realidade metropolitana considerada.

Com relação ao primeiro conceito, Souza (1996) destaca que este diz respeito à oportunidade de escolha das camadas de médio e alto *status* social em adquirir uma habitação no lugar que por elas seja considerado agradável, enquanto que o segundo consiste na falta de alternativas dos segmentos de *status* social baixo em conseguir um espaço construtível com boa infraestrutura e serviços urbanos.

Mostra-se, portanto, uma conexão entre segregação residencial e a expansão metropolitana, posto que os terrenos próximos às vias de acesso e com rede de esgoto, água encanada e rede de energia são cada vez mais apropriados pela produção capitalista da moradia. Em contradição, os espaços rejeitados pelo capital, geralmente são alvos das ocupações e dos loteamentos irregulares que também pontuam cada vez mais as paisagens das metrópoles, principalmente as metrópoles dos “países subdesenvolvidos”.

O distrito administrativo de Mosqueiro, referência empírica do presente estudo, tem experimentado também um crescimento no número de assentamentos “espontâneos” de uso permanente, observado com o crescimento de sua população de 14.460 em 1980 para 27.896 em 2000, ou seja, 80,4% de incremento demográfico (IBGE, 2000).

⁹Aqui estamos empregando o termo no mesmo sentido de aglomerado subnormal aplicado pelo IBGE e que consiste num conjunto constituído de unidades habitacionais carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010).

Recentemente, por exemplo, o distrito, tradicionalmente frequentado pela população de Belém que nele possui uma casa de veraneio ou segunda residência¹⁰, tem experimentado, a partir da década de 1990, um crescimento significativo no número de ocupações clandestinas, as famosas “invasões”. Um jornal de circulação no Estado, chamado Diário do Pará (2009), dá assim a notícia:

Maior das 35 ilhas que compõem o patrimônio fundiário de Belém e principal pólo turístico da capital paraense, a ilha do Mosqueiro dificilmente conservará por muito tempo esse título. Suas matas, mantidas praticamente intactas durante séculos, estão sendo rapidamente destruídas por invasores que vão tomando conta de tudo (DIÁRIO DO PARÁ, 2009, p. 8).

A pobreza urbana tem sido, portanto, uma característica bastante presente nas metrópoles brasileiras. Nelas, sem sombra de dúvidas, “(...) a relação do trabalho com o capital, ou com as condições objetivas do trabalho como capital pressupõe um processo histórico que dissolve as diversas formas nas quais o trabalhador é um proprietário e o proprietário trabalha” (MARX, 2011, p.91-92).

Marx (2001) trata das repercussões que a divisão social do trabalho ocasionou para o conjunto da classe trabalhadora. Separada dos meios de produção, ela produz e reproduz não com o propósito de atender às suas necessidades, mas para reproduzir o capital. E o imobiliário, a exemplo da moradia, tornou-se uma mercadoria de grande interesse, na atualidade, para as classes capitalistas que têm sob seu controle um grande volume de dinheiro. Lefebvre (2008), dá destaque a esta importância que o capital confere à produção imobiliária ao afirmar que:

Durante muito tempo, o ‘imobiliário’, no capitalismo, só teve uma importância menor. O solo pertencia aos destroços de uma classe vencida, os proprietários fundiários, classe, enquanto tal, de origem feudal. Outrora a construção, ramo de produção inicialmente subordinado, quase artesanal, tinha menos importância que a produção do aço ou do açúcar (em que pese o adágio: quando a construção próspera, tudo vai bem). Ora, a situação desse ‘ramo’ mudou completamente, e não apenas nos grandes países industriais. Para explicar esse fato não basta lembrar os fenômenos gerais de urbanização, a extensão das cidades, os progressos técnicos etc. É preciso mostrar como e por que o capitalismo apossou-se do solo, do espaço (LEFEBVRE, 2008, p.117-118, grifo do autor).

¹⁰“A residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias” (ASSIS, 2003, p.110).

Nesse sentido, a metrópole dispersa deriva, em certa medida, do desenvolvimento da lógica de reprodução do capital, que impõe determinações econômicas para a apropriação do espaço metropolitano, restringindo o direito à cidade aos imperativos do mercado capitalista.

Todavia, como aponta Lefebvre (2001), por mais que o capital tente criar uma espacialidade totalmente coesa, através da apropriação de fragmentos da metrópole, cercados com os mais modernos equipamentos de segurança (condomínios de luxo, shopping centers, parques temáticos etc.), o seu tecido descontínuo é, ao mesmo tempo, resultado de suas próprias contradições, que condicionam formas distintas de uso e apropriação do espaço, seja através da produção de assentamentos “espontâneos” precários na periferia distante da metrópole, seja também, inclusive, com a produção de assentamentos “espontâneos” não precários, a exemplo das residências de uso ocasional, voltados basicamente para o lazer.

Por isso, entender as premissas indispensáveis para que o capital assuma a produção imobiliária é fundamental para apontarmos as condições socioespaciais para que ele não assuma a produção dos assentamentos “espontâneos” de uso ocasional, que, como veremos, são produzidos por forças fortuitas não diretamente associadas à atuação do capital na produção de imóveis.

1.4 AS FORÇAS CONTINGENCIAIS NA PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS “ESPONTÂNEOS” DE USO OCASIONAL E A DESCONCENTRAÇÃO URBANA

Certamente as formas espaciais das metrópoles são consequências de determinações mais gerais, ligadas ao modo de produção capitalista. Entretanto, este ponto de partida é apenas uma abstração quando não consideramos as ações postas pelos agentes locais, visto que são estes que dão sentido ao modo como essas determinações gerais se manifestam em determinadas realidades geográficas.

Gottdiener (1993), a esse respeito, faz uma consideração importante:

Uma segunda característica da produção social de espaço é que ecologistas e marxistas afirmam que os fenômenos geográficos e demográficos são representativos de forças sociais inter-relacionadas e

mutuamente vinculadas. Assim, entende-se o desenvolvimento espacial como ocorresse dentro de algum contexto *social* específico. Embora apóiem esse conceito, alguns economistas políticos marxistas acham que essa matriz significa o contexto global do sistema capitalista mundial. Estruturam sua análise de lugares localizados mostrando o modo pelo qual o espaço foi alterado por fenômenos globais tais como corporação multinacional ou a “nova” divisão internacional do trabalho. Contudo, isso especifica somente o eixo vertical da integração – ignora os tipos de ligações horizontais, muitas vezes de natureza contenciosa, entre grupos, instituições e detentores de recursos que os ecologistas convencionais sempre procuraram analisar (...). Conseqüentemente, uma visão sintética da produção de espaço requer um entendimento integrado tanto da natureza tridimensional da organização sócio-espacial na medida em que desenvolvem ligações hierárquicas com lugares, quanto das relações contextuais ou interativas, como as que promovem a aglomeração. Além disso, esse arranjo tridimensional, a matriz espaço-temporal de atividades sociais que circunda os lugares, implica um entrosamento inter-relacionado de forças culturais, políticas e econômicas (GOTTDIENER, 1993, p.197-198).

Este reconhecimento é de suma importância, porque nos permite compreender a existência de assentamentos urbanos residenciais na periferia distante da cidade antes mesmo, por exemplo, da abertura de rodovias. Ou, então, pertencentes à classe média, mesmo que estes assentamentos não tenham sido produzidos pelos agentes da produção capitalista da moradia, especialmente o capital de incorporação.

Os assentamentos de uso ocasional, destarte, possuem algumas especificidades que explicam o interesse da classe média em possuir uma residência em localidades afastadas da área central da metrópole, nas quais o aglomerado urbano é restrito em termos de bens e serviços. Eis, a seguir, algumas delas.

- a) A disponibilidade de grandes extensões de terras a um preço relativamente barato;
- b) O uso sazonal do imóvel;
- c) O uso do espaço para fins de lazer.

Diferentemente da maioria dos assentamentos de uso permanente, dirigidos pelo capital de incorporação, os proprietários dos assentamentos de uso ocasional demandam um lote de terra maior do que aquele que é comumente utilizado para a edificação de uma moradia para uso permanente. Isso acontece porque há disponibilidade de terras a preços relativamente baratos se comparados às terras localizadas na área central ou próximo dela.

Essas terras, via de regra, localizam-se nas áreas suburbanas das metrópoles, em locais geralmente utilizados para fins de atividades classificadas

como rurais. Desse modo, trata-se de áreas que apresentam distâncias geométricas importantes dos centros de bens e serviços.

Por outro lado, como analisamos no subitem 1.3.2, os assentamentos residenciais que estão próximos das centralidades urbano-metropolitanas possuem uma forma vertical, graças ao alto custo de incorporação da terra e da necessidade de se produzir vários apartamentos para que se permita a reprodução ampliada do capital imobiliário investido. No dizer de Corrêa (1994), esse elevado custo de incorporação imobiliária se deve ao fato de que:

(...) a metrópole oferece, entre outros, bens e serviços de demandas tão distintas como microcomputadores, geladeiras, calçados, artigos de armarinhos e alimentos em conserva; ou então cirurgia plástica, oftalmologista, pediatria e clínico geral (CORRÊA, 1994, p.230).

Por isso, as áreas onde o metro quadrado é mais barato são ocupadas por assentamentos “espontâneos” de uso permanente ligados aos grupos sociais excluídos. Entretanto, é possível a formação de assentamentos residenciais nessas áreas ocupados por frações da sociedade com melhores condições de renda. É com razão, portanto, que Villaça (2001) tenha relativizado a relação entre preço da terra e a composição social que a ocupa:

(...) não é rigorosamente que o preço da terra determina a distribuição social das classes sociais. Ficaríamos um pouco mais próximos (mas ainda não totalmente) da verdade se afirmássemos que os terrenos mais caros são ocupados pelas camadas de alta renda, pois na periferia de metro quadrado barato a alta renda ocupa terrenos grandes ou, em se tratando de condomínios verticais, grandes cotas ideais de terrenos (VILLAÇA, 2001, p.146).

Esta consideração é ainda mais válida quando levamos em conta as segundas residências, visto que estas são um tipo de “alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que tem domicílios permanentes em outro lugar” (TULIK, 2001, p.9). Assim, a natureza ocasional do uso dos imóveis torna menos imperiosa a proximidade com os centros urbanos, ao contrário do que acontece com as residências de uso permanente. Por esta razão, como bem frisou Villaça (2001), o metro quadrado barato da terra não pode ser mecanicamente associado ao seu uso pelas camadas populares.

Sendo assim, a distribuição dispersa dos assentamentos que assumem as metrópoles com base nas residências de uso ocasional, está muito mais ligada

aos aspectos culturais, concernentes a um modo de vida urbano marcado pela fragmentação espacial das atividades humanas comandadas pelo capital, inclusive, em muitos casos, o próprio lazer, do que pela produção genuinamente capitalista do imobiliário nestas áreas suburbanas.

A dispersão do tecido urbano da metrópole com base nas segundas residências em áreas suburbanas tem sido identificada como uma forma de seus proprietários tentarem fugir do tempo rápido que impera numa sociedade metropolitana moderna, bem como uma maneira de exercer essa atividade de maneira muito mais natural. Esta contradição é assim ressaltada por Lefebvre (1999):

O direito à natureza (ao campo e à 'natureza pura') entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo 'concentracionista' das cidades (enquanto que a cidade apodrece e explode) (LEFEBVRE, 1999, p. 107-108, grifos do autor).

Entretanto, essa "espontaneidade" na produção dos assentamentos de uso ocasional só acontece quando o capital imobiliário, principalmente o mais desenvolvido, não está à frente da produção dos espaços de lazer. Em Mosqueiro, por exemplo, a produção das residências secundárias se dá de forma "espontânea". Isso porque a terra não foi ainda valorizada ao ponto de servir como moeda de troca para a acumulação ampliada de capital, através da produção capitalista do imobiliário pelo capital de incorporação. Por isso, ao contrário do que acontece em outras regiões do País, o acesso a ela não se dá por meio do intercâmbio entre agentes capitalistas que atuam na promoção imobiliária. Isso se explica, em boa medida, em virtude do modo como a região amazônica se inseriu na economia nacional, bem como pela forma como esta inserção repercute na realidade belenense e no seu processo singular de metropolização.

Em síntese, a discussão levantada no presente capítulo focalizou as práticas socioespaciais responsáveis pelo ciclo estruturador do espaço urbano-metropolitano, ou seja, responsáveis pela sua dispersão, sinalizando que essas práticas são substantivadas pelas relações sociais de produção ligadas à reprodução do capital na produção industrial e imobiliária, de um lado, e na reprodução da força de trabalho, de outro. A partir disso, buscou-se entender a produção de distintas formas de assentamentos urbanos, sejam os clandestinos, sejam os de uso permanente, organizados pelo Estado ou os de uso ocasional.

Tendo em vista que esses conceitos trabalhados, de forma genérica, podem ser enquadrados nos conceitos de circuito superior e inferior da economia urbana (SANTOS, 1979), é que nós nos propomos a abordar, no segundo capítulo, a expansão da fronteira econômica amazônica, a fim de compreendermos as características específicas do processo de metropolização de Belém, assim como a expansão da fronteira urbano-imobiliária como principal vetor de desconcentração urbana da capital paraense. Na sequência, como resultado dessa expansão geográfica do imobiliário, discutiremos, no terceiro capítulo, o distrito administrativo de Mosqueiro como um espaço em processo de reestruturação.

2 A EXPANSÃO DA FRONTEIRA E DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NA AMAZÔNIA ORIENTAL

A urbanização da região amazônica apresenta algumas particularidades que estão diretamente associadas ao modo como se desenvolveram e se desenvolvem suas relações sociais de produção. O método histórico dialético, portanto, torna-se fundamental, pois ele parte da maneira como os homens se organizam para produzir e reproduzir suas condições materiais de existência, algo que se torna analiticamente possível através do estudo da estrutura social.

Portanto, com base na análise da estrutura social, deve-se identificar os agentes sociais envolvidos na “produção material”¹¹ (MARX, 2011, p.39), o que inclui as classes sociais a qual eles pertencem, “(...) a cidade, o campo, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação” etc. (MARX, 2011, p.54).

No caso amazônico, a expansão das relações sociais de produção capitalistas contou com a participação decisiva do Estado, a partir do momento em que este criou alguns programas econômicos, no intuito de estimular a entrada de capital e os fluxos migratórios para a região. Isso redefiniu a estrutura social regional, com repercussões espaciais importantes, sobretudo no que toca ao processo de urbanização.

Desta maneira, este capítulo se propõe a analisar a expansão da fronteira amazônica como um processo socioespacial que reproduziu condições sócio-políticas e espaciais para o desenvolvimento de um circuito superior e inferior da economia urbana, com fortes traços de mobilidade e precarização da força de trabalho, bem como de concentração espacial da riqueza socialmente produzida.

Em nível metropolitano ocorre uma urbanização concentrada entorno da capital paraense, graças a um aumento no número de instituições governamentais de fomento ao crescimento econômico regional, no município-sede da metrópole em formação, assim como pelos fluxos migratórios com destino a Belém e aos municípios formadores de sua Região Metropolitana.

Essa malha urbanizada e concentrada, que dá origem ao espaço metropolitano, é formada por um conjunto de assentamentos residenciais cuja

¹¹A produção material a respeito da qual se refere Marx (2011) não exclui a produção das ideias. Logo, para este autor, o uso de termos como material e imaterial torna-se dispensável perante o caráter ontológico da indissociabilidade entre uma coisa e outra.

procedência nos remete a existência de distintas mediações sociais, desde aquelas ligadas diretamente ao Estado, com a criação de conjuntos habitacionais populares, passando pelas ocupações, popularmente conhecidas como “invasões” e pelos condomínios de apartamentos produzidos pelo capital imobiliário. Esse amálgama de ações e de espaços produzidos, determinados, de uma forma ou de outra, pelos imperativos do mercado capitalista, adquire algumas particularidades dentro do contexto regional amazônico.

Por isso, entender o modo como se deu, mais recentemente, a inserção da Amazônia na economia nacional torna-se indispensável para compreendermos as especificidades assumidas pelo processo de metropolização de Belém. É neste sentido que propomos discutir no subcapítulo 2.1 a expansão da fronteira amazônica e a sua relação com a formação metropolitana de Belém, para, posteriormente, no subcapítulo 2.2, examinar a ação dos agentes que atuam no sentido de produzirem as distintas formas de assentamentos residenciais na metrópole em questão e o papel que eles desempenham no processo de desconcentração urbana.

Veremos depois de tudo isso, no terceiro capítulo, que essas particularidades que dão significado histórico e geográfico à dispersão metropolitana de Belém vêm reestruturando o uso conferido ao distrito administrativo de Mosqueiro, principal ilha de Belém, uma vez que a mesma está sendo incorporada, cada vez mais, como espaço de residências para uso permanente e, não somente, como espaço de lazer, apoiado, sobretudo, em assentamentos de uso ocasional.

2.1 A EXPANSÃO DA FRONTEIRA E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE BELÉM

A fronteira amazônica sobre a qual se refere Becker (1998) não corresponde aos limites político-administrativos regionais, mas sim ao movimento econômico posto pelo capital nacional e internacional, em virtude da sua necessidade de se reproduzir a partir de uma escala geográfica mais ampla. Este processo, entretanto, não ocorre com base em uma tomada de decisão unilateral. Pelo contrário, o Estado, neste caso, assume papel indispensável, como instituição de apoio técnico-político, ideológico e financeiro aos agentes interessados na apropriação do espaço amazônico para fins econômicos.

Esse processo se opera na região a partir da década de 1960-70 quando o Estado brasileiro lança mão de programas e projetos destinados a estabelecerem o efetivo domínio sobre os recursos naturais, o que implicou no controle sobre o modo como esses recursos deveriam ser explorados e por quem deveriam ser apropriados.

Nas palavras de Becker (1998), a apropriação do espaço regional amazônico pelo capital contou com a ajuda imperiosa do Estado, através da criação do que a autora chamou de “malha programada”:

Esta "malha programada" se concretizou principalmente: a) na extensão de todos os tipos de redes de articulação do território; b) numa estratégia mais seletiva, que atuou não mais na escala macrorregional e sim sub-regional, baseada na implantação de pólos de crescimento, locais privilegiados capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias; c) na implantação de pólos de crescimento, locais privilegiados capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias e d) sobretudo na Amazônia, na criação de novos territórios diretamente geridos por instituições federais e superpostos à divisão político-administrativa vigente (BECKER, 1999, p.30).

Os polos de crescimento definidos pelo Estado não admitiam a ação de pequenas empresas, mas sim de grandes empreendimentos que atuavam, sobretudo no setor de mineração. Assim foi o caso do Programa Grande Carajás (PGC), dentro do qual se tinha o desenvolvimento de vários projetos, a exemplo do Projeto Ferro Carajás, Albrás-Alunorte, Projeto Trombetas etc. Tais empreendimentos requeriam grandes obras de infraestrutura de circulação e energética, havendo, dessa forma, uma apropriação gigantesca de terras, que passaram para o domínio da união, ou para o domínio do capital, associado ou não a ela.

O espaço regional, mais do que nunca, foi transformado em força produtiva para o capital pela organização espacial exigida para o funcionamento da produção. A Amazônia, com isso, é de fato transformada em grande fronteira de recursos, que devem ser controlados e explorados tanto pelo capital nacional, como pelo capital internacional.

Entretanto, essa grande concentração de terras nas mãos de corporações nacionais e multinacionais “(...) sediadas no Sudeste, principalmente em São Paulo e Minas Gerais” (BECKER, 1998, p.26), mais a indisponibilidade de recursos técnicos

e financeiros, tirou a possibilidade de centenas de milhares de trabalhadores, que para a região migraram, de viverem do trabalho na terra. Assim, dependentes da oferta de empregos pelos detentores da terra e do capital, a mão de obra imigrante, ou não, viu-se obrigada a se deslocar frequentemente, pelo espaço regional, em busca de ocupação. A esse respeito, Becker (1998) tira a seguinte conclusão:

A fronteira se organiza com trabalho móvel, isto é, com trabalhadores assalariados (temporários e permanentes) e com pequenos produtores que vendem sua força de trabalho, empregando-se em atividades rurais e urbanas diversas (...). (BECKER, 1998, p.47).

O discurso do pleno emprego, muito utilizado para atrair milhares de imigrantes para trabalharem como mão de obra barata na região, mostrou-se, mais uma vez, uma utopia nos marcos do modo de produção capitalista. O circuito do capital, pela sua natureza, não admite a empregabilidade total, a não ser como um discurso ideológico, até porque a força de trabalho, neste circuito de re-produção do capital, é computada apenas como custo. Por esse motivo que a contratação de um número menor de trabalhadores se torna o ideal de qualquer empresa capitalista.

Como dito no subitem 1.3.1 do primeiro capítulo, o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas apenas o trabalho o é. Esta é, sem dúvida, uma das principais marcas da produção capitalista que precisa tornar o trabalhador “livre” das condições objetivas de realização do trabalho, para que ele venda o seu conhecimento e sua habilidade para a classe dos capitalistas em troca de um salário ou rendimento qualquer.

Quando esse conhecimento e essa habilidade não são mais criados pelos homens que vivem do trabalho, e sim pelo capital, está-se diante de um controle total do trabalho ao capital, denominado por Marx (1985) de subsunção real do trabalho ao capital. Nas palavras deste autor:

(...) na subsunção real ao capital [...] desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo de produção capitalista, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada de produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho (MARX, 1985, p. 105).

Aqui, a produção capitalista ocorre de modo que o capital consegue extrair da força de trabalho a maior quantidade de valor possível, conforme o desenvolvimento das forças produtivas em um determinado momento histórico. Neste caso, o processo de acumulação ampliada torna-se algo efetivo e pressiona para que haja um maior desenvolvimento da ciência e da maquinaria para garantir novos saltos de produtividade do trabalho. Isso reduz, drasticamente, a oferta de empregos. Este perfil da produção e reprodução de capital pelas empresas, entretanto, não é algo generalizado. Poder-se-ia dizer, então, que a subsunção real do trabalho ao capital é mais pertinente ao circuito superior da economia urbana (SANTOS, 1979).

No que se refere ao Estado do Pará, pode-se visualizar o circuito superior da economia em atividades como a mineração, a agricultura intensiva de exportação, serviços modernos, indústria de exportação etc. Estas, contudo, são pouco diversificadas se comparadas aos principais centros econômicos do País, a exemplo de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa diferenciação fica evidente através dos números absolutos referentes ao PIB produzido por cada um desses estados (tabela 03).

Tabela 03

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pará: Produto Interno Bruto (2009)

Estados	PIB	
	Em bilhões de reais	Porcentagem
São Paulo (SP)	542.833	60,99
Rio de Janeiro (RJ)	177.153	19,90
Minas Gerais (MG)	143.701	16,14
Pará (PA)	26.236	2,94
Total	889.923	100

Fonte: IBGE, 2009.

Organização: Sandro Brito

É claro que não se pode concluir que toda a riqueza constitutiva do PIB foi gerada apenas pelo circuito superior da economia, mas esta ressalva vale para todos os estados que compõem a tabela 03. Percebe-se, assim, a grande diferença entre RJ, MG e o PA com relação a São Paulo, fato este que se apresenta de forma

mais acentuada quando comparamos este último com o estado do Pará, o qual corresponde apenas a 26.236 bilhões de reais, enquanto que aquele a 542.833 bilhões. Não é sem motivo, portanto, que em São Paulo encontram-se as melhores condições socioespaciais para a reprodução do capital (estradas, ferrovias, mercado de consumo, instituições financeiras, oferta de serviços especializados etc.), de modo que este se acha presente em vários municípios que formam a região metropolitana paulista, configurando, desta forma, uma metrópole polinucleada.

Essa concentração econômica e urbana de São Paulo deve-se, sem dúvida, ao fato deste Estado ter sido pioneiro no processo de industrialização no País, algo que vai requerer, com o passar do tempo, a incorporação de novos espaços, inclusive pertencentes a outras regiões, a exemplo da região Norte. Desse modo, a urbanização amazônica:

(...) é uma decorrência do processo de industrialização verificado no País, no qual a fronteira econômica se coloca como uma necessidade de busca de recursos que atendam não só a dinâmica econômica mundial, como também a industrialização interna (TRINDADE JR. 1998, p.77).

Apesar dessa exportação de capital ocorrer, em nível regional, não se pode afirmar que em Belém ocorreu um processo de metropolização conduzido, majoritariamente, por atividades industriais. Seu crescimento urbano e econômico foi muito mais dependente do desenvolvimento de atividades ligadas ao setor de serviços e ao comércio, ainda que com predominância do capital variável em relação ao capital constante¹². Desse modo, alguns traços típicos do circuito inferior da economia urbanacaracterizaram o setor comercial e de serviços em Belém, os quais, de maneira genérica, podem ser observados, conforme o quadro 01.

Na Amazônia, como os grandes projetos se apoiavam principalmente na atividade mineradora, o setor que absorvia um grande contingente de força de trabalho era a construção de pontes, ferrovias, portos, instalações prediais, hidrelétricas etc., ou seja, a construção civil, na qual boa parte dos empregados trabalhava sob regime de contratação temporária. Este fato, junto com a grande concentração de terras, explicava a forte mobilidade da força de trabalho na fronteira

¹²O capital constante é constituído pelos meios de produção, ao passo que o capital variável é constituído pela força de trabalho. No circuito superior da economia urbana a tendência é que o primeiro prevaleça perante o segundo, dado o alto volume de capital acumulado ou disponível (por meio do crédito) aos setores econômicos que dele fazem parte.

amazônica, parte da qual passou a se dirigir para as cidades e para os grandes centros urbanos regionais, a exemplo de Manaus e Belém.

Quadro 01
Característica dos Dois Circuitos da Economia Urbana em Países
Subdesenvolvidos

	Circuito superior	Circuito inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Capitais	Importantes	reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (Exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Publicidade	Necessária	Nula
<i>Overhead capital</i>	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Adaptado de SANTOS (1979)

Conforme a tabela 04, desde a década de 1970 já era possível visualizarmos um processo de urbanização em âmbito regional que, segundo Trindade Jr. (1998), é resultado tanto dos fluxos migratórios em direção às cidades, quanto em virtude do desenvolvimento de novas cidades, que passaram, portanto, a dividir, com as capitais, o crescimento demográfico regional.

Tabela 04
Região Norte: Concentração da População Urbana(1970-2010)

ANOS	POP. TOTAL (A)	POP. URBANA(B)	(%) (B/A)	POP. DAS CAPITAIS (C)	(%) (C/B)
1970	3.603.860	1.626.600	45,13	1.235.582	75,96
1980	5.880.268	3.037.150	51,65	2.022.178	66,58
1991	10.030.556	5.922.574	59,05	3.089.460	52,16
2000	12.893.561	9.002.962	69,82	3.891.300	43,22
2010	15.864.454	11.664.509	73,52	4.870.827	41,75

Fonte: Trindade Jr.(1998), Censo demográfico (2000, 2010)
Atualização: Sandro Brito

Percebe-se, assim, que as capitais regionais, de uma maneira geral, e Belém, de forma específica, começa a ter sua importância relativizada frente à inserção da região no mercado nacional e global, produto da implementação da “malha programada” que, dentre outras coisas, reestruturou o espaço de circulação regional até então dependente do uso dos rios. Como destaca Trindade Jr. (1998) ao analisar o impacto causado por esse processo de inserção da Amazônia na economia-mundo:

(...) acompanha essa mesma dinâmica um revigoramento de centros urbanos tradicionais, por força da abertura de novos espaços de circulação, bem como o surgimento de novos núcleos populacionais planejados ou espontâneos, não ribeirinhos, decorrentes da valorização fundiária, dos grandes projetos e da colonização agrícola pública e privada. Esses são fatores que alteram substancialmente a rede urbana até então existente (TRINDADE JR., 1998, p.54).

Não obstante, as capitais regionais, como Belém e Manaus, começaram a experimentar um processo de urbanização concentrada¹³, demonstrando que o crescimento das demais cidades não significou a estagnação destas capitais. Ao contrário, Manaus, por exemplo, foi transformada em polo de montagem de produtos industrializados, por conta de políticas creditícias e de isenção tributária adotadas pelo Estado brasileiro, com o propósito de direcionar a localização de frações do capital para a região amazônica, interessados em investir neste setor da economia, enquanto que em Belém o fomento à atividade industrial esteve muito mais

¹³Conforme Trindade Jr. (1998), entende-se por urbanização concentrada “um intenso crescimento das grandes cidades (...), que nas últimas décadas aglutinaram um percentual significativo da população regional” (TRINDADE JR., 1998, p.53).

associado às fábricas que trabalham com a transformação de produtos naturais regionais.

O baixo desenvolvimento industrial de Belém pode ser constatado com base na quantidade de postos de trabalho que esta atividade dispõe. Em 1994, por exemplo, a Região Metropolitana de Belém detinha cerca de 36.400 trabalhadores ocupando postos na atividade industrial, enquanto que o comércio 118.400 e os serviços 353.300 (TRINDADE JR., 1998). Estes dois últimos juntos são, portanto, responsáveis por 471.700 postos de trabalho no setor terciário da economia.

Esse predomínio do setor terciário se expressa também na geração de empregos. Em 2010, por exemplo, o Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE-PA) divulgou uma pesquisa sobre o crescimento dos empregos formais na RMB, referente ao ano de 2010. Constatou-se que todos os setores da economia cresceram, exceto o setor da agropecuária. O de serviços gerou 10.463 novos empregos e o comercial 7.375. Já a indústria da construção civil, por sua vez, veio logo em seguida, com 5.488 novos postos de trabalho, o terceiro melhor índice.

Além disso, as indústrias instaladas na RMB apresentam baixa modernização tecnológica, ao passo que a quantidade de força de trabalho por ela contratada é considerada volumosa (circuito inferior da economia) se comparada com as indústrias que compõem o circuito superior da economia, ao qual é veiculada, como se vê no quadro 01, à criação de baixa quantidade de empregos.

Cabe registrar ainda que a maioria dos empregos gerados pela atividade fabril na RMB é de baixa remuneração, o que compromete, consideravelmente, a produção dos espaços de reprodução dessa força de trabalho, a exemplo dos assentamentos residenciais, marcados pelas condições socioespaciais precárias. Essa precarização da força de trabalho é um traço do modo de produção capitalista, mesmo naqueles setores onde as forças produtivas encontram-se em um estágio avançado de modernização.

Porém, a condição de espaço econômico subordinado produziu uma espécie de urbanização dependente na Amazônia, cuja característica principal é a concentração espacial de recursos em poucos pontos do território metropolitano (área central), "(...) a fim de que consiga aglomerações urbanas com um mínimo de complexidade, tornando-as comparáveis com as cidades dos países centrais" (TRINDADE JR., 1998, p.81).

Assim, observa-se que a urbanização amazônica combina, de modo particular, formas de produção moderna provenientes de outros países (ou regiões), com a intensa exploração da força de trabalho, além de um alto grau de seletividade espacial dos negócios, sendo, portanto, produto e fator para o desenvolvimento nacional desigual e combinado. Nas palavras de Novack (2008):

(...) o processo de desenvolvimento de determinadas formações sociais acaba por conter em si (por *combinar*) elementos correspondentes a distintas etapas do desenvolvimento de outras formações sociais. Tal fato (a *combinação*) (...) só se faz possível porquanto o ritmo histórico mostra-se diferenciado (*desigual*) no que diz respeito tanto à evolução das várias formações sociais (se comparadas entre si) assim como à evolução das diversas instâncias (economia, tecnologia, cultura, política etc.) no interior de cada uma dessas formações (NOVACK, 2008, p.9, grifos do autor).

No que diz respeito, por exemplo, ao setor comercial e ao setor de serviços do circuito superior e inferior da economia, nota-se que estes estão muito mais concentrados no espaço intrametropolitano, por dependerem da presença de um número considerável de pessoas com capacidade de consumo (VILLAÇA, 2001), daí o desenvolvimento ser desigual. Para este autor, isso é ainda mais válido quando consideramos o circuito superior da economia urbana, pois sua distribuição, pelo espaço, é, em primeira instância, determinada pela presença das classes sociais melhor remuneradas. Desse modo, se uma determinada área era habitada por pessoas de baixa renda e, agora, ela passou a ser habitada por pessoas da classe média (com diferentes gradações), a tendência é que o médio e o grande capital que atuam no setor de serviços e no mercado varejista se dirijam para esta área.

Analisando a tabela 05, vê-se que, em nível estadual, a maioria da população economicamente ativa encontra-se empregada no setor comercial e de serviços, apesar da atividade mineradora ter apresentado o maior aumento em termos de geração de empregos formais frente às outras atividades. Contudo, em termos absolutos, constata-se que em 2009 dos 870.869 empregos criados, 673.673 correspondiam à soma entre o comércio, serviços e administração pública. Em 2010 os três juntos somavam 735.319, dos 951.235 totais.

Pode-se afirmar que boa parte desses empregos é precária do ponto de vista da remuneração, bem como de grau nada desprezível em termos de instabilidade no mercado de trabalho. Tal fato pode ser demonstrado com a

diminuição e o aumento do número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza¹⁴, tanto no Estado do Pará, como na RMB. De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP):

(...) o Pará obteve incremento na população abaixo da linha da pobreza, de 10,88%, o equivalente a mais 237 mil pobres em 2009, em relação ao ano de 2008. Na RMB o incremento foi de 1,32%, 31 mil pobres a mais, no mesmo período. Quanto ao Brasil este manteve a tendência de queda dos anos anteriores, reduzindo o indicador em 3,75%, menos 1,4 milhão de pessoas abaixo da linha da pobreza (IDESP, 2010, p.23).

Tabela 05
Estado do Pará: Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	11.134	14.225	3.091	27,76
Indústria de transformação	86.863	93.451	6.588	7,58
Serviços Industriais de utilidade pública	9.051	7.631	-1.420	-15,69
Construção Civil	51.395	60.633	9.238	17,97
Comércio	158.854	177.125	18.271	11,50
Serviços	189.517	215.579	26.062	13,75
Administração Pública	325.302	342.615	17.313	5,32
Agropecuária, extr. Vegetal, caça e pesca	38.753	39.976	1.223	3,16
Total	870.869	951.235	80.366	9,23

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

Esse incremento deve-se, sobretudo, aos efeitos da crise econômica mundial, que afetou as relações comerciais do Pará dentro e fora do Brasil. Por esse motivo, houve uma redução de sua produção industrial e de suas exportações (IDESP, 2010).

No espaço metropolitano amazônico as relações de produção que envolve capital e trabalho no interior do circuito superior do comércio¹⁵ são ainda mais agudas e apresentam uma contradição irreduzível nos marcos do capital, qual seja, a da precarização da força de trabalho como condição necessária para a

¹⁴Pessoas que convivem em domicílios com renda mensal inferior a ½ salário mínimo *per capita*.

¹⁵ Uma gama de estabelecimentos que vão das grandes lojas, supermercados, e mesmo hipermercados, englobando um número considerável de produtos e uma massa importante de consumidores, até as lojas de produtos da moda, que oferecem um pequeno número de artigos de luxo a uma clientela selecionada (SANTOS, 1979, p.68).

acumulação capitalista e para a modernização das atividades. Entretanto, a estrutura ocupacional metropolitana permite que haja uma distribuição bastante heterogênea da riqueza produzida, de modo que isto acaba implicando no desenvolvimento de diferentes formas de assentamentos.

Nesse sentido, a distribuição espacial do comércio varejista moderno e dos serviços de mesmo nível é determinada pelo movimento das classes sociais solváveis. Logo, quanto maior a quantidade de pessoas de bom poder aquisitivo compondo a população metropolitana, maiores são as chances para que ocorra a desconcentração da produção econômica baseada nessas atividades. Como bem enfatiza Villaça (2001), a (re)distribuição espacial das classes determina a (re)distribuição espacial dos serviços tanto privados como públicos.

Contudo, a dispersão metropolitana de Belém não parece se apoiar, predominantemente, neste dinamismo econômico, que se desdobra através da incorporação de novos espaços, agora incluídos nas redes de fluxos econômicos ampliadas por essas atividades (TRINDADE JR., 1998). Por isso, pode-se mesmo afirmar que essa dispersão reflete muito mais a situação de pobreza que caracteriza os demais municípios da Região Metropolitana de Belém, fato que explica a predominância do circuito inferior da economia nos mesmos (tabela 01). Conforme aponta Santos (1979):

(...) o circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não- capital intensivo, pelos serviços não-modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 1979, p.31).

De qualquer maneira, a constituição de um aglomerado cada vez mais amplo apontou para um processo de metropolização de Belém, distinto, a bem da verdade, do que aconteceu em outras cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nas quais esse processo foi acompanhado pela criação de várias centralidades urbanas. Não obstante, contribuiu para a dispersão de assentamentos industriais na área de expansão de Belém, a criação, pelo governo federal, dos distritos industriais¹⁶, locais nos quais as empresas desfrutariam de

¹⁶Surgiram como meta prevista pelo Plano de Estruturação Metropolitana (PEM) ao final da década de setenta. De acordo com este, o município de Ananindeua e o distrito administrativo de Icoaraci, deveriam transformar-se em pólos de produção industrial em plena área de expansão da metrópole. Entretanto, os efeitos esperados ou não se concretizaram, ou se realizaram apenas parcialmente (TRINDADE JR., 1998, p.107).

incentivos fiscais. Assim, compartilhamos nesta análise da mesma explicação de Souza com respeito às características da formação metropolitana de Belém:

O frágil dinamismo produtivo da base econômica de Belém e a reduzida integração com a estrutura produtiva estadual são também determinados pelo porte relativamente pequeno do mercado local, pela carência de força de trabalho qualificada, pelas deficiências de tecnologia e baixa capacidade de investimentos dos capitais (SOUZA *apud* TRINDADE JR., 1998, p.87).

Essa é a razão pela qual se conclui que a dispersão metropolitana de Belém não se deve, fundamentalmente, ao processo de reprodução ampliada do capital industrial, para o qual a incorporação de novos espaços se torna um elemento indispensável. Nem tampouco, em virtude da desconcentração dos serviços e das atividades comerciais ligadas ao circuito superior da economia, que exigem a presença ou a proximidade com as classes mais abastadas. No dizer de Trindade Jr. (1998), amparado pelas proposições de Gottdiener (1993), é a articulação entre o Estado e os agentes da produção imobiliária, que formam a vanguarda das transformações espaciais e são, por isso, os grandes responsáveis pela dispersão do tecido urbano-metropolitano.

No próximo subcapítulo, portanto, debruçar-nos-emos sobre a produção imobiliária na área de expansão de Belém, tendo em vista que no primeiro momento este incremento imobiliário ocorreu através da produção de imóveis populares, enquanto que hoje, além destes, há também a edificação de condomínios residenciais sob o comando do capital de incorporação que, pelas razões já apontadas no primeiro capítulo, produz imóveis destinados às camadas com melhor poder aquisitivo, o que vai reforçar o processo de valorização espacial da área de expansão.

2.2 A FRONTEIRA URBANO-IMOBILIÁRIA EM MOVIMENTO E A DESCONCENTRAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS URBANOS

Tomando Trindade Jr. (1998) por base, pode-se afirmar que até a década de 1970, o espaço urbano de Belém se encontrava confinado ao que se

convencionou chamar de Primeira Légua Patrimonial¹⁷. Era também nesse espaço que a maioria das ocupações, nomeadas de “espontâneas” por esse mesmo autor, surgiram.

Isso significa dizer que a expansão do capital na fronteira amazônica acabou provocando fluxos migratórios que tiveram como destino a cidade de Belém. Entretanto, estes fluxos tiveram como alvo as áreas de baixadas, consideradas desvalorizadas do ponto de vista do capital imobiliário, apesar de estarem centralmente localizadas. Assim sendo, este acontecimento provocou um maior adensamento imobiliário da área central, agora marcada por inúmeros assentamentos residenciais “espontâneos”.

Na medida em que as terras livres de alagamentos dentro da Primeira Légua foram ficando escassas, criou-se uma pressão sobre as áreas de baixadas ainda não incorporadas pela produção capitalista do imobiliário. Neste momento, as áreas de baixadas transformaram-se no principal foco de atuação dos movimentos populares de luta pela posse e permanência na terra (TRINDADE JR., 1998).

Contudo, com o remanejamento da população das ocupações centralmente localizadas e com a valorização capitalista das terras outrora desvalorizadas, houve um processo contínuo de incorporação das áreas dentro da periferia distante (Segunda Légua Patrimonial) da cidade, pelas ocupações “espontâneas”, sobretudo a partir da década de 1970. Há desse modo, uma realocação dos assentamentos residenciais em âmbito intraurbano, condição necessária para que a produção capitalista da casa (verticalizada) se apossasse cada vez mais das localidades que apresentavam maiores acessibilidades aos serviços e aos estabelecimentos comerciais.

Trindade Jr. (1998) enfatiza essa situação, afirmando que:

(...) a viabilização da verticalização (...), pressupunha, em grande parte, a ocupação da Segunda Légua, uma vez que, esgotadas as áreas mais altas no interior da Primeira Légua, a produção de prédios de apartamentos para a classe média passaria a se deslocar para as áreas de baixadas – até então espaços favelados –, como de fato veio a ocorrer posteriormente (TRINDADE JR., 1998, p.117-118).

É de presumir, com efeito, que a expansão da produção capitalista, dirigida pelo capital de incorporação, na área central, acontece ao mesmo tempo em

¹⁷Para melhor distinção entre primeira e segunda légua patrimonial, consultar a figura 01 na introdução.

que o processo de dispersão dos assentamentos residenciais populares ganha a periferia distante. Quem é, entretanto, esse capital de incorporação? Conforme Ribeiro (1997), a) é aquele que faz do aumento da produtividade do trabalho assalariado o meio pelo qual seu investimento se reproduz ampliadamente, b) é aquele que produz o imóvel não para fins de aluguel, ou seja, não com o propósito de auferir continuamente uma renda, mas sim para a troca definitiva, c) e, por fim, é aquele que possui grande volume de capital, sem o qual seria impossível incorporar terras com elevado preço de mercado, por conta da posição que elas assumem dentro da organização espacial metropolitana.

A formação do capital de incorporação requer, portanto, um processo contínuo de acumulação assentada na reprodução das relações sociais de produção capitalistas. Ele representa, assim, “(...) o momento mais desenvolvido da produção capitalista da moradia” (RIBEIRO, 1997, p.150).

Com o capital disponível em mãos, qual seria, então, o motivo que justificaria a incorporação da terra urbana pelo grande capital? Diríamos, de acordo com Villaça (2001), que o determinante seria o interesse das classes sociais solváveis em morar em tais áreas incorporadas pela promoção imobiliária. Se assim for, o que despertaria os interesses dessas classes? A valorização do espaço, expressa no valor *do* e *no* espaço.

Segundo Costa e Moraes (1993), o primeiro diz respeito aos elementos naturais (praias, ambiente bastante ensolarado, vento agradável, ambiente arborizado, dentre outros) e artificiais (restaurantes, barracas, hotéis, condomínios residenciais, lojas de conveniência) do subespaço. Dessa forma, o valor *do* espaço seria dado pela materialidade de cada lugar, isto é, de suas qualidades, o que lhe confere um valor de uso diferenciado.

O segundo já se refere à ligação do lugar com o seu entorno e com os outros lugares mais distantes, o que pode facilitar ou não a aquisição de bens e serviços – como saúde, casas de festas, hotéis, educação, trabalho etc. –, pelos indivíduos. Isso significa dizer que o valor *no* espaço é dado pela importância que este tem dentro do processo geral de produção e reprodução das classes sociais.

Entretanto, quando se trata de um espaço de lazer frequentado apenas esporadicamente, o interesse por um imóvel para veraneio, por exemplo, não tem como principal determinação o valor *no* espaço, mas sim o valor *do* espaço. Por essa razão, a principal causa para que o capital de incorporação tenha interesse em

construir imóveis para fins de lazer é a demonstração das classes sociais solváveis em dispor de parte de sua renda para a aquisição dos mesmos.

Além disso, faz-se necessário o controle sobre o acesso da terra pelos capitalistas; caso contrário, a produção dos assentamentos, muito provavelmente, ocorrerá de maneira “espontânea”, ou vinculada ao circuito inferior da economia, tão logo se percebe o reduzido capital disponível nas mãos dos agentes que atuam no mercado imobiliário.

O espaço metropolitano é, portanto, heterogêneo e a sua expansão imobiliária se dá através do emprego de diferentes formas de produção habitacional, desde aquelas figuradas como “(...) não integralmente capitalistas: incorporação pública (companhias habitacionais), incorporação semipública (cooperativas), autoconstrução por encomendas com recursos próprios etc” (AZEVEDO, RIBEIRO, 1996, p.14) até as consideradas não mercantis (autoconstrução em terrenos periféricos) (LAGO; RIBEIRO, 1996) e; por fim, pelas capitalistas.

Trindade Jr. (1998) ressalta que a expansão da fronteira urbano-imobiliária¹⁸ de Belém foi a principal responsável pela superação da forma confinada pela forma dispersa da metrópole belenense, tendo servido, em decorrência disso, para que o autor sugerisse três formas de produção de assentamentos residenciais na área de expansão da metrópole: a) assentamentos planejados; b) assentamentos “espontâneos”; c) assentamentos dirigidos.

Essa ordem não é aleatória. Ela demonstra que o capital passa a atuar somente quando as mínimas condições espaciais (estradas, transportes coletivos, iluminação etc.) estão postas. O Estado cumpre, portanto, papel fundamental para este andamento, na medida em que a ele cabe a função de dotar o espaço de amenidades capazes de valorizá-lo. Logo, não é sem razão que os assentamentos planejados (conjuntos residenciais) construídos pelo Estado, na área de expansão, abriram possibilidades para que o capital imobiliário pudesse incorporar as áreas suburbanas das franjas metropolitanas.

Entretanto, se a mínima infraestrutura inaugurada pela abertura dos conjuntos residenciais de financiamento público (assentamentos planejados) atraiu o

¹⁸ Tomando Lavinias e Ribeiro (1991) como referencia, Trindade Jr. (1998) define fronteira urbano-imobiliária como “determinadas frações do espaço urbano nas quais a terra circula sob a égide de uma pluralidade de formas de produção (rentista, sob encomenda do usuário, produção doméstica, pequena incorporação, incorporação pública, etc). É a transição, no tempo e no espaço, da terra valor de uso para a terra valor de troca mediada pelo capital, configurando o processo de transformação social do significado material e simbólico da terra” (TRINDADE JR., 1998, p.39).

capital produtor de imóveis (assentamentos dirigidos), isso não foi diferente com relação aos que buscavam adquirir uma moradia por fora do mercado regular de imóveis, ou seja, através da ocupação de terras públicas e privadas (assentamentos “espontâneos”).

As metrópoles são, assim, espaços de polarização da vida econômico-social. Não é por acaso, portanto, que elas atraem um grande contingente demográfico para si. Entretanto, algumas medidas adotadas pelo Estado em nível regional, acabam gerando implicações que reforçam esta orientação dos fluxos migratórios. A tabela 05 mostra que entre 1980 a 2010 a população do Estado do Pará saltou de 3.403.391 para 7.581.051, o que corresponde a uma diferença de 4.177.660. Já a população da RMB saiu de 917.720 habitantes para 2.101.883, isto é, uma diferença de 1.184.163.

Nota-se na tabela 06 e 07 que no íterim de 1991 a 2000 ocorreu um maior crescimento da RMB do que do Estado do Pará. Isso tem haver com o fim dos subsídios que o Estado brasileiro conferiu à região nos anos anteriores para as empresas que pretendiam investir no espaço regional. Tal fato repercutiu no crescimento da Região Metropolitana de Belém, na medida em que a metrópole passou a ser vista como último bastião de geração de empregos para uma quantidade razoável de mão de obra sem qualquer perspectiva concreta de participação na estrutura produtiva regional. Por outro lado, na década de 2000, esse processo reverteu-se, o que, com certeza, deveu-se ao lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pelo governo federal.

O PAC previu um conjunto de políticas econômicas e dentro do qual se destacam as direcionadas ao setor da construção civil, realizadas em todas as regiões do País. Segue-se daí, portanto, que um montante de capital foi designado para a região amazônica, em especial para o Estado do Pará, no qual alguns empreendimentos estão acontecendo, a exemplo da construção da hidrelétrica de Belo Monte, localizada no Município de Altamira, sul do Pará. Isso explica porque o crescimento populacional da região supera novamente o da metrópole.

Como resultado, os fluxos de mão-de-obra sem estabilidade no emprego dirigiram-se para outras regiões do Estado que não a Região Metropolitana de Belém, fato este que explica o porquê ter havido a desaceleração no ritmo de crescimento da metrópole. Entretanto, desaceleração não corresponde à falta de crescimento, mas apenas crescimento em um ritmo mais lento. Sendo assim, é

factível que continue ocorrendo o crescimento demográfico da RMB, apesar deste crescimento não apresentar o mesmo dinamismo de antes.

Tabela 06
Pará e RMB: População residente (1980-2010)

UNID. ADMINIST.	1980	1991	2000	2010
PARÁ	3.403.391	5.181.570	6.189.550	7.581.051
RMB	971.720	1.301.950	1.794.981	2.101.883

Fonte: Trindade Jr. (1998), Censo demográfico (2000, 2010)
Atualização: Sandro Brito

Tabela 07
Pará e RMB: Variação populacional (1980-2010)

UNID. ADM.	1980/1991		1991/2000		2000/2010	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
PARÁ	1.778.179	52,25	1.007.980	19,45	139.150.1	22,48
RMB	330.230	33,98	493.031	37,86	306.902	17,09

Fonte: Trindade Jr. (1998), Censo demográfico (2000, 2010)
Atualização: Sandro Brito

Este aumento populacional do Estado do Pará seguiu a tendência regional, de acordo com a qual a população urbana aumentava ao ponto de ultrapassar a população rural. No dizer de Becker (1998) “entre 1970 e 1980 a população urbana passou de 37, 7% para 51,8% da população total (BECKER, 1998, p.56). Essa transformação se deveu, em bom grau, a uma das especificidades da fronteira amazônica que, segundo a mesma autora, já nasce urbana, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo.

Esta característica da fronteira amazônica torna-se mais latente a partir do final da década de 1970, quando o governo federal retira seu apoio ao pequeno e médio produtor rural e centra seus esforços na viabilização de condições espaciais (energéticas, circulação, apoio técnico etc.) para a entrada do grande capital na região. Assim, a falta de assistência técnica e financeira aos colonos os obriga a buscarem outras oportunidades de ocupação, seja nos grandes projetos mineralógicos, seja nos projetos agropecuários.

Becker (1998) narra da seguinte forma este fato:

Com a crise do final da década de 1970 (...) multiplicam-se rapidamente os assentamentos, sem assistência aos colonos, como vem ocorrendo desde os fins da década de 1970 e o início de 1980 (...) (BECKER, 1998, p.33).

A condição de precariedade da maioria da mão de obra presente no espaço amazônico ditará em boa medida a dispersão do espaço metropolitano de Belém, marcado pela multiplicação de assentamentos “espontâneos”, sobretudo na área de expansão da metrópole. Nos anos 2000, entretanto, esta área, até então considerada apenas como lócus de empreendimentos imobiliários populares (assentamentos planejados e dirigidos) e de “invasões”, vem sofrendo um processo de valorização imobiliária, em função de um novo contexto no qual, mais uma vez, o Estado cumpre papel fundamental para o desenvolvimento da produção imobiliária capitalista, com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)¹⁹. Assim, no dizer de Bastos (2012):

(...) o novo programa habitacional atua no sentido de ampliar as possibilidades para que o ambiente construído nas cidades brasileiras sirva ao mesmo tempo como um dreno para o investimento do excedente de capital e como um pacote de valores de uso que estimulam a produção e a acumulação (BASTOS, 2012, p.62-63).

Segundo revela o quadro 01, temos uma série de assentamentos planejados distribuídos pelo Estado do Pará, embora a grande maioria se concentre na área de expansão da metrópole. Essa tendência parece dar razão ao que Trindade Jr. (1998) já assinalava tendo como referência o período que vai de 1965 a 1990, quando este autor constata que das 22.830 habitações produzidas pela COHAB-PA, 77,13% encontrava-se no Município de Ananindeua. Como Trindade Jr. (1998) evidenciou cuidadosamente, o:

(...) início do processo mais intenso de ocupação das áreas suburbanas do espaço metropolitano de Belém, deu-se com a produção de conjuntos habitacionais voltados para atender à população de baixa renda, através da COHAB-PA (TRINDADE JR., 1998, p.163).

¹⁹O Programa Minha Casa Minha Vida foi instituído pela Medida Provisória 459/09. Com ele, o Estado brasileiro ampliou as linhas de crédito e subsídios para o consumo de habitação produzida pelo circuito imobiliário privado, contemplando famílias com diferentes níveis de renda, desde as de até 03 salários mínimos, passando pelas de 03 a 06 e as de 06 a 10 (BASTOS, 2012).

Por qual motivo, então, Mosqueiro não foi incluído pelos programas habitacionais do Estado se o distrito encontra-se na área de expansão da metrópole?

Até hoje o Plano Diretor Urbano do município de Belém (PMB, 2008) atribui a condição de espaço de recreação e de lazer para o distrito administrativo de Mosqueiro, ao invés de levar também em consideração, o fato de que, nos últimos tempos, o distrito de Mosqueiro esteja sendo foco de ação dos grupos sociais excluídos que lutam pelo direito a terra e à moradia.

Não resta dúvida, entretanto, de que são nas áreas mais valorizadas dos municípios da RMB que a reprodução capitalista do imobiliário residencial concentrar-se-á, até porque são nelas que os quadros da classe trabalhadora, da burocracia estatal e da classe empresarial, com condições financeiras para custear a compra de imóveis oferecidos pela produção capitalista, têm maior interesse em morar. Portanto, na RMB, os lugares onde este capital tem se mostrado bastante presente, concentram-se, notadamente, no entorno dos principais eixos de circulação da área de expansão da metrópole, isto é, o eixo da rodovia Augusto Montenegro e o eixo da BR-316. O mapa 01, na página seguinte, mostra, dentre outras vias, as duas acima mencionadas.

Isto comprova a tese de que a fronteira urbano-imobiliária é um momento de transição entre a terra valor de uso e a terra valor de troca, sendo este determinado pela atuação do capital de incorporação. Com isso, a propriedade privada da terra deixa de ter apenas um caráter formal para ser transformada em propriedade privada como capital.

Trata-se, então, de afirmar que a propriedade privada da terra, como capital, pressupõe o emprego de capital e de trabalho assalariado sobre a mesma. Neste sentido, os assentamentos verticais dirigidos pelo capital de incorporação, na área de expansão da metrópole belenense, sintetizam essa tríade, já destacada por Trindade Jr. (1998):

Através da forma trinitária – terra, trabalho e capital – K. Marx (1983) aponta elementos interessantes para a compreensão dessa temática. No processo de transformação da terra valor de uso em terra-capital, valor de troca, está em jogo o espaço como mercadoria, ou espaço abstrato nos termos usados por H. Lefebvre (1974). Nessa transmutação, cada elemento da forma trinitária representa momentos que viabilizam a realização e a valorização do capital (TRINDADE JR., 1998, p.158).

Quadro 02

Pará: Conjuntos Habitacionais dirigidos pela COHAB e pelo MCMV*(1999-2006)

CONJUNTOS	ENTREGA	CONSTRUTORA	LOCALIZAÇÃO
Canarinho	22/01/2001	DECOL	Rod. Aug. Montenegro (1)
Ariri Bolonha	31/12/2001	CIMCOL	Rua Sideral (1)
Paracuri II	31/12/2001	MAUÁ JUNIOR	Icoaraci (1)
Roraima-Amapá	01/09/1999	S.S.M	Ananindeua (2)
Sabiá	31/12/2001	-----	Ananindeua (2)
Uirapurú	02/04/2005	-----	Ananindeua (2)
Beija Flor	02/04/2005	-----	Marituba (2)
Simão Abraão Jatene	30/03/2004	-----	Castanhal
Helena Neves Coutinho	31/08/2003	-----	Estrada do Tenoné (1)
Paulo Fonteles II(MCMV)	-----	Atan Engenharia	Ananindeua (2)
Paracuri I	-----	-----	Icoaraci (1)
Cruzeiro	30/12/2002	-----	Conceição do Araguaia
Jardim dos Tucanos	03/08/2006	Consórcio Alca	Marituba (2)
Jardim Albatroz I	04/08/2006	Consórcio Alca	Marituba (2)
Jardim Albatroz II(MCMV)	04/08/2006	Consórcio Alca	Marituba (2)
Jardim dos Juritis(MCMV)	09/09/2006	Consórcop	Benevides (2)
Parq. dos Eucaliptos(MCMV)	-----	-----	Marituba (2)
Jard.das Andorinhas(MCMV)	04/08/2006	Consórcio Alca	Santa Bárbara
Jardim dos Tangarás	01/09/2006	Consórcio Tangarás	Castanhal
Jardim das Garças	04/08/2006	Laje Construções	Santa Isabel do Pará (2)
Teotônio Vilela II	15/08/2004	COPLAN	Belém (sem especificação)
Anísio Teixeira I	29/12/2004	ATAN	Rod. Aug. Montenegro (1)
Plácido de Castro	29/12/2004	ATAN	Santarém
Rio Tapajós	-----	ATAN	Santarém
Paulo Fonteles I	-----	Estrutura	Ananindeua (2)
José Homobono I	-----	SOERGA	Rod. Aug. Montenegro (1)
Aloysio Chaves	30/08/2003	ATAN	Bernardo Saião (1)
Jaçanã	20/10/1999	HABITARE	Nova Marambaia (1)
Mario Covas I	30/08/2003	LAJE	Rod. Mario Covas (1)
Geraldo Veloso	-----	Estrutura	Marabá
Dra. Maria Laise Lima	30/06/2005	ATAN	Castanhal
Mario Covas II	30/11/2004	Estrutura	Rod. Mario Covas (1)
Jardim dos Guarás	21/02/2002	SENGE	Belém (sem especificação)
José Homobono II	25/10/2005	MAPE Engenharia	-----

Fonte: Elaborado com base na COHAB-PA (2010)

Org.: Sandro Brito

(1) Belém (Área de Expansão)

(2) Área de Expansão (BR-316)

*MCMV: Minha Casa Minha Vida

Obs: os tracejados indicam a falta de informações no documento disponibilizado pela COHAB-PA.

O avanço da produção capitalista de mercadorias, inclusive a habitação, exige o desenvolvimento da divisão social do trabalho entre os capitalistas. Marx, já nos manuscritos de Paris de 1884, observa que uma das características gerais do modo de produção capitalista é o aumento da divisão do trabalho, que não somente potencializa a produtividade do trabalho, como também acentua a atividade comercial, ou seja, a troca entre os capitalistas e entre os capitalistas e os não capitalistas. Assim, nessas áreas mais valorizadas, o controle sobre a terra urbana

se dá pelo capital, com o objetivo de reproduzir as relações sociais de produção capitalistas e, deste modo, ampliar o capital inicial investido.

Entretanto, se até a década de 1980 os assentamentos dirigidos na área de expansão eram construídos notadamente pelo pequeno e médio capital de incorporação (TRINDADE JR., 1998), atualmente percebe-se a presença do grande capital imobiliário nesses vetores, sendo, por isso, um indicativo de que o circuito superior da produção imobiliária vem, cada vez mais, transcendendo os limites da Primeira Léngua Patrimonial. A título de exemplo, no Município de Marituba e de Ananindeua – ambos cortados pela BR-316 – estão sendo construídos empreendimentos imobiliários com um grau de sofisticação raramente vistos na área de expansão da RMB. As fotos 01 e 02 mostram, respectivamente, duas iniciativas do grande capital de incorporação nesses municípios.



Foto 01: Residencial Miriti – Trata-se de um assentamento dirigido pelo grande capital e demarca um novo momento da dispersão metropolitana de Belém, no qual a empresa imobiliária – Marko Engenharia – que investe na área central da metrópole está também presente em sua área de expansão. Isso confere um grau diferenciado de sofisticação ao empreendimento. Neste caso, os serviços de transportes disponíveis são o rodoviário; o hidroviário, por meio da construção de uma marina e; o aeroviário, com a edificação de um heliponto (Foto: Sandro Brito, jun./2012).



Foto 02: Com uma área que envolve o município de Marituba e Ananindeua o “Reserva Jardins” é mais um empreendimento de grande porte que prevê a construção de uma marina e de um heliponto, além de uma gama de atividades comerciais e de serviços, tais como: shopping centers, salas comerciais, farmácias, clínicas, restaurantes, escolas etc. (Foto: Sandro Brito, jun./2012).

A valorização capitalista do imobiliário residencial de alguns dos municípios constitutivos da RMB, bem como ao redor da rodovia Augusto Montenegro, tem aumentado o interesse dos capitalistas pelo controle da terra nessas áreas, o que diminui a margem de atuação dos grupos sociais excluídos nas mesmas. Portanto, torna-se cada vez mais difícil a formação de novos assentamentos “espontâneos” nessas áreas.

Enfatiza-se este ponto porque isso condiciona a prática de ocupações em áreas onde o capital ainda não transformou a terra em um bem a ser trocado com outro capitalista que, por sua vez, pretende usar de seu capital para dotar o espaço de valores de uso a serem, igualmente, trocados.

Parece-nos, portanto, pertinente declarar que o distrito administrativo de Mosqueiro configura-se, sobretudo a partir das duas últimas décadas, como um novo espaço de atuação dos grupos sociais excluídos que lutam pelo acesso a terra e à moradia.

A tabela 08 pode constatar que em apenas cinquenta anos a população de Belém saltou de 402.170 para 1.393.399 habitantes, isto é, um acréscimo de 991.229 em sua população, boa parte morando em assentamentos “espontâneos”.

Tabela 08
Belém: População do município (1960-2010)

1960	1970	1980	1991	2000	2010
402.170	642.514	933.287	1.213.915	1.279.861	1.393.399

Fonte: Trindade Jr. (1998), Censo demográfico (2000,2010)
Atualização: Sandro Brito

Tabela 09
Belém: Variação populacional do município (1960-2010)

1960/1970		1970/1980		1980/1991		1991/2000		2000/2010	
Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
240.344	59,76	290.773	45,25	280.628	30,06	65.946	5,43	113.538	8,87

Fonte: Trindade Jr. (1998), Censo demográfico (2000,2010)
Atualização: Sandro Brito

Entretanto, a partir das décadas de 1970/80 observa-se, conforme a tabela 08, um decréscimo contínuo no percentual de crescimento da população, a qual sofre um ligeiro aumento entre 2000 e 2010. Acredita-se que isto se deve ao acréscimo demográfico que se deu em função do aparecimento de novos espaços de assentamentos residenciais nas áreas de expansão do Município, a exemplo de Mosqueiro. Assim, a valorização do espaço na Primeira Léguas Patrimonial e naqueles espaços próximos dos principais eixos de circulação da RMB, tem contribuído para que a luta pela moradia se dê onde o controle sobre a terra é mais débil.

3 A INSERÇÃO DO DISTRITO ADMINISTRATIVO DE MOSQUEIRO NA DINÂMICA METROPOLITANA DE BELÉM

A dispersão metropolitana é o nosso objeto de estudo. Vimos que ela é um fenômeno socioespacial próprio do capitalismo contemporâneo, afinal de contas não existiam cidades na antiguidade clássica ou na sociedade feudal com o porte físico e econômico como as que hoje formam os espaços metropolitanos. Nesse sentido, como foi apontado no primeiro capítulo, a dispersão da metrópole se deve, fundamentalmente, à reprodução das relações sociais de produção capitalistas. Entretanto, o desenvolvimento dessas relações não se dá de forma homogênea, ele depende, embora não exclusivamente, das características socioespaciais de cada lugar.

Por isso que no segundo capítulo foi necessário trabalhar com o conceito de circuito superior e inferior da economia urbana, pois o mesmo nos permitiu traçar um panorama sobre como se deu o desenvolvimento do modo de produção capitalista na região amazônica e como esta forma particular de inserção do espaço amazônico repercutiu na formação da metrópole dispersa de Belém. Sem essa compreensão seria impossível intuímos a maneira como essa dispersão vem se operando em nossa área de estudo, que é o distrito administrativo de Mosqueiro, nosso foco de análise no terceiro capítulo.

Com essa finalidade então, este capítulo se propõe discutir o modo como Mosqueiro se insere no espaço metropolitano de Belém, para cujo entendimento se faz necessário refletir sobre algumas políticas de Estado que subsidiaram esse processo, a exemplo da abertura da PA-391.

Além disso, não se pode deixar de tratar do processo de urbanização de Mosqueiro, assim como dos agentes responsáveis pela produção dos novos assentamentos residenciais na ilha, pois a partir disto será possível abrangermos os processos que dão singularidade à produção imobiliário-residencial no distrito.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA PA-391 E O DISTRITO ADMINISTRATIVO DE MOSQUEIRO

A ilha de Mosqueiro é limitada ao norte pelo Rio Pará e pela Baía do Guajará, a oeste pela Baía de Santo Antônio, ao sul pela Baía do Sol e a leste pelo Furo das Marinhas, que separa a ilha do continente.

Distante apenas 70 km de Belém, possui uma orla com 17km de extensão, contendo 21 belas praias de água doce, resultantes das correntes fluviais da Baía do Marajó (PMB, 2004).

Tradicionalmente, a população responsável pela produção do espaço de Mosqueiro era constituída pelas comunidades indígenas, por pescadores artesanais e pelo resultado da miscigenação entre os colonizadores portugueses e a população nativa da região.

Entretanto, durante o ápice da exploração de borracha na Amazônia, ao final do século XIX, os europeus que se instalaram em Belém para investir seu capital ou para trabalharem nas companhias estrangeiras que prestavam serviços de transportes ou de abastecimento de energia na cidade, começaram a construir casas de veraneio em Mosqueiro, atraídos pelas suas amenidades naturais distintas daquelas encontradas na Europa, a exemplo de praias de água doce.

A esse respeito, Meira Filho (1978) afirma que no século XIX:

Mosqueiro tornar-se-ia, durante longo período, abrigo de raras personalidades estrangeiras que procuravam, ali, respirar melhor e deleitar-se com as belezas do lugar. Poucos *nacionais*, paraenses, mesmo, deixariam Belém em busca das praias da Ilha (MEIRA FILHO, 1978, p.44).

Nota-se, de acordo com a citação acima, que a produção do espaço de Mosqueiro passa, pouco a pouco, a assumir uma nova conotação, qual seja, a de espaço de lazer, não obstante, ainda ser restrito aos estrangeiros ou seus descendentes. Contudo, esse quadro começa a mudar bastante, na medida em que Belém começa a vivenciar seu processo de metropolização a partir da década de 1970.

Com isso, a composição da estrutura sócio-ocupacional do mercado de trabalho em Belém se diversifica. Aliás, como é próprio de uma economia capitalista

mais desenvolvida. Isto acontece porque essa pressupõe uma maior divisão social do trabalho, por meio da qual se eleva o nível de produtividade de cada trabalhador individualmente. Por outro lado, a parcelização do trabalho e dos negócios entre os capitalistas aumenta também a necessidade de intercâmbio, ou seja, de troca, de comércio. O resultado disso é que um número maior de pessoas passa a dispor de uma parte de sua renda para adquirir uma casa de veraneio em Mosqueiro, espaço no qual já tinha ocorrido algumas ações do poder estatal no sentido de conferir maior apazividade à Iha. O quadro 02 dá conta de alguns acontecimentos históricos que contribuíram para fazer de Mosqueiro o principal espaço de lazer da população de Belém.

Quadro 03
Mosqueiro: formação do espaço de lazer

Anos	Acontecimentos
1627	Ano no qual Mosqueiro foi dada como “descoberta” pelos colonizadores portugueses, através da Carta Geral do Brasil escrita por João Teixeira de Albuquerque.
1901	Mudança no <i>status</i> territorial de Mosqueiro, que deixou de ser Vila para ser transformada em território distrital de Belém, através da Lei nº 753, baixada pelo então Governador do Estado do Pará Augusto Montenegro.
1904	Implantação do <i>ferro-carril</i> (vagão, sobre trilho, puxado por tração animal) que tinha como objetivo interligar a praia do Chapéu-Virado à Vila (bairro no qual se localizava o porto fluvial onde desembarcavam as classes abastadas de Belém).
1927	Inauguração da Avenida Beira-Mar, cujo traçado obedece aos contornos da orla praiana da Ilha. Sua implantação facilitou o processo de ocupação da orla pelos assentamentos de uso ocasional, consolidando o distrito de Mosqueiro como espaço de lazer das classes sociais solváveis de Belém.
1965	Iniciada em 1946, a Rodovia Augusto Meira Filho (PA-391) foi inaugurada dezenove anos depois. Entretanto, a travessia no Furo das Marinhas ainda carecia de uma ponte. Por isso, tinha que ser feita por meio dos serviços de <i>ferry-boats</i> (balsas).
1976	Iniciada em 1970, a Ponte Sebastião de Oliveira foi inaugurada, oficialmente, pelo Presidente da República Ernesto Geisel, em 1976. Disso resulta a consolidação do acesso terrestre entre Belém-Mosqueiro, causando, ao mesmo tempo, o estímulo ao processo de valorização do espaço de lazer na ilha.

Fonte: elaborado com base em Augusto Meira Filho (1978).

Org.: Sandro Brito

A abertura da rodovia Meira Filho (1965) e a construção da ponte Sebastião de Oliveira (1976) consolidaram a conexão física entre o território continental e a sua parte insular. A realização dessas duas obras de grande magnitude pra época sintetizou a articulação entre a esfera pública e privada, processo que, por um lado, contou com a participação do governo estadual, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagens (DER-PA) e, de outro, com a participação de particulares, através da Mosqueiro Empreendimentos e Turismo S/A (META), que se encarregou de organizar um *lobby* (atividade de pressão de grupos, ostensiva ou velada), a fim de arrecadar capital para a construção da ponte.

Deve-se acrescentar a isso, conforme Meira Filho (1978), o fato de que o DER-PA tornou-se o principal acionista da META a partir do momento em que ele realizou um empréstimo junto ao Banco da Amazônia (BASA). Percebe-se, assim, uma íntima relação de interesses em torno da produção imobiliária, a qual engloba, no mínimo, instituição financeira, governo e construtora, demonstrando que a reestruturação do ambiente construído não deriva da ação isolada deste ou daquele agente modelador do espaço, mas sim de "(...)uma conjunção complexa de aspectos institucionais(...) e de grupos que se unem para tirar proveito da reestruturação espacial" (GOTTIDIENER, 1993, p.220).

Essas alianças constituem aquilo que Gottidiener (1993) denominou de "redes de crescimento", cuja incidência se faz por intermédio da ideologia do crescimento econômico e pelo interesse do "(...) governo local necessitar de legitimação política, sendo, por isso, sensível às reivindicações dos cidadãos" (GOTTIDIENER, 1993, p.221).

Entretanto, mais do que satisfazer às reivindicações de quem frequentava Mosqueiro na época, objetivava-se estimular o desenvolvimento da atividade turística na Ilha, através da entrada do capital imobiliário e hoteleiro, principalmente. Contudo, passados mais de vinte anos, o que se vê é a presença do pequeno capital imobiliário e de pequenos hotéis e pousadas; ainda assim de forma inexpressiva (tabela 09).

Conforme a tabela 09, dos 2.725 leitos cadastrados disponíveis em Belém, apenas 2,27% cabia a Mosqueiro em 1998. Dos não cadastrados, porém, essa porcentagem sobe para 37,06%, algo que sugere o domínio do circuito inferior da economia hoteleira não cadastrada em Mosqueiro, cuja característica é o reduzido volume de capital disponível pelos proprietários dos hotéis, bem como o

baixo ou nenhum emprego de publicidade para atrair os turistas. Quais as razões, então, para que a incorporação imobiliária em Mosqueiro não fosse dirigida pelo grande capital?

Tabela 10
Belém: estabelecimentos de hospedagem cadastrados e não cadastrados, segundo o distrito administrativo(1998)

DISTRITO ADMINISTRATIVO	ESTABELECEMENTOS DE HOSPEDAGEM					
	CADASTRADOS			NÃO CADASTRADAS		
	Estabelecimentos	Unidade habitacional	Leitos	Estabelecimentos	Unidade habitacional	Leitos
DAMOS	1	31	62	3	46	106
DAOUT	-	-	-	-	-	-
DAICO	-	-	-	-	-	-
DAENT	1	108	206	2	42	70
DABEL	11	1.247	2.457	18	604	1 10
Total	13	1.386	2.725	23	692	286

Fonte: adaptado do Anuário Estatístico do Município de Belém (2000)

No que tange à produção imobiliária para fins de hospedagem, isso pode se explicar pelo baixo volume de acumulação de capital pelos proprietários de hotéis existentes na capital, de um lado, e pela inexistência de um fluxo relativamente constante de pessoas com melhor poder aquisitivo, interessadas em se hospedar em Mosqueiro, de modo que justifique o investimento dos setores com maior nível de acumulação.

Ribeiro (1997) diz que uma das dificuldades encontradas pelo capital imobiliário para dar continuidade à produção de imóveis é o alto preço da terra urbana. Todavia, em Mosqueiro, o preço da terra não se constitui um obstáculo, pois a mesma é comercializada a um preço baixo, sobretudo se compararmos às terras próximas da área central da metrópole. Nesse sentido, quando tratamos de um espaço de lazer localizado em áreas suburbanas das metrópoles de países subdesenvolvidos – onde o desenvolvimento urbano é concentrado em alguns

pontos do território –, o que de fato torna-se determinante é o interesse das classes mais abastadas em adquirir um imóvel nessas áreas por intermédio do grande capital imobiliário.

Esse interesse, porém, é pouco provável na medida em que o acesso à terra em Mosqueiro acontece pela mediação do pequeno capital imobiliário ou pela ação do “invasor” que comercializa o lote ilegalmente para indivíduos que não têm como propósito incorporar a terra para introduzi-la no circuito de reprodução ampliada do capital. Portanto, a produção residencial de uso ocasional, nesse caso, obedece ao que Ribeiro (1997) classifica como produção não mercantil, isto é, “quando é o usuário da moradia quem obtém o terreno (comprando, por herança etc.) e realiza a construção” (RIBEIRO, 1997, p.156).

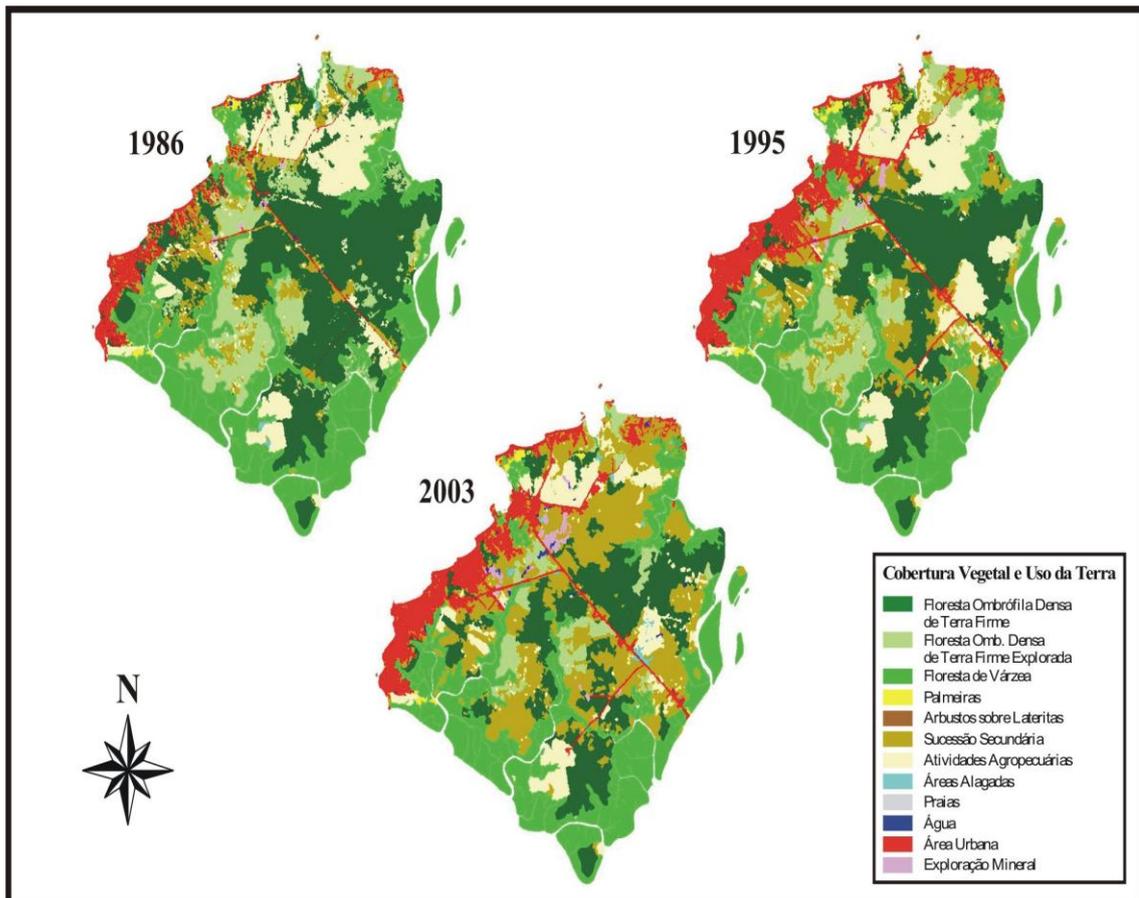
É o que explica a preferência de camadas de maior poder aquisitivo em comprar um lote e construir o imóvel por conta própria, ao invés de comprar um apartamento de uma empresa imobiliária, ainda mais se considerarmos o fato de que assim elas podem adquirir um terreno amplo a um preço relativamente reduzido.

Por isso, a integração terrestre entre Mosqueiro e Belém proporcionou sim uma busca maior por terras na Ilha com o propósito de se construir residenciais de uso ocasional sem que essa procura, por uma área suburbana, fosse alimentada pela especulação imobiliária que, na maioria dos casos, empurra parcelas da população para áreas mais afastadas do centro metropolitano, onde o preço da terra ou da residência é mais caro. Em se tratando de residências secundárias, a localização suburbana é uma condição *sine qua non* para a aquisição de um imóvel de uso momentâneo, já que se objetiva distanciar-se do espaço-tempo metropolitano, caracterizado pelo trânsito caótico, pela poluição visual e sonora, pelo desgaste no espaço de trabalho, pela violência urbana etc.

Observando a figura 01, percebe-se o espraiamento da mancha urbana de Mosqueiro, sobretudo com base nos assentamentos de uso ocasional, que vão absorvendo áreas que até então estavam sob domínio de residências de uso permanente ou que simplesmente não possuíam nenhum tipo de edificação, provocando, com isto, o adensamento imobiliário nas áreas próximas das praias. Obviamente que além dos assentamentos de uso ocasional, vê-se também o crescimento do número de assentamentos de uso permanente, embora estes não sejam resultado de conjuntos populares financiados pelo Estado, nem tampouco pelo capital imobiliário, cuja atuação deu origem aos assentamentos dirigidos na

área de expansão da metrópole belenense, como foi sublinhado no segundo capítulo.

Figura 02
Mosqueiro: crescimento da mancha urbana (1986-2003)



Fonte: Sales (2005)

Acreditamos, em vista disso, ser relevante discutir, mesmo que sucintamente, o conceito de metrópole fragmentada. De imediato, pode-se sublinhar que este trata dos usos específicos atribuídos às parcelas constitutivas do espaço metropolitano. Nelas, conforme aponta Santos (2009), podemos encontrar ambientes distintos, resultados de processos sociais diferenciados. Apesar disso, essas unidades espaciais estão imbricadas, a tal ponto delas apresentarem, entre si, deslocamentos intensos de pessoas, mercadorias e informações.

Mosqueiro, entretanto, expressa essas características metropolitanas especialmente em determinados períodos do ano, ao exercer o papel de espaço de lazer periodicamente frequentado no interior da metrópole belenense. Em vista disso, esta, em certo grau, tem seu tecido urbano disperso impulsionado pela necessidade que os indivíduos têm de abandonar, mesmo que aparentemente, a dinâmica cotidiana do tempo e do espaço de vida metropolitano.

A tabela 11 mostra que a limpeza de lixo domiciliar, de vala e a varrição aumentam consideravelmente em Mosqueiro durante o mês de julho, isto é, durante o mês das férias escolares. Assim, percebe-se um aumento de 51 toneladas (ou 27,12%), de lixo domiciliar recolhido durante o mês de julho no intervalo de 1993 a 1995. Se compararmos o ano de 1995, durante o mês de maio, mês no qual o lixo é notadamente produzido pela população que vive em Mosqueiro, essa diferença é ainda maior com relação ao mês de julho do mesmo ano. Enquanto neste, a tonelada de lixo recolhida foi de 188, no mês de maio foi de 95, o que corresponde a uma diferença de 93 toneladas, ou, a um aumento de 49,46% de lixo domiciliar coletado.

Tabela 11
Distrito administrativo do Mosqueiro: lixo domiciliar, limpeza de vala e varrição ocorrido mensalmente(1993-1995)

MÊS	LIXO DOMICILIAR (t)			LIMPEZA DE PRAIA (1000 ml)			VARRIÇÃO (1000 ml)		
	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995
Janeiro	68	56	98	53	48	41	41	36	33
Fevereiro	96	101	182	70	76	63	22	20	16
Março	70	98	168	55	61	43	46	40	41
Abril	51	86	86	56	59	53	49	30	46
Maio	58	91	95	50	81	47	53	48	48
Junho	68	94	98	70	123	61	56	52	53
Julho	137	149	188	194	189	203	246	233	249
Agosto	107	121	145	91	83	71	33	29	18
Setembro	64	96	86	81	78	59	37	32	12
Outubro	70	88	92	74	68	61	39	36	30
Novembro	59	75	96	81	72	65	34	30	25
Dezembro	89	97	99	92	80	71	46	41	38
TOTAL	937	1 152	1 433	967	1 018	838	702	627	609

FONTE - Agência Distrital do Mosqueiro - ADMOS
Organização: Anuário Estatístico do Município de Belém (1996)

Outra variável com a qual se pode trabalhar para mensurar a intensificação dos deslocamentos de pessoas para determinados lugares, em momentos específicos do ano, é a movimentação mensal de passageiros nos terminais rodoviários. Em Mosqueiro essa movimentação cresce durante o período de feriados prolongados, finais de semana e, notadamente, durante o mês de julho. Vê-se, com base na tabela 12, que, em 1992, dos 351.048 passageiros que saíram do terminal rodoviário da Iha, localizado no bairro da Vila, 72.942 deslocaram-se no mês de julho, isto é, 20,78% do total. Em 1995 quase 1.000.000 passageiros saíram de Mosqueiro, sendo 193.994 (20,03%) durante as férias escolares, ao passo que no mês de janeiro, março, abril e maio, do mesmo ano, esse percentual foi 7,82; 6,22; 6,73 e 5,69, respectivamente.

Tabela 12
Mosqueiro: movimentação mensal de passageiros no terminal rodoviário (1992/95)

MÊS	1992	%	1993	%	1994	%	1995	%
Janeiro	24596	7,01	32024	7,47	46877	6,51	75 656	7,82
Fevereiro	26613	7,58	55191	12,88	68182	9,46	98 016	10,13
Março	23116	6,58	20715	4,83	48021	6,67	60 279	6,22
Abril	29041	8,27	35915	8,38	54515	7,57	65 222	6,73
Maio	22461	6,40	24321	5,68	52523	7,29	55 057	5,69
Junho	23411	6,67	32960	7,69	56482	7,84	76 930	7,94
Julho	72942	20,78	106100	24,76	121251	16,83	193 994	20,03
Agosto	36206	10,31	35370	8,26	59147	8,21	70 321	7,26
Setembro	21012	5,99	20882	4,87	43626	6,06	65 783	6,79
Outubro	20665	5,88	20275	4,73	49766	6,91	65 217	6,73
Novembro	20701	5,90	21934	5,12	57648	8,00	62 687	6,47
Dezembro	30284	8,63	22822	5,33	62352	8,65	79 271	8,19
TOTAL	351048	100,00	428509	100,00	720 390	100,00	968 433	100,00
MÉDIA	2 925 400		35709,08		60032,50		80 702,75	

FONTE – Fundação dos terminais Rodoviários do Pará - FTERPA
Organização: Anuário Estatístico do Município de Belém (1996)

Se o lazer no centro metropolitano se desenvolve cada vez mais sob a égide do capital – o maior exemplo é o shopping center –, aqueles que dispõem de uma renda excedente ou de crédito junto às instituições financeiras para comprar um terreno ou uma casa para veraneio, no subúrbio metropolitano com características

naturais diferenciadas, enxerga nesta atitude uma maneira de se distanciar dos aspectos que causam mal estar às pessoas que vivem a metrópole.

Dentre os problemas mais destacados, como sublinhamos anteriormente, estão a poluição, o trânsito caótico e a violência. Esta contradição, entretanto, tende a se aprofundar, na medida em que, longe de se resolver a problemática urbana por esta via, o que se vê é a dispersão desses problemas para o subúrbio metropolitano, tal como vem acontecendo em Mosqueiro com relação ao trânsito que, em época de férias, fica bastante problemático, em virtude da grande quantidade de pessoas e de veículos, provocando, assim, engarrafamentos nas principais vias do distrito e deste em direção a Belém.

Diante do exposto até aqui, o desenvolvimento comercial e de serviços em Mosqueiro é ainda bastante restrito, apesar de ser uma área essencialmente residencial, pois o público de maior poder aquisitivo frequenta a Ilha apenas esporadicamente.

Desde já, por conseguinte, podemos notar, conforme a tabela 13, que o distrito de Mosqueiro segue a característica econômica dos municípios formadores da Região Metropolitana de Belém, posto que, ao que consta, há o predomínio do setor de serviços e da atividade comercial na ilha.

Tabela 13
Município de Belém: demonstrativo quantitativo de contribuinte ativo segundo atividade (1994-95)

ATIVIDADE	BELÉM		MOSQUEIRO		ICOARACI		TOTAL	
	1994	1995	1994	1995	1994	1995	1994	1995
Cultura ou produção extrativa	12	11	3	3	9	9	24	23
Indústria de transformação	801	766	8	8	172	187	981	961
Indústria de beneficiamento	60	28	1	1	50	54	111	83
Indústria de condicionamento / recondicionamento	-	2	-	-	2	2	2	4
Comércio atacadista	1 220	1 128	9	10	111	116	1 340	1 254
Comércio varejista	7 505	8 859	115	117	563	580	8 183	9 556
Serviços e outros	7 288	7 327	19	20	370	378	7 677	7 725
Produção extrativa mineral	6	4	-	-	-	-	6	4
Indústria de montagem	8	7	-	-	3	3	11	10
TOTAL	16 900	18 132	155	159	1 280	1 329	18 335	19 620

FONTE – Secretaria de Estado da Fazenda do Pará – SEFA

Organização: Anuário Estatístico de Belém (1996)

Tomando 1994 e 1995 como referências temporais, o comércio atacadista, varejista e os serviços em Belém totalizaram 16.013 de contribuintes

ativos em 1994 e 17.314 em 1995, ou seja, 94,75% de toda a contribuição dos mais diferentes ramos de atividades econômicas. Em Mosqueiro, a soma de todas as atividades perfaz 155 em 1994 e 159 em 1995, sendo 143 ou 92,25% ligados ao comércio e aos serviços, no ano de 1994 e 147 ou 92,45%, no ano seguinte. Quanto à Icoaraci, periferia de Belém, a predominância do setor terciário também é notória. Dos 1.280 de contribuintes totais 1.044 ou 81,56% pertenciam aos serviços e ao comércio, em 1994. Em 1995, o terciário correspondia a 1.074, isto é, 80,81% de contribuintes, de um total de 1.329.

Em Mosqueiro, a economia do setor terciário, ligada ao turismo de segunda residência e à demanda local, contribuiu para consolidar, ainda hoje, alguns empregos e o domínio desse setor, como Saraiva (2007) apropriadamente comentou

Constata-se que algumas ocupações se consolidaram, como a de caseiro, e novas surgiram, como as oficinas de aparelhos eletroeletrônicos, assistência técnica diversificada, agências bancárias. Além da construção [...] de vários postos de saúde, aumento do número de escolas, ampliação da rede de água potável, de iluminação pública etc. (SARAIVA, 2007, p.14).

Entretanto, conforme foi posto no subcapítulo 2.1 do segundo capítulo, o desenvolvimento econômico da Região Metropolitana de Belém concentrou-se no município-sede da metrópole. É o que se nota quando comparamos o total do setor terciário de Belém, com respeito ao total de Mosqueiro e Icoaraci. Enquanto Belém totalizava 16.013 de contribuintes ativos em 1994, Mosqueiro apresentava 143 e Icoaraci 1.044, em alusão ao mesmo ano. Isso demonstra que a dispersão econômica da metrópole acontece de maneira demasiadamente restrita do ponto de vista espacial.

Ademais, o próprio setor industrial teve uma relativa desconcentração em direção à periferia imediata de Belém, isto é, Icoaraci. Este distrito detinha, em 1995, 246 contribuintes ativos na indústria em geral, ao passo que Mosqueiro, periferia distante da RMB, apenas 9 e Belém 803. Como se vê, apesar da tentativa do governo em promover a desconcentração das atividades fabris para a área de expansão da metrópole (ver nota de rodapé na página 63), a maior parte das mesmas ainda se encontra fora da Segunda Légua Patrimonial (área de expansão) de Belém. Desse modo, notamos que Belém, em termos de porcentagem, possuía 75,89% dos contribuintes, Mosqueiro somente 0,85% e Icoaraci 23,25%.

Por qual motivo, então, ainda há esta nada desprezível concentração da atividade industrial em Belém? A concentração da atividade fabril no município-sede da RMB ocorre porque a produção industrial tem em vista a maior proximidade possível do seu principal mercado consumidor que, diga-se de passagem, é o próprio município de Belém. É neste, portanto, que se encontra a maior quantidade de pessoas em condições de comprar as mercadorias fabricadas pelos diferentes ramos industriais apresentados na tabela 13. Com isso, o capital fabril busca minimizar seus custos com a circulação de seus produtos, a fim de lhe garantir uma maior rentabilidade, sem a qual a acumulação de capital ficaria comprometida.

É em consequência disso que Mosqueiro apresenta uma proporção baixa de atividades fabris em seu espaço, reservando-lhe a condição de espaço de lazer, por um lado, e a qualidade de área de expansão de assentamentos residenciais de uso ocasional e permanente, por outro.

Com uma economia fundamentada, de maneira especial, no setor terciário, podemos dizer que a dispersão da metrópole de Belém se baseia no surgimento de novos espaços de assentamentos residenciais, à medida que o comércio varejista, atacadista e também os serviços urbanos, concentram-se próximos das áreas residenciais. Entretanto, a presença, em maior número, e de grande, médio e pequeno porte desses capitais é determinada pelas formas de produção de moradias, que marcam o lugar considerado. Assim sendo, Villaça (2001) tem razão quando diz que a presença de condomínios luxuosos com formatos verticais e horizontais tende a atrair o setor terciário mais moderno, enquanto que, por outro lado, nas áreas onde a produção de moradias tem em vista às camadas populares, o comércio e o setor de serviços estão ligados ao pequeno capital (fotos 04 e 05).

Nesse sentido, para Villaça (2001), quanto mais as camadas de maior poder aquisitivo se concentram em determinado setor da metrópole, mais elas procuram trazer, para essa mesma região, importantes equipamentos e serviços urbanos. Quanto mais o conseguem, mais vantajoso esse setor se torna para essas camadas e mais difícil se torna, para elas, abandonar essa direção de crescimento.

Entretanto, a dispersão metropolitana de Belém é marcada, como vimos no segundo capítulo, pelo aparecimento de novos espaços de assentamentos residenciais dominados pela produção popular da moradia. De acordo com a tabela 14, visualizamos que há um crescimento em termos de consumo de energia na área

de expansão da metrópole, seja em Mosqueiro, seja em Icoaraci/Outeiro. Utilizando a porcentagem, perceberemos que o ritmo de crescimento do número de consumidores de energia na área periférica da metrópole é maior do que na área central.



FOTO 04: RESIDENCIAL RIO DAS PEDRAS – Localizado na rodovia Augusto Montenegro, este assentamento habitacional sinaliza a consolidação da produção genuinamente capitalista do imobiliário, produto da ação conjunta entre o capital financeiro, empresas construtoras e o capital de incorporação (Foto: Sandro Brito, jun./2012).



FOTO 05: BANCO BRADESCO – corresponde ao desenvolvimento de uma rede de serviços que passa a se localizar na rodovia Augusto Montenegro com a consolidação da produção capitalista da moradia e, envolve, além de serviços bancários, escolas secundárias, farmácias, clínicas laboratoriais, shoppings e universidades (Foto: Sandro Brito, jun./2012).

Em Belém, esse acréscimo foi de 10,40%, em Mosqueiro foi de 31,62% e, em Icoaraci/Outeiro, de 35,91%. No que diz respeito a Mosqueiro, esse crescimento não tem atraído o médio e o grande capital, justamente porque os novos assentamentos residenciais que surgem na ilha são ocupados, predominantemente, por camadas de baixa renda. Com isso, a economia de Mosqueiro caracteriza-se pela existência de atividades de comércio e serviço de pequeno porte, distribuídas pelos principais eixos viários e ao longo das praias do Distrito (PDB, 2008).

Tabela 14
Município de Belém: consumidor de energia elétrica, segundo a localização (1992-99)

Localização	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Belém	221.419	227.675	229.087	221.131	228.817	230.094	234.741	247.143
Mosqueiro	10.101	10.709	11.309	11.918	12.477	13.318	13.451	14.773
Icoaraci/Outeiro	32.089	34.951	36.558	36.720	39.246	40.922	42.147	50.076

Fonte: Centrais Elétricas do Pará – CELPA

Organização: adaptado do Anuário Estatístico do Município de Belém (2000)

Por todos esses aspectos, somos levados a acreditar que a inserção de Mosqueiro na dinâmica metropolitana de Belém vem, aos poucos, assumindo uma nova feição. Isso porque ao final da década de 1970 a abertura da rodovia Meira Filho e também da ponte Sebastião de Oliveira estimularam o crescimento acelerado da produção “espontânea” de segunda residência. Hoje, entretanto, parece estar ocorrendo o contrário, isto é, o crescimento dos novos espaços de assentamentos permanentes acontece num ritmo mais acelerado do que dos assentamentos de uso ocasional, boa parte graças à conversão das residências secundárias em residências primárias, quer pela comercialização do imóvel, quer pela decisão do proprietário em morar no mesmo. Além disso, colabora também o aumento do número de ocupações que vêm acontecendo nos últimos anos nallha, principalmente ao final da década de 1990.

Por quais razões, então, vem se sucedendo esses acontecimentos em Mosqueiro? É o que tentaremos responder nos próximos subcapítulos.

3.2 A NATUREZA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO RECENTE DE MOSQUEIRO: UMA EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO FRAGMENTADA DA METROPOLE

Em todo o mundo vivenciou-se um processo de urbanização crescente durante o século XX. O Brasil, inclusive, não foge à regra. Contudo, consoante com Catalão (2008), este processo intensifica-se no País, a partir da década de 1970. Com ela emergem aglomerações mais amplas do ponto de vista populacional e espacial, tanto como mais diversificadas e articuladas em termos de produção econômica.

Em quarenta anos a população brasileira saltou de 94.508.583 milhões de habitantes em 1970 para 190.755.799 em 2010. Neste ano, por exemplo, dos 190.755.799 de pessoas que residiam no País, 160.925.792 moravam no espaço urbano, ou seja, 84,36% (IBGE, 1970, 2010). Sem dúvida alguma esse crescimento contribuiu para a formação dos espaços metropolitanos.

Se for verdade que a metrópole não cresce apenas em virtude da necessidade do capital em se reproduzir, como colocado no primeiro capítulo, é verdade também que sem as relações sociais de produção subsumidas ao capital, não existiriam as metrópoles, as quais assumem uma forma cada vez mais dispersa, graças ao novo patamar de acumulação capitalista que vivenciamos hoje.

Diante disso, as empresas ligadas ao circuito superior da economia urbana, especialmente as ligadas ao mercado varejista e aos serviços, abrem, a cada dia, novos supermercados, hospitais, clínicas, escolas, *shoppingcenters*, em áreas que até então eram, fundamentalmente, residenciais. Percebe-se, deste modo, um processo de fragmentação do espaço em uma escala geográfica ampliada, que consiste numa "(...) diferenciação e especialização dos lugares a nível territorial, com cidades voltadas ou para a produção, o consumo ou a moradia" (LIMONAD, 1999, p.86).

Assim, podemos afirmar que quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho e aumenta a acumulação, mais se amplia a fragmentação (MARX, 2010). Embora Marx não tenha tido como objeto de sua preocupação a produção espacial, e sim a lógica do capital, vale dizer que é impossível os homens garantirem a reprodução de sua existência sem que produzam espaço. Por isso, para que o

capital garanta a sua reprodução ampliada, faz-se indispensável o controle sobre parcelas do espaço que sejam funcionais a ele.

Por essa razão que os capitalistas dividem, entre si, o controle sobre as condições materiais da produção (instrumentos de trabalho, objetos de trabalho), a partir do qual a localização dos empreendimentos é determinada pela maior possibilidade de aumentar essas condições.

Como consequência desse monopólio sobre os meios de produção, em ambientes urbanos, principalmente em ambientes metropolitanos (que é uma marca do capital, pois a concorrência impõe esta concentração), vemos, cada vez mais, o crescimento das metrópoles. Em outras palavras, a concentração dos meios de produção em espaços metropolitanos que são, em realidade, os meios de realização da vida, conduz um número considerável de pessoas a tentarem sobreviver nestes espaços.

Por isso que podemos assegurar que Mosqueiro vem, nos últimos anos, transformando-se em um novo espaço de assentamento residencial, apesar destes se configurarem, em boa medida, como assentamentos residenciais precários.

Ao analisarmos a tabela 15, notamos que em dezesseis anos (de 1980 a 1996), a população de Mosqueiro ganhou cerca de 6.000 novos habitantes, ao passo que entre 1996 a 2010 o acréscimo foi bem maior, o correspondente a aproximadamente 12.000 habitantes, ainda que isso tenha ocorrido num período de tempo menor (14 anos).

Em seu estudo sobre a periferização de Mosqueiro, Ferreira (2010) dá ênfase ao aumento no número de “invasões” que vêm acontecendo, nos últimos anos, nesse distrito. Ela ressalta, inclusive, que esse crescimento, na área de expansão, é mais expressivo que no centro da metrópole.

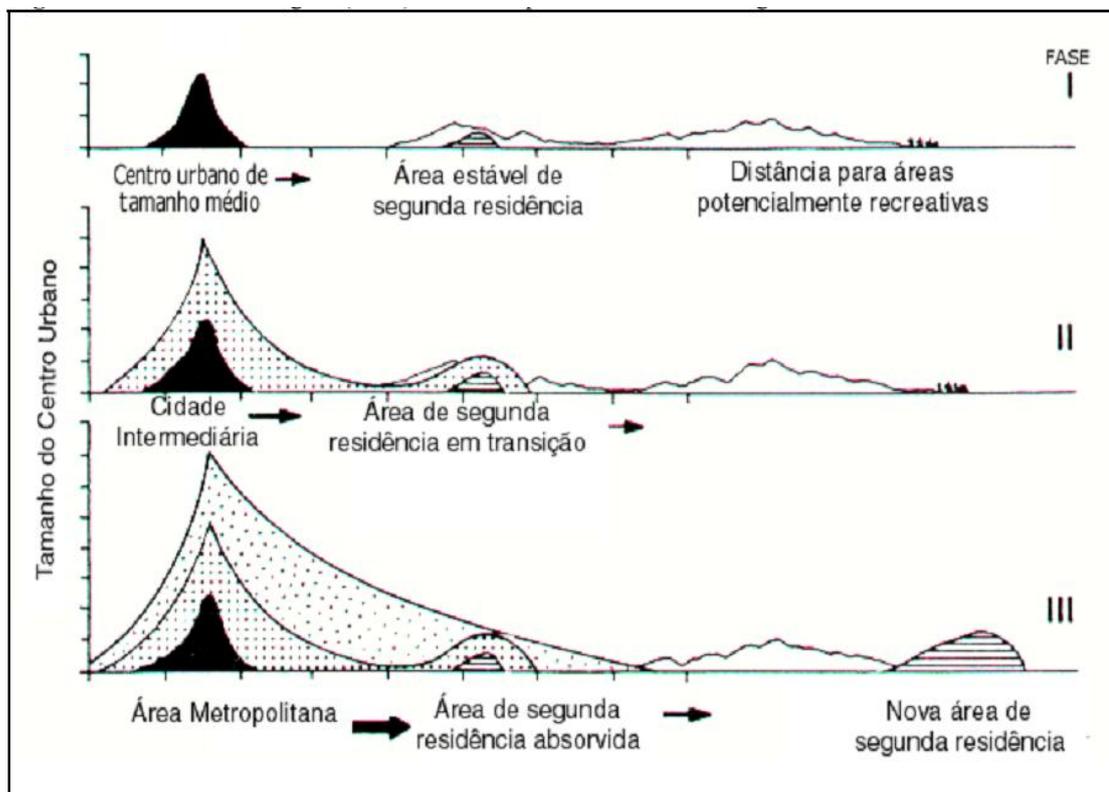
Todavia, gostaríamos de recordar que no caso de Mosqueiro esse crescimento não se deve apenas ao aparecimento de novas áreas de primeira residência, formadas por meio de ocupações, mas também à mudança (sucessão) no uso das moradias de veraneio, que estão sendo convertidas em moradias de uso permanente. Essa é uma das características dos espaços de lazer relativamente próximos do núcleo metropolitano. Lundgren (1974 *apud* ASSIS, 2003), sugere a seguinte tipologia para representar, esquematicamente, essa transformação.

Tabela 15
Distrito de Mosqueiro: população residente (1980-2010)

1980	1996	2000	2010
14.460	21.357	27.896	33.232

Fonte: Contagem populacional (IBGE, 1980, 1996), censo demográfico (IBGE, 1980, 2000, 2010)
 Organização: Sandro Brito

Figura 03
Modelo de Lundgren (1974) sobre a Expansão Urbana e as Segundas Residências



Fonte: Assis (2003)

Levando em conta a figura 03, a primeira fase corresponde ao momento em que a cidade responsável pela emissão dos fluxos turísticos ainda não desponta como uma cidade dispersa. Com o decorrer dos anos e do processo de urbanização da cidade, a demanda por segundas residências tende a crescer também, tal como se mostra na segunda fase. Finalmente, a terceira fase faz referência ao instante em que a cidade aparece como centro metropolitano e a sua malha urbana dispersa incorpora a área utilizada prioritariamente como espaço de lazer (ASSIS, 2003).

O crescimento metropolitano de Belém e a urbanização de Mosqueiro são reforçados, além disso, pelos fluxos migratórios originados ou não de suas áreas rurais. Na Ilha, a título de exemplo, notamos, na tabela 16, que o número de sua população rural tem diminuído entre 1996 e 2010. Não resta dúvida que uma parte dessa população que se transferiu para a área urbana da metrópole, deslocou-se para a área urbana de Mosqueiro, colaborando, assim, para ampliá-la.

Tabela 16
Mosqueiro: população urbana e rural (1996-2010)

Distrito	1996		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Mosqueiro	15.759	5.598	26.139	1.757	31.394	1.838

Fonte: Contagem populacional (IBGE, 1996), censo demográfico (IBGE, 2000, 2010)
Organização: Sandro Brito

Vemos, pois, o aumento da população urbana em Mosqueiro, de um lado, e o decréscimo da população rural, de outro. Em referência ao primeiro caso, o distrito obteve um acréscimo de 15.635 habitantes em sua população urbana ou 49,80% em apenas quatorze anos, enquanto que sua população rural caiu de 5.598 para 1.838, isto é, uma diferença de 3.760, que corresponde, em termos percentuais, a 67,16%. Contudo, observamos que no intervalo dos anos 2000 a 2010, a população rural adquiriu 81 novos habitantes.

Como pode acontecer, no mesmo momento, o crescimento da população urbana e da população rural em Mosqueiro, no intervalo de tempo acima sublinhado?

Isso adveio, muito provavelmente, da classificação agrícola dada a alguns assentamentos “espontâneos” no distrito, cujo exemplo mais emblemático é a ocupação Mártires de Abril, formada pelo Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra em 1999. Como bem constatou Ferreira (2010), “após a ocupação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), transformou-a em

assentamento agrário” (FERREIRA, 2010, p. 76-77)²⁰. Portanto, a urbanização do Distrito Administrativo de Mosqueiro nos indica que a dispersão metropolitana de Belém se dá em função do aparecimento de novos espaços de assentamentos residenciais não dirigidos pelo capital, embora sofra influência deste em virtude da expansão da fronteira urbano-imobiliária.

Tabela 17
Belém-Mosqueiro-Belém: passageiros transportados pelo Expresso Beira – Dão LTD (1995)

ITINERÁRIO	MÊS											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Belém/Mosq.	39.100	52.700	31.400	36.400	28.300	40.700	102.900	42.700	42.100	40.800	39.500	45 600
Belém/Baia do Sol	200	71	129	100	141	263	100	100	200	180	250	200
Mosq./Belém	22 600	31 100	20 500	20 600	14 300	19 200	85 300	19 100	17 300	16 200	15 500	23 400

Fonte: adaptado do Anuário Estatístico do Município de Belém (1996)

A tabela 15 nos aponta a quantidade de passageiros transportados pela primeira empresa de ônibus a fazer o trajeto Belém-Mosqueiro, a empresa Beira-Dão LTD. Esta ganhou a concessão em 1968, três anos após a inauguração da rodovia Augusto Meira Filho. A sua clientela era constituída, basicamente, por pessoas detentoras de residências secundárias e por turistas que procuravam a Ilha para fins de lazer. Entretanto, com o processo de urbanização recente de Mosqueiro essa demanda equilibrou-se, conquanto a quantidade de pessoas que buscam a Ilha para o lazer e o descanso seja consideravelmente maior durante as férias. Assim, em 1995, no mês de Julho, a referida empresa transportou de Belém para Mosqueiro 102.900 passageiros, enquanto que no mês de junho 40.700 e de maio 28.300.

Em termos percentuais isso representou um aumento de 60,44% ou 62.200 passageiros transportados a mais, em relação ao mês de junho. Em alusão ao mês de maio essa disparidade é ainda maior, uma vez que ela corresponde a

²⁰Apesar dessa classificação, muitos moradores do assentamento desenvolvem atividades consideradas urbanas, sendo, por este motivo, prematuro classificar o assentamento puramente como rural ou como urbano. Nosso estudo, entretanto, não tem o propósito de definir se este ou qualquer outro assentamento por nós estudado é rural e/ou urbano, mas sim indicar que as formas não capitalistas da moradia são, em boa parte das vezes, as antessalas da produção capitalista das mesmas.

74.600 de incremento na demanda, ou 72,49%. Notamos que mesmo nos períodos extra-férias escolares, existem diferenças significativas, a exemplo de junho e maio, que correspondem a 12.400 passageiros transportados de Belém para Mosqueiro. Isso se explica graças aos feriados prolongados distribuídos de maneira distinta entre os meses do ano, o que provoca essa oscilação.

Percebemos também que a quantidade de passageiros que sai de Belém com destino ao bairro da Baía do Sol é pequena. A conclusão que se pode tirar disto é que há uma quantidade de residências secundárias na baía do sol bem menor do que no centro de Mosqueiro, por isso pouco se altera o fluxo de pessoas com destino a esse bairro, mesmo durante as férias escolares.

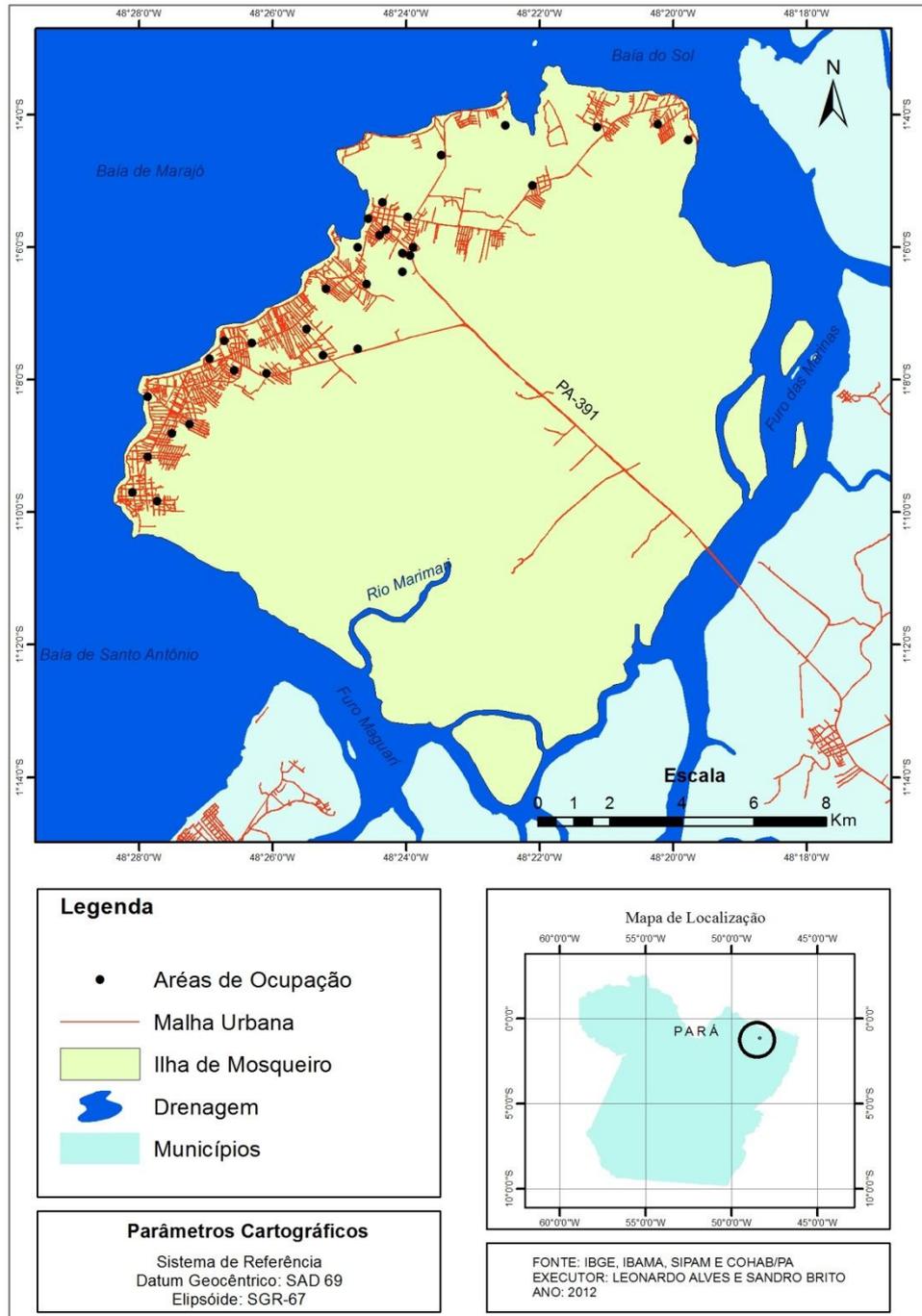
Se considerarmos a população total de Mosqueiro em 1996 (tabela 15) e compararmos com a quantidade de pessoas transportadas pelo expresso Beira-Dão, com destino à Ilha, veremos que o contingente conduzido foi de aproximadamente quatro vezes mais do que a população residente no distrito. Enfatizamos esse ponto porque fica claro que o transporte urbano em Mosqueiro estava notadamente a serviço da prática turística de final de semana, feriados prolongados e férias escolares.

Com o aumento das “ocupações clandestinas” na Ilha, principalmente a partir do final da década de 1990, esse cenário começa a sofrer alterações importantes. De acordo com Ferreira (2010), o número de “invasões” em Mosqueiro cadastradas pela Prefeitura de Belém de 1998 até 2010 cresceu assustadoramente. Neste ínterim, segundo a própria autora, “(...) Mosqueiro passou de quatro para 32 áreas ocupadas irregularmente, significando um avanço de 700% no número de áreas ocupadas de forma irregular” (FERREIRA, 2010, p.66).

Ao visualizarmos a distribuição das ocupações com base no mapa 04 percebemos que todas elas encontram-se próximas dos eixos de circulação rodoviária. Entretanto, isso, por si só, não garante o acesso satisfatório aos meios de transportes, ainda mais se considerarmos o fato de que até 1999 a única empresa responsável pelo mesmo era a Beira-Dão, voltada para um público mais restrito, em decorrência do preço da tarifa cobrada. Em 2010, ano de sua falência, essa tarifa era de cinco reais, ao passo que outras mais populares cobravam um real e setenta centavos. Essa concorrência se explica porque em 1996 a Prefeitura de Belém foi

assumida pelo candidato do Partido dos Trabalhadores, Edmilson Rodrigues²¹, adepto de uma linha programática mais próxima dos movimentos sociais.

Mapa 04 Mosqueiro: assentamentos “espontâneos” de uso permanente



Fonte: Base Cartográfica do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)
Projeto Cartográfico: Leonardo Alves

²¹Foi reeleito em 2000, ficando a frente da Prefeitura de Belém até 2004. Em decorrência de divergências internas ao partido, resolveu, juntamente com um grupo de dissidentes, sair do PT e se filiar ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), criado em 2004.

Como resultado, o monopólio da empresa Beira-Dão foi quebrado no ano de 1999, ao mesmo tempo que outras empresas são autorizadas pela prefeitura a fazer o itinerário Belém-Mosqueiro a um preço igual ao cobrado na parte continental da capital paraense. Surge, a partir daí, uma série de firmas de transporte coletivo que passam a trabalhar, além do percurso acima, com trajetos entre alguns bairros da Ilha. Observando a tabela 18 e 19 percebemos o aumento do número de empresas que prestam esse serviço à população que mora e/ou frequenta Mosqueiro.

Tabela 18
Distrito de Mosqueiro: empresa de ônibus urbano, frotas existentes e quantidade de viagem por dia (1999)

Empresa e Linha	Frota Existente			Viagem/Dia		
	Útil	Sab.	Dom.	Útil	Sab.	Dom.
TRANSPORTES N. SRA. DO CARMO LTDA						
Mosqueiro – Pça. Bandeira	6	6	6	25	25	25
EXPRESSO MICHELE LTDA	-	-	-	-	-	-
Mosqueiro – Pça. Bandeira	4	4	4	18	18	18

FONTE: adaptado do Anuário Estatístico do Município de Belém (2000)

Tabela 19
Distrito de Mosqueiro: empresa de ônibus urbano, frotas existentes e quantidade de viagem por dia (2005)

Empresa e Linha	Frota Existente			Viagem/Dia		
	Útil	Sab.	Dom.	Útil	Sab.	Dom.
EXPRESSO BEIRA ALTA LTDA						
Vila-Baia do Sol	3	3	3	25	25	25
Vila-Paraíso	2	2	2	18	18	18
Vila-Carananduba	2	2	2	21	21	21
Circular -Vila Nova	2	2	2	28	28	28
Mosqueiro-São Brás	4	4	4	15	15	15

FONTE: adaptado do Anuário Estatístico do Município de Belém (2006)

De fato, a expansão metropolitana de Belém acaba por induzir um processo de reestruturação do espaço de Mosqueiro de tal modo que não é mais possível atribuir à Ilha apenas a alcunha de espaço suburbano de lazer da metrópole.

A expansão das relações capitalistas em torno do ambiente construído empurra a classe trabalhadora mais precarizada para áreas mais distantes do núcleo metropolitano.

Com isso, surgem novas necessidades nessas áreas, como a demanda por serviços de transportes coletivos, sem os quais se torna difícil acessar determinados equipamentos urbanos desigualmente distribuídos pelo espaço. Assim, o número de empresas de ônibus, bem como o número de viagens realizadas por elas retratam bem o crescimento do aglomerado urbano-metropolitano para áreas até então de ocupação rarefeita e/ou de ocupação significativa apenas em determinados períodos do ano.

Sendo assim, em 1999, com base na tabela 18, temos, além da empresa Beira-Dão, a empresa N. Sra. do Carmo e a Expresso Michele Ltda. Estas duas últimas, inclusive, faziam o transporte de Mosqueiro até o centro comercial de Belém com término na Praça. da Bandeira. Este fato é importante porque comumente o transporte é feito até um ponto localizado em frente ao Terminal Rodoviário de São Brás, como podemos perceber a partir da tabela 19 e 20. Por essa razão, caso alguém queira se dirigir ao centro antigo deve, obrigatoriamente, pegar outra condução, o que significa uma subtração considerável na renda das pessoas que fazem essa linha. Ademais, notamos que as linhas disponíveis envolvem também os próprios bairros da Ilha, cuja referência principal é sempre a Vila, localidade na qual se encontra o pequeno centro comercial e de serviços em Mosqueiro.

É indubitável, portanto, que o crescimento urbano de Mosqueiro e o aumento dos fluxos de pessoas dentro e para fora da Ilha, surgiram em função da reestruturação dos espaços residenciais metropolitanos. Entretanto, o aumento do número de empresas que prestam o serviço de transporte às pessoas que moram e frequentam o distrito não tem representado a valorização de suas terras para o capital de incorporação que, além disso, considera primordial a proximidade das centralidades urbanas mais importantes do ambiente metropolitano.

Como vimos no capítulo 2, os equipamentos urbanos na RMB ainda encontram-se bastante concentrados no município-sede da metrópole, o que dificulta a incorporação definitiva de Mosqueiro como espaço de moradia permanente pelas camadas sociais melhor remuneradas. Contribui para isto também o fato da Ilha localizar-se acerca de 32 km de distância da BR- 316, principal via de acesso à parte continental de Belém.

Tabela: 20
Distrito de Mosqueiro: empresa de ônibus urbano, frotas existentes e
quantidade de viagem por dia (2009)

Empresa e Linha	Ônibus Urbanos					
	Frota Existente			Viagem/Dia		
	Útil	Sab.	Dom.	Útil	Sab.	Dom.
VIAÇÃO GUAJARÁ						
Mosqueiro-São Brás	1	1	1	4	4	4
AUTO-VIAÇÃO MONTE CRISTO LTDA.	-	-	-	-	-	-
Mosqueiro-São Brás	2	2	2	8	8	8
TRANSPORTES NOVA MARAMBAIA	-	-	-	-	-	-
Mosqueiro-São Brás	2	2	2	8	8	8
TRANSURB	-	-	-	-	-	-
Mosqueiro-São Brás	1	1	1	4	4	4
VIAÇÃO FRANCESA	-	-	-	-	-	-
Mosqueiro-São Brás	1	1	1	4	4	4
VIAGEM BEM TRANSP.TURISMO	-	-	-	-	-	-
Mosqueiro-São Brás	6	6	6	15	15	15
Vila-Baia do Sol	4	4	4	40	40	40
Vila-Paraíso	2	2	2	24	24	24
Vila-Carananduba	2	2	2	32	32	32
Vila-Vila Nova	2	2	2	42	42	42

Fonte: adaptado do Anuário Estatístico do Município de Belém (2010)

Todavia, com a produção capitalista mais desenvolvida do imobiliário residencial nos municípios cortados pela BR-316, a exemplo de Ananindeua, Marituba e Santa Isabel, a tendência é que nesses espaços comece a se desenvolver um setor terciário mais moderno, atraído pela presença de camadas solváveis residentes em conjuntos habitacionais dirigidos pelo grande capital. Nisto precisamente reside a afirmação de Villaça (2001), segundo o qual a localização é algo em contínuo processo de reestruturação, pois o longe pode tornar-se perto. Mosqueiro não escapa a esta lógica. Tanto é assim que, no próximo subcapítulo, veremos que alguns assentamentos de uso ocasional estão sendo, paulatinamente, convertidos em assentamentos de uso permanente.

3.3 MOSQUEIRO: UM NOVO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DOS AGENTES DA DESCONCENTRAÇÃO URBANA

3.3.1 O mercado imobiliário na produção do circuito inferior da economia urbana

A reestruturação metropolitana de Belém obedece fundamentalmente à expansão da produção imobiliária. Vimos que, de uma forma geral, a dispersão do tecido urbano da metrópole acontece graças ao desenvolvimento da produção capitalista da moradia que, a princípio, limita-se ao centro urbano por conta das vantagens infraestruturais e dos bens e serviços variados que ele dispõe. Essa ação promove uma maior valorização capitalista desse espaço, de modo que a permanência no mesmo requer um gasto cada vez maior de seus moradores. Isso tende a expulsar as camadas sociais menos remuneradas para as áreas distantes do núcleo metropolitano, algo que é reforçado pela prática especulativa dos proprietários de terras de olho na valorização futura de suas propriedades.

Assim, todos os agentes²² envolvidos nessa produção acabam tendo interesse nesse processo de (re)localização dos assentamentos residenciais precários em zonas consideradas não funcionais para o capital, sobretudo para o grande capital. Os proprietários fundiários, por exemplo, ao empurrarem as camadas sociais de baixo poder aquisitivo para áreas onde somente a produção popular da moradia tem interesse em investir, estão, em realidade, determinando o processo de segregação induzida, conforme apontamos no segundo capítulo.

A atividade especulativa dos proprietários da terra urbana, porém, torna-se um obstáculo para a produção capitalista mais avançada da moradia, como bem lembraram Topalov (1979) e Ribeiro (1997). O interesse em vender o terreno a um preço muito acima do qual foi pago pelo imóvel, requer, para que este seja incorporado, um grande volume de capital por parte dos promotores imobiliários, ressalva já delineada no primeiro capítulo.

A atividade rentista, por sua vez, também confere dificuldades a essa produção, na qual o proprietário da terra, os promotores imobiliários e os usuários

²² Tomando Corrêa (1995) como referência, os agentes produtores do espaço urbano são cinco: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

são diferentes, pois o proprietário da terra, ou das benfeitorias já realizadas sobre ela, não têm interesse em se desfazer das mesmas, vendendo-as para o capital imobiliário que objetiva dotá-las de novos valores de uso para trocá-las no mercado. Como a continuidade da produção imobiliária depende de estoques de terras disponíveis para serem inseridas nesse circuito produtivo da divisão do trabalho como capital, qualquer ação que impeça ou dificulte esse ciclo, representa um obstáculo ao desenvolvimento do processo de acumulação ampliada por parte do circuito superior da economia imobiliária.

No caso dos assentamentos de uso ocasional em espaços suburbanos de lazer, poderíamos afirmar que o principal obstáculo é a grande disponibilidade de casas secundárias que dispõem de um padrão de qualidade muito acima da média se comparada às casas que servem de moradia permanente na periferia metropolitana em países de capitalismo dependente. Desta forma, para os futuros usuários, é preferível comprar estes imóveis já prontos e com um preço relativamente menor do que os oferecidos pelas incorporadoras que atuam nos eixos de expansão mais próximos do centro metropolitano.

Assim, são nesses espaços não funcionais para o capital de incorporação que se desenvolve o circuito inferior da economia imobiliária, a exemplo do que acontece em Mosqueiro com o corretor de imóveis Luiz Carlos²³, que antes morava na parte continental de Belém e hoje mora e trabalha em Mosqueiro. Ele utiliza parte de sua casa como escritório de sua empresa, espaço no qual se confunde o local de trabalho com o local de moradia(foto 06).

No dizer de Santos (1979), o circuito inferior da economia é formado por empreendimentos de pequeno porte cujos agentes envolvidos, boa parte das vezes, possuem um vínculo bastante enraizado com a cidade ou o lugar em que trabalham e desenvolvem suas atividades. Parece ser este o caso do referido corretor:

Eu sou corretor há trinta anos. Eu comecei a ser corretor há trinta anos atrás aqui em Mosqueiro. Só que eu só vinha no final de semana, dava plantão aos sábados e domingos e morava em Belém (Luiz Carlos, corretor imobiliário, entrevista realizada em 10/07/2012).

Isso acontecia porque os imóveis residenciais de uso ocasional produzidos em Mosqueiro, em sua maioria, foram construídos sem o intermédio de

²³ Os nomes dos corretores foram substituídos por pseudônimos com o objetivo de preservar a identidade dos informantes.

construtoras imobiliárias. Além do mais, seus proprietários ainda tinham um grande apreço em frequentar a Ilha.

Como salienta Ribeiro (1997), a produção não capitalista da moradia sobrevém quando “(...) as decisões sobre a produção não são a busca do lucro e sim o fornecimento ou autofornecimento de um valor de uso” (RIBEIRO, 1997, p.157).



FOTO 06: CASA ESCRITÓRIO – é a expressão local do desenvolvimento do circuito inferior da economia imobiliária em Mosqueiro, que contribui para fomentar o comércio de residências construídas na Ilha, de maneira não capitalista (Foto: João Araújo, jan. 2012).

Assim sendo, a figura do corretor de imóveis que intermédia a comercialização de moradias edificadas por construtoras especializadas no setor e financiadas por um sistema de crédito específico, viabilizado pela atuação do capital de incorporação, inexistente onde essa produção capitalista da moradia não se realiza. É baseado nisso que afirmamos que os assentamentos de uso ocasional em Mosqueiro foram produzidos de forma “espontânea”. Todavia, com o crescimento

urbano de Belém e a conseqüente dispersão de sua malha metropolitana, a partir de formas capitalistas de produção do imobiliário, a Ilha começa a ser decisivamente incorporada por novos assentamentos residenciais de uso permanente com fortes traços de precarização, denotando a ampliação da escala geográfica de reprodução da segregação socioespacial.

Com isso, muitos proprietários de residências secundárias, que prezavam pelo relativo isolamento e sossego, passam a não se interessar mais em manter uma moradia de uso ocasional na Ilha, fato este que se soma ao alto custo de manutenção do imóvel. No dizer dos corretores Tarcísio e Cássio

Tem muita casa sendo vendida em Mosqueiro por vários motivos. Por exemplo, os filhos cresceram, aí não querem mais frequentar o balneário. Querem ir pra outros lugares. Aí eles abandonam os imóveis. Com isso eles ficam deteriorados. Tem o medo de assalto também. Ainda tem a despesa com caseiro, IPTU etc. (Tarcísio, corretor imobiliário, entrevista realizada em 15/08/2012).

As pessoas que vendem e que querem ir pra Salinas é porque os filhos querem ir pra Salinas, alguns têm um poder aquisitivo um pouquinho melhor aí acabam se transferindo pra Salinas, mas quando os filhos crescem e abandonam tudo os caras querem voltar pra Mosqueiro. Agora a maioria dos casos de venda de casa aqui em Mosqueiro, na minha cabeça, 50% é porque é uma despesa que tem que ter. Nem todo mundo tem uma grana pra ficar bancando pintura, manutenção do imóvel, IPTU, água, luz, caseiro. Tem que ser tudo isso, então não sai barato, entendeu! Tu chega na casa do cara, a casa não tá pintada, está toda acabada, empoeirada. É a questão do custo benefício. Se tu tem uma casa pra cá e tu não vem sempre, vai pra um hotel, aluga, é mais barato (Cássio, corretor imobiliário, entrevista realizada em 16/08/2012).

Percebemos que não se trata de uma relação entre construtora imobiliária e empresas especializadas na venda de imóveis. Trata-se, em realidade, de uma relação entre o proprietário, usuário do imóvel, e o corretor, que nesses dois casos, trabalha por conta própria. Este tipo de relação é intrínseco ao circuito inferior da economia urbana, uma vez que não se sustenta na relação entre agentes capitalistas, isto é, na divisão do trabalho como capital.

Quanto ao aumento na procura por casas para morar em Mosqueiro, esta se relaciona a vários fatores, dentre os quais se destacam: a) a relação padrão versus preço do imóvel, b) a busca por um ambiente menos agitado e, c) as características naturais diferenciadas da Ilha, graças à existência de várias praias ao longo de sua orla fluvial.

O aumento dessa procura, inclusive, interferiu na atividade dos corretores. Nas palavras de Luiz Carlos

(...) agora eu moro aqui e abro o escritório todos os dias. Se eu não abrir segunda-feira, o cara vai reclamar. Então eu abro sexta, sábado, domingo; segunda, feriado, ou seja, não tem dia. Por que isso acontece? Por conta dessa tendência do caboco querer uma casa pra morar. Então pra ele não interessa sábado e domingo, interessa segunda, terça, quarta etc. Poxa! Eu passava às vezes dois ou três anos pra vender uma casa pra morar. Isso há uns trinta anos atrás. Hoje 60% é pra quem quer morar (Luiz Carlos, corretor imobiliário, entrevista realizada em 10/07/2012).

Portanto, essa grande disponibilidade de imóveis à venda, fez com que houvesse um maior desenvolvimento da atividade de corretagem na Ilha, ainda que a maioria trabalhe para si própria.

Outro aspecto importante que explica isso é o fato de que boa parte das casas, que estão sendo comercializadas, é imóvel para veraneio, ou seja, residências nas quais seus proprietários não se encontram presentes. Daí o corretor ser uma mediação importante para a venda das mesmas.

Nesta transação mercantil, percebemos a transformação da habitação em mercadoria. Porém, é bom que se diga, não se trata da mercadoria-capital, visto que a habitação comercializada não foi produzida tendo em vista a extração de mais-valia, quer dizer, o processo de acumulação de lucros, sublinhado no subcapítulo 1.2. Ribeiro (1997) enfatiza esta questão, afirmando que “quando essas moradias são colocadas no mercado, seus preços são fixados por condições totalmente alheias à sua produção. Constituem-se, portanto, em moradias-mercadorias, mas não capital” (RIBEIRO, 1997, p. 123).

A especulação imobiliária e a consolidação da produção capitalista do imobiliário na RMB, sublinhadas no segundo capítulo, têm gerado uma pressão, para cima, sobre os preços dos imóveis localizados nos eixos de expansão da metrópole. Por outro lado, Mosqueiro detém uma grande quantidade de imóveis residenciais “vazios” e de boa qualidade, por se tratarem de moradias para veraneio. Como a Ilha não está às margens desses vetores principais de expansão da metrópole, seus imóveis não estão tão sujeitos à especulação. Por isso, eles possuem um preço relativamente menor do que aqueles mais diretamente ligados ao centro metropolitano. Desse modo, é possível comprar uma casa em Mosqueiro acabada e

com um número de cômodos maior, a um preço menor do que o comumente estipulado em Belém:

Aqui você encontra casas boas a um preço mais barato que Marituba, Ananindeua, Belém. Você encontra casas mais baratas e de melhor qualidade. Além de você morar num lugar cheio de praias. Isso influencia muito também (Tarcísio, corretor de imóveis, entrevista realizada em 15/08/2012).

Eu acho que Mosqueiro as casas são muito mais baratas porque aqui um terreno é muito mais barato que um terreno em Belém. Lá qualquer terreno é uma fortuna. Aqui eu compro um excelente terreno por 20 e 30 mil. Lá em Belém tu não encontra. Saindo aqui da 16 [uma das principais avenidas de Mosqueiro] tu encontra terreno de 12 mil ou 15 mil. Ai tu gasta mais uns 30 mil pra fazer uma casa bem simples e tu tem uma casa de 50 mil. Tu compra uma casa simples aqui em Mosqueiro por 40 mil. Tem até casa de 30 mil. Por que 30 mil? Porque aquele terreno ali custa na faixa de 5 mil, mal localizado, mas tu encontra. Eu mesmo tô vendendo no Murubira agora, uns oito terrenos de 16 por 30. O cara quer 3.500 reais, legalizado, escritura pública, registrado, documentado, por este valor. O que tu vai comprar em Belém por 35 mil? (Luiz Carlos, corretor imobiliário, entrevista realizada em 10/07/2012).

Um elemento importante destacado no relato é a compra do terreno. Geralmente nas áreas mais suscetíveis à valorização, a posse antecipada sobre o terreno pode garantir um sobrelucro de localização ao seu proprietário, em decorrência das transformações urbanas recentes na área, algo que facilita “(...) o acesso ao valor de uso complexo que completa a utilidade da moradia” (RIBEIRO, 1997, p.109). Sem dúvida, portanto, que a terra como veículo de acumulação de capital, a partir da ação de uma rede de agentes envolvidos na produção imobiliária, ocasiona a sobrelevação no preço dos imóveis construídos sobre ela. Por isso, Mosqueiro se torna uma alternativa viável em termos de local onde se pode encontrar uma moradia com preços cobrados abaixo da média daqueles em áreas mais centralmente localizadas.

Não obstante, mesmo em Mosqueiro, há diferenças de preços determinadas pela qualidade e pela localização das moradias no interior da Ilha. Com isso, a maior parte dos imóveis secundários convertidos em primeira residência são aqueles que fazem parte das áreas mais urbanizadas do distrito. Conforme aponta o Plano Diretor Urbano de Belém, essa área se estende da praia do Areião até a praia do Ariramba, recorte no qual encontramos “(...) o principal e mais antigo espaço turístico da Ilha” (RIBEIRO, 2007, p.32). É nela que achamos os imóveis

mais valorizados, justamente por estarem próximos do pequeno centro comercial e de serviços de Mosqueiro, no bairro da Vila.

A preferência é pela Vila. É claro que tem o pessoal que procura no Ariramba, Murubira, mas hoje eles têm preferência pela Vila. Porque é mais movimentado, e os serviços básicos estão lá. Farmácia, banco, rodoviária (Cássio, corretor de imóveis, entrevista realizada em 16/08/2012).

Assim, mesmo bairros como o São Francisco, ao lado do Ariramba, apresenta um adensamento imobiliário de segunda residência, por localizar-se perto dos bairros de maior fluxo turístico na Ilha (figura 04). Não é por acaso que muitas residências nesse bairro estão também sendo comercializadas (foto 07), outras, porém, encontram-se mais distantes (foto 08).

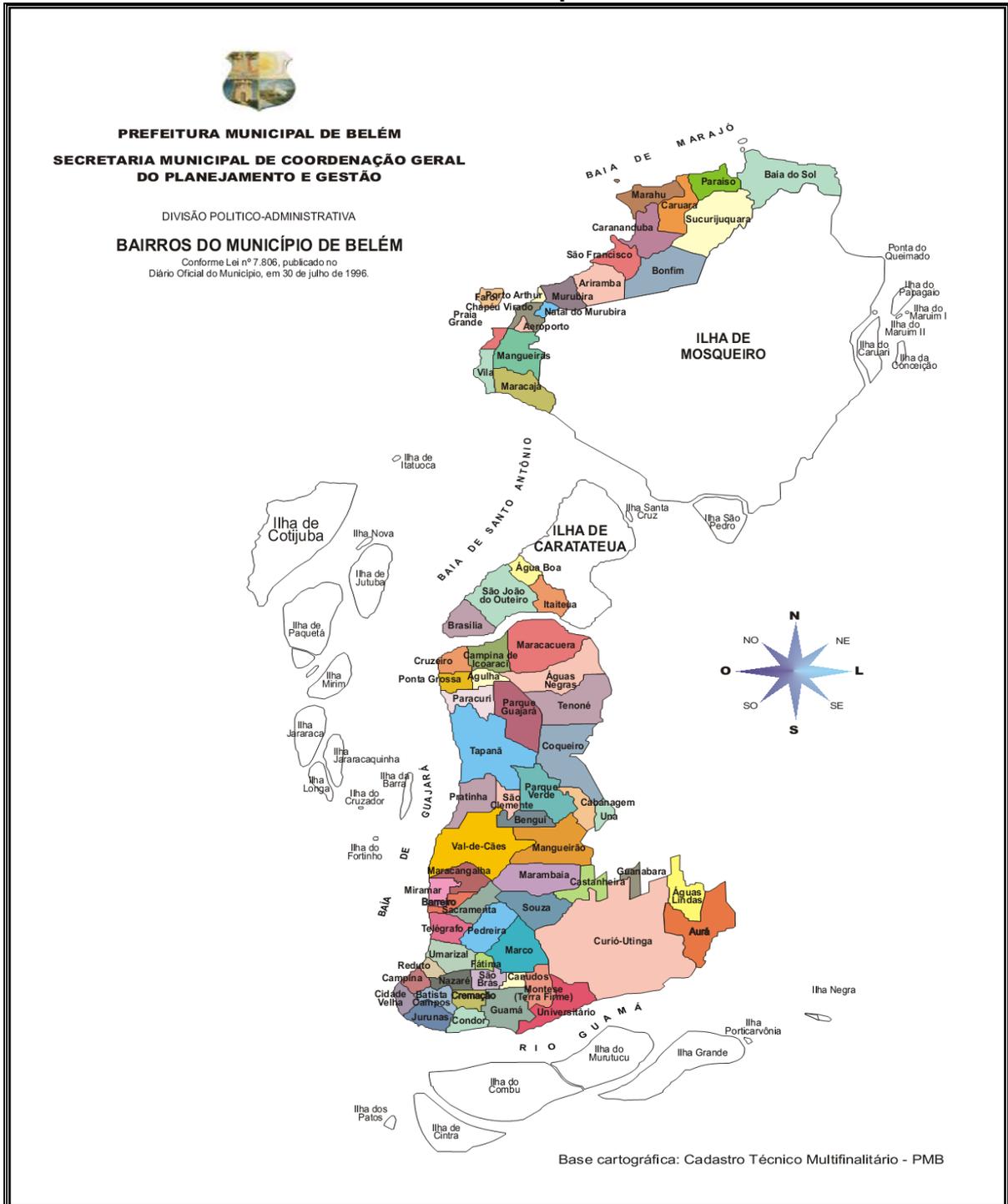


FOTO 07: RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA – imóvel avaliado em \$ 90.000,00 (noventa mil reais), com jardim, estacionamento, varandas, casa para caseiro, salas, quartos, cozinha, além de vista para a praia (Foto: João Araújo, jul. 2012).



FOTO 08: RESIDÊNCIA NO BAIRRO CARANANDÚBA – Imóvel que possui um terreno medindo 7 m de frente por 40 m de fundo, com ponto comercial, sala, banheiro, quarto nos altos e quintal. Avaliado em \$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) (Foto: João Araújo, agos. 2012).

Figura 04
Belém: subdivisão por bairros



Fonte: Segep, 1996

Até mesmo projetos de urbanização de baixadas no interior da Primeira Léguas Patrimonial de Belém têm contribuído para a incorporação de Mosqueiro como novo espaço de assentamentos residenciais de uso permanente. Trata-se do Projeto de Saneamento da Bacia da Estrada Nova. De acordo com este projeto, algumas famílias precisaram sair de suas antigas moradias de madeira localizadas em áreas alagadiças, próximas ou às margens do canal:

Por causa da indenização eu já vendi umas seis casas pra quem morava pra lá. O cara morava numa casa ruim e agora ta morando numa casa legal aqui. Entendeste. Com três quartos e o cara tem a renda dele, o carrinho, está aposentado, mora muito melhor aqui do que morava lá, nem se compara. Têm pessoas que são felizes de estarem morando por aqui (Luiz Carlos, corretor imobiliário, entrevista realizada em 10/07/2012).

Percebemos, com este exemplo, que forças contingenciais, isto é, não dirigidas pelos agentes capitalistas do imobiliário mais avançado, acabam interferindo na produção do espaço de Mosqueiro. Identificado pelos turistas como um local de refúgio do ambiente nevrálgico do centro metropolitano, da rotina estressante do labor e do itinerário casa-trabalho, a Ilha ainda apresenta características naturais que a diferencia das áreas dentro ou próximas do espaço metropolitano de Belém, incidindo, por sua vez, na escolha do distrito pelos novos moradores.

O pessoal ta saindo do centro da cidade. Estão cheio desses engarrafamentos, desse caos que é Belém. Aqui em Mosqueiro ainda é um paraíso (Cássio, corretor de imóveis, entrevista realizada em 16/08/2012). Mosqueiro tem todos os elementos da Amazônia, tem floresta, tem rio, tem igarapé, tem animais, agora é abandonado pelo poder público (Luiz Carlos, corretor imobiliário, entrevista realizada em 10/07/2012).

Mosqueiro é um lugar aprazível, é lindo aqui dentro, é um colírio, é tranquilo. Mosqueiro não é um lugar violento. Eu discordo desse papo que Mosqueiro é violento, tem muito assalto. Eu não vejo nada disso, mas se tu comparar com qualquer bairro de Belém, o número é quase nada. É claro que qualquer casa que tu comprar aqui em Mosqueiro e deixar sozinha, alguém vai levar, aqui em Mosqueiro, Rio de Janeiro ou em qualquer lugar (Luiz Carlos, corretor imobiliário, entrevista realizada em 10/07/2012).

Soma-se a isso o fato de que muitos que compram casas em Mosqueiro já apresentarem um histórico de uso do balneário, por meio do qual se construiu uma identidade espacial, carregada, muitas vezes, de fortes laços de afetividade. Não é de se estranhar, portanto, que a maioria dos que compram imóveis em Mosqueiro é do próprio município de Belém, município do qual sai a maior parte do

fluxo turístico que se destina a Ilha. Isto, aliás, é um indicativo do domínio do circuito inferior da economia no distrito, ainda mais se levarmos em conta a região amazônica e a metrópole belenense, fortemente marcada pela presença maciça da pobreza.

No litoral brasileiro, onde estão presentes algumas capitais, como Fortaleza e Natal, a produção imobiliária está estreitamente ligada à atividade turística e desperta, sobretudo, o interesse de investidores internacionais. De acordo com Silva e Ferreira (2007):

No caso do litoral nordestino, a partir de meados dos anos 90, uma faixa razoavelmente contínua tem se estabelecido como uma área de grande atração de investimentos estrangeiros, notadamente voltados para formação de parques residenciais, loteamentos, resorts, condomínios fechados e “condhotéis”. As atividades turísticas necessitam de uma rede de serviços urbanos, recepção, hospedagem e entretenimento aos visitantes, o que gera a produção de novos espaços adaptados à demanda internacional (SILVA; FERREIRA, 2007, p.113).

Foi criado pelo governo federal, nos anos 1990, o Programa de Desenvolvimento do Turismo – NE, que serviu de aporte institucional para a entrada do grande capital que atua no setor em escala internacional. Este, por sua vez, aproveitou-se da estrutura urbana já presente nessas cidades, uma vez que se tratava de apropriar-se de espaços localizados na área central das duas cidades de referência e não de espaços suburbanos carentes de infraestrutura. Tendo isso em vista, reestruturou-se o ambiente da oferta turística com o propósito de oferecer valores de uso que despertem os interesses de uma demanda nacional e internacional. Ainda segundo os dois autores, “(...) a aquisição de imóveis por turistas no Nordeste cresceu 200% e imóveis alugados por turistas cresceu 64,52%” (SILVA; FERREIRA, 2007, p.113).

O curioso é que mesmo em Mosqueiro alguns estrangeiros se fazem presentes. Entretanto, os que compram imóveis são aqueles que possuem algum vínculo conjugal com brasileiras. Não se trata, portanto, do estrangeiro que chega ao espaço turístico por intermédio das grandes empresas hoteleiras e de publicidade. Aliás, o estrangeiro que conhece Mosqueiro por meio dessas empresas, em sua grande maioria, frequenta a Ilha só de passagem.

Uma vez ou outra que aparece um estrangeiro por aqui, através de empresas turísticas. Só pra passear, pra comprar casa não. Diferente do Nordeste. Lá é uma rede. Aqui é um balneário (Tarcísio, corretor imobiliário, entrevista realizada em 15/08/2012).

Às vezes compra pra família morar, ou empresta, mas sempre tem brasileiro no meio. Nunca vendi pro estrangeiro casado com uma estrangeira, não! não! Ainda não aconteceu comigo. Toda vida 100% são mulheres casadas com estrangeiros, nunca o contrário, brasileiro casado com estrangeira (Cássio, corretor imobiliário, entrevista realizada em 16/08/2012).

(...) o estrangeiro daqui é menos, mas são os caras que têm. Qualquer motorista de taxi da Europa tem dinheiro. Hoje ele está ferrado lá, não tem emprego, não tem nada. Aí os caras vêm pra cá montar um negócio. Começa a vender pizza, ou outras coisas (Luiz Carlos, corretor imobiliário, entrevista realizada em 10/07/2012).

Diante do que foi exposto, percebemos que a conversão das residências secundárias em residências primárias ocorre na dependência da economia local, visto que o maior número de compradores advém do próprio município de Belém. Seja como for, porém, o fato é que Mosqueiro vem se transformando em um novo espaço de assentamento de residências de uso permanente, de tal modo que a demanda por determinados serviços e bens tem crescido:

(...) dia de semana tu vai ver a quantidade de gente que hoje está residindo em Mosqueiro. Entendeu. Quando eu vim morar pra cá, eu ia numa padaria só era eu, na farmácia só era eu e, hoje, tem uma fila, duas filas, onde tu vai tem fila aqui agora (Tarcísio, corretor imobiliário, entrevista realizada em 15/08/2012).

Essa mudança ocorre também em virtude de alguns proprietários de segunda residência transformar a mesma em suas residências principais, isto é, em sua moradia de uso permanente. Isto tem acontecido bastante entre os adultos mais próximos da terceira idade (60 anos em diante). É uma forma de tentar fugir dos lugares onde o estresse é produzido com mais intensidade, a exemplo do trânsito e do local de trabalho. Dessa forma, manter-se distante destes lugares torna-se sinônimo de qualidade de vida, de saúde mental e bem-estar social.

3.3.2 As organizações populares e suas redes de articulação política

Como vimos nos capítulos anteriores, o surgimento de novos espaços residenciais precários na periferia da RMB tem como pressuposto a valorização

capitalista do espaço. Contudo, cabe sublinhar que, ligado a isso, temos as formas organizativas dos movimentos populares e dos partidos políticos ligados a elas como esfera que impõe determinações na escolha locacional dos grupos sociais excluídos. É com esta ressalva que neste subcapítulo trabalharemos com quatro ocupações em Mosqueiro, quais sejam: Jardim Rosália (mapa 05), Mártires de Abril (mapa 06), Dorothy I (mapa 07) e Dorothy II (mapa 08).

De antemão gostaríamos de sinalizar que a expansão de assentamentos residenciais clandestinos não é privilégio apenas de Mosqueiro. Por isso, em realidade, eles reforçam uma das principais características da RMB, que é a presença maciça de ocupações em seu espaço institucional. De acordo com o Centro de Estudos da Metrópole (2007), 50% dos domicílios da Região Metropolitana de Belém são classificados como subnormais (FERREIRA, 2010). Se levarmos em conta os aglomerados subnormais com igual ou mais de mil domicílios por área, Belém chega a 88,6%(IBGE, 2010).

É nesse sentido que se pode dizer que a dispersão da metrópole da Amazônia oriental se dá basicamente em virtude do surgimento ou do crescimento de assentamentos precários nos municípios e distritos que formam a metrópole dispersa. A citação que se segue, retirada de Maricato (2003), é emblemática quanto a isso:

A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada (MARICATO, 2003, p. 152).

Mapa 05
Mosqueiro: assentamento “espontâneo” Jardim Rosália

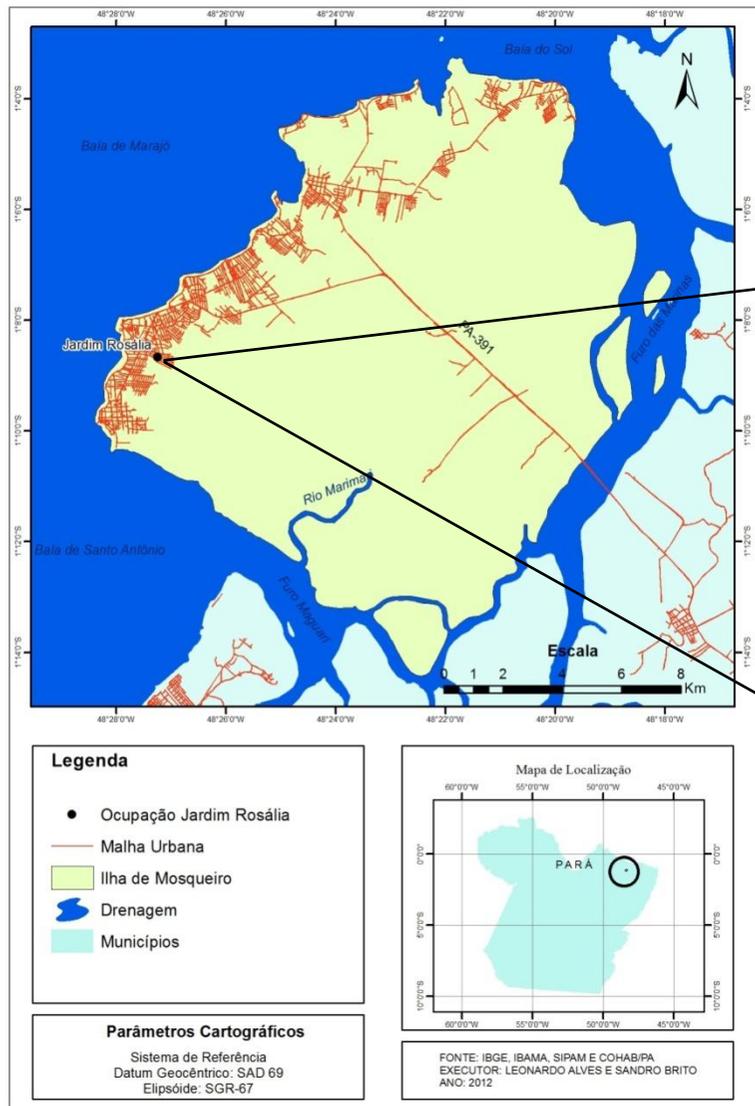


Figura 05 – Associação dos Moradores do Assentamento Jardim Rosália (trabalho de campo, 2012).



Figura 06 – Jardim Rosália: rua sem rede de esgoto e sem pavimentação (trabalho de campo, 2012).

Mapa 06
Mosqueiro: assentamento “espontâneo” Mártires de Abril

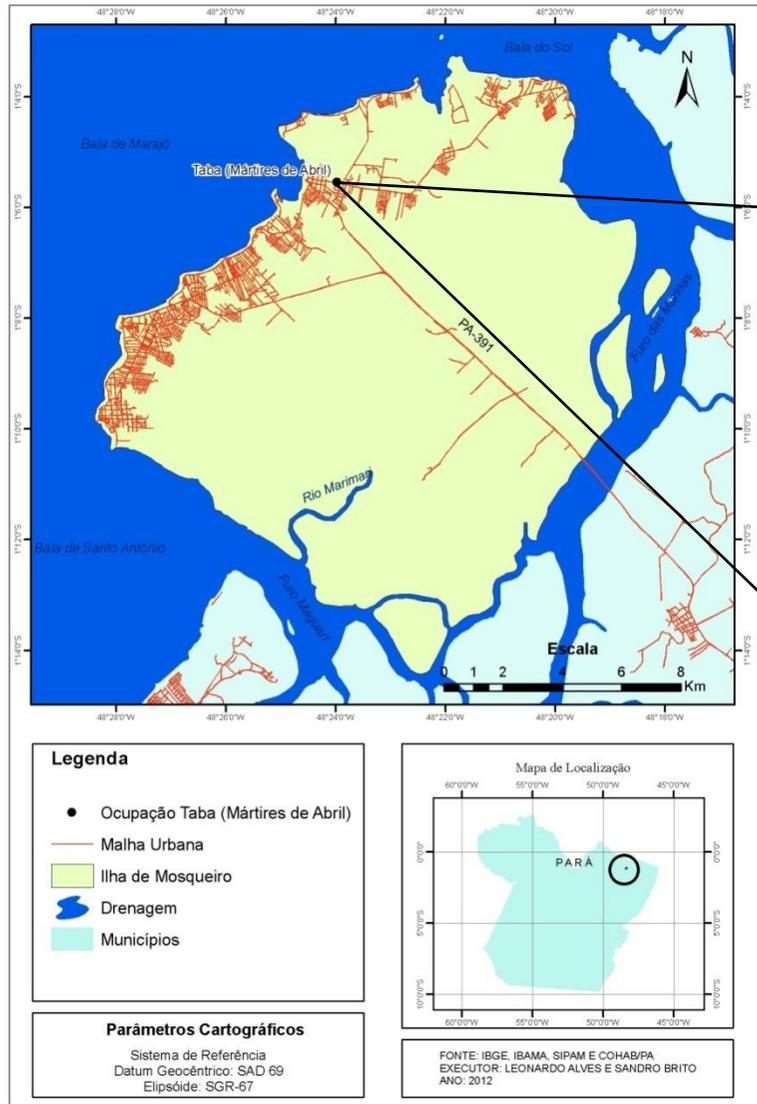


Figura 07 – Associação dos Moradores do Assentamento Mártires de Abril (trabalho de campo, 2010).



Figura 08 – Mártires de Abril: casas inacabadas, rua sem rede de esgoto e sem pavimentação (trabalho de campo, 2012).

Mapa 07
Mosqueiro: assentamento “espontâneo” Dorothy I

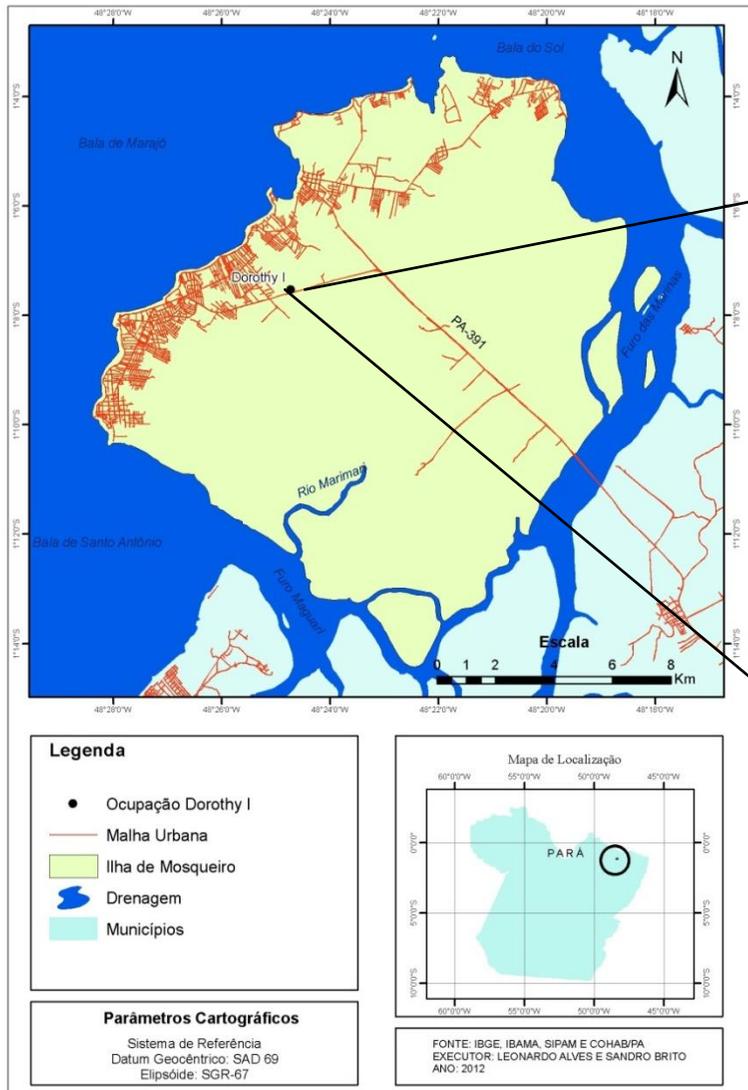


Figura 09 – Centro Comunitário da Ocupação Dorothy I (trabalho de campo, 2012).



Foto 10 – Dorothy I: casas inacabadas, ruas sem asfalto e rede de esgoto (trabalho de campo, 2012).

Mapa 08
Mosqueiro: assentamento “espontâneo” Dorothy II

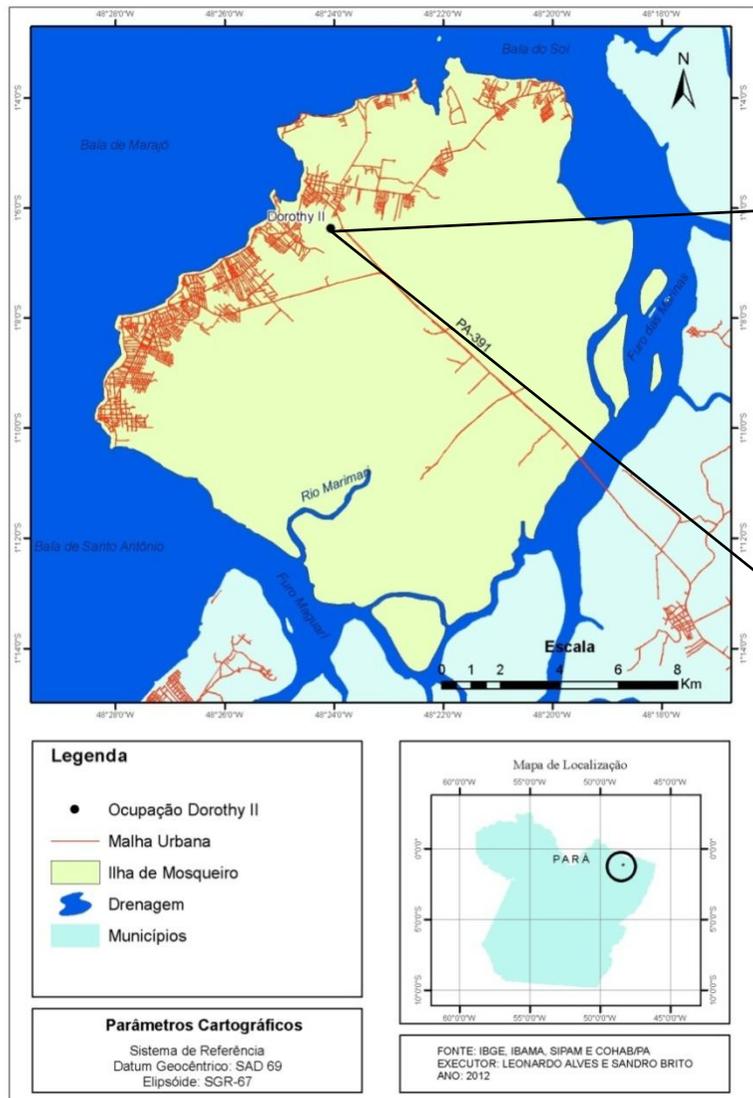


Figura 11 – Associação de Moradores da Ocupação Dorothy II (Foto: Sandro Brito)



Figura 12 – Dorothy II: rua sem revestimento asfáltico e iluminação pública (trabalho de campo, 2012).

Se Mosqueiro outrora se destacava por ser um espaço suburbano de lazer, hoje, entretanto, afirmamos que este distrito vem se conformando como um novo espaço de assentamentos residenciais precários, onde se percebe, por conta disto, o aumento da concentração de pobreza em seu território. Nas duas últimas décadas a carência, expressa na paisagem desses assentamentos, tornou-se um traço marcante da Ilha. Esse crescimento acelerado pode ser representado pelos quadros 04 e 05. No primeiro, temos a identificação de quatro ocupações em Mosqueiro registradas pela Prefeitura de Belém, pelo menos até 1998.

Quadro 04

Mosqueiro: ocupações “espontâneas cadastradas até 1998

Nº	Denominação	Distrito	Bairro
01	Mosqueiro	DAMOS	Maracajá
02	Ilha Bela	DAMOS	Marahú
03	Carananduba	DAMOS	Carananduba
04	Baía do Sol	DAMOS	Baía do Sol

Fonte: adaptado do Anuário Estatístico do Município de Belém (2000)

Quadro 05

Mosqueiro: Ocupações e seus respectivos Bairros (2008)

Nº	Denominação	Bairro
01	Pantanal	Vila
02	Cajueirinho	Maracajá
03	Poeirão	Praia Grande
04	Fazenda Clube	Praia Grande
05	Jardim Rosália	Chapéu Virado
06	Prainha	Prainha
07	Murubira	Murubira
08	ASCB	Natal do Murubira
09	Consciência	Porto Arthur
10	Variante	Murubira
11	Vasco da Gama	Murubira
12	Ariramba (Coragem)	Ariramba
13	Terra Alta	Bonfim/São Francisco
14	Igaracoco	São Francisco
15	Cajueiro (Vila Sapo)	Carananduba
16	Vila de pescadores	Carananduba
17	Pução	Carananduba
18	Curvão	Carananduba
29	Bairro Novo	Carananduba
20	Lote do Mendes	Carananduba
21	Estrela da Manhã	Carananduba

22	Coréia	Carananduba
23	Taba (Mártires de Abril)	Carananduba
24	Caruara	Caruara
25	Vale do Paraíso	Paraíso
26	Associação dos Produtores Rurais da Ocupação Arlinda Gomes do Vale (APROAR)	Sucurijuquara
27	Ipixuna	Baía do Sol
28	São Geraldo	Baía do Sol
29	Parque Severino	Baía do Sol
30	Dorothy I	PA-391/Posto de Combustível BR
31	Dorothy II	Rod. BL-13/PA 391

Fonte: adaptado de FERREIRA (2010)

Em 2008 esse registro apresenta uma ampliação considerável, conforme aponta o quadro 05.

Não é difícil de imaginar que a produção social do espaço atual de Mosqueiro tem se dado com base no aparecimento de casas com arquitetura improvisada e edificada com materiais de baixa qualidade, sem contar as ruas tortuosas e de piso de terra batida outrora encapado pela vegetação local. É o que percebemos no assentamento Mártires de Abril, localizado no bairro Carananduba (mapa 07), próximo da PA-391.

Fundado em 1999, esse assentamento foi resultado da ação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em uma área pública concedida à extinta empresa denominada Transportes Aéreos da Bacia Amazônica (TABA). Essa ação, em pleno espaço metropolitano, sinaliza uma nova tática adotada pelo movimento, a qual prevê a ocupação de áreas localizadas em ambientes urbanos, com a finalidade de mitigar os problemas vivenciados em lugares distantes dos mercados consumidores e com precária infraestrutura de circulação. Como colocado por Oliveira (1996 *apud* Bringel, 2001), a aproximação significa:

(...) obter um preço melhor para seus produtos, ou ainda para buscar condições e vantagens creditícias e/ou técnicas de modo a poder ter condições para continuar camponês, ou seja, continuar produzindo com sua família na terra (OLIVEIRA, 1996, p. 474 *apud* BRINGEL, 2001, p.47).

Para o movimento, sem isso, a base familiar da produção agrícola camponesa experimenta extremas dificuldades. Não que elas deixem de existir com a proximidade em relação aos centros urbanos. Todavia, elas tornam-se menos agudas, muito em função, também, do acesso aos projetos intermediados por instituições estatais com sede na capital. Um exemplo disso é o projeto CAUP (Centro de Agricultura Urbana e Periurbana), desenvolvido no assentamento e ligado à Universidade Federal do Pará.

As facilidades e dificuldades ficam claras nas palavras de uma das lideranças do movimento²⁴:

(...) nossa produção agente consegue vender aqui mesmo em Mosqueiro e quando sobra é pro nosso consumo mesmo. No caso da galinha e o peixe, nós temos uma criação só pra nós, pro nosso consumo. Temos criação de peixe, é pouco, mas temos, é em um tanque manual (Maria do Carmo, assentamento Mártires de Abril, entrevista realizada em 5/06/2012).

(...) agente ta produzindo óleo de coco, mas foi uma luta pra eu poder botar no mercado e eu ainda estou pelejando pra ver seu eu consigo fazer uma análise pra mim poder registrar, pra poder colocar no comércio e quando é na hora não tem valor o seu produto, mas se você vai comprar na Big-Bem o vidrinho deste tamanho é 50 reais e tu vende um litro por 50 reais (Maria do Carmo, assentamento Mártires de Abril, entrevista realizada em 5/06/2012).

Vemos que da produção até o consumo há uma grande diferença na distribuição dos dividendos auferidos entre os que produzem e os que comercializam o óleo de coco produzido no assentamento. Esses relatos nos indicam que essa produção agrícola familiar não dá conta de suprir as necessidades da família camponesa, de modo que esta procura suplementar sua renda com atividades tipicamente urbanas, contribuindo, assim, com o fluxo diário de pessoas entre Mosqueiro e Belém. Com isso, na luta pelo direito à terra e pela sobrevivência, o camponês torna-se parte integrante da dinâmica metropolitana ao viver, cotidianamente, o trânsito caótico que a lógica segregacionista do mercado capitalista impõe à produção heterogênea do espaço. Os engarramentos volumosos a serem enfrentados por quem mora em Mosqueiro são assim descritos:

(...) pra quem trabalha de manhã pega o ônibus as 4:30 da manhã pra chegar lá 7:00, porque o trânsito no entroncamento é ruim, eu saí daqui 12:00, que eu estou fazendo fisioterapia lá na curuzu, eu cheguei lá as

²⁴ Os nomes das lideranças comunitárias foram substituídos por pseudônimos com o objetivo de preservar a identidade dos informantes.

16:30 (Maria do Carmo, assentamento Mártires de Abril, entrevista realizada em 5/06/2012).

Essas dificuldades são igualmente experimentadas pelos moradores do Dorothy I. Criado em 2002, este assentamento iniciou-se distante das margens da PA-391. Tratava-se de uma estratégia dos ocupantes para não chamar a atenção da pessoa que, posteriormente, entrou com uma ação na justiça reivindicando o direito de propriedade sobre o terreno. Entretanto, com a divulgação da “invasão” na área, o número de pessoas interessadas em conseguir um lote na mesma foi ampliando-se, ao passo que as moradias precárias foram pouco a pouco substituindo a mata às margens da estrada que, até então escondia a ação dos primeiros ocupantes.

Além disso, os moradores, em geral, garantem sua sobrevivência utilizando parte do terreno para a criação de animais e para pequenas plantações. Segundo Franciele Souza quem tinha um terreno agrícola, possuía também uma moradia mais próxima da rodovia Augusto Meira Filho (PA-391). Contudo, da mesma forma que no Mártires de Abril, essas atividades são insuficientes para assegurar a manutenção da família, de modo que, conforme entrevista, os responsáveis pela renda familiar são obrigados à buscar trabalho na parte continental de Belém. Por isso, boa parte:

(...) tem que se deslocar pra Belém. A maioria se desloca pra Belém todo dia. Aí foi bom esse ônibus que pega, que cinco horas passa aqui. Aí fica bom pra eles, passa de manhã cedinho (Franciele Souza, assentamento Dorothy I, entrevista realizada em 28/05/2012).

Apesar da existência de linhas de ônibus em Mosqueiro, a dificuldade que acomete quem precisa do transporte coletivo diariamente é grande, tanto em termos financeiros, como em termos de acomodação e tempo. Isso porque a passagem mais barata cobrada pela empresa Viagem Bem Transportes custa três reais e trinta centavos, ao contrário dos coletivos que fazem o transporte dentro do continente, nos quais a tarifa é de dois reais. Outro ponto é que os coletivos, geralmente, seguem lotados para Belém e, o tempo de viagem é demorado, não simplesmente pela distância física, mas, sobretudo, pelo intenso fluxo de veículos de outros municípios da Região Metropolitana de Belém que se dirigem ao município-sede, especialmente pela parte da manhã (casa-trabalho) e pelo final da tarde (trabalho-

casa). A consequência do transporte deficitário é a superlotação, como podemos observar a partir das fotos 09 e 10.



FOTOS 09 E 10: SUPERLOTAÇÃO DE COLETIVO – A situação do transporte coletivo Belém-Mosqueiro tem sido alvo de várias queixas de quem depende diariamente do mesmo. Na foto, destaque para a superlotação, muito provavelmente por ser o último a se dirigir, a um preço menos oneroso, para a ilha (Foto: O Liberal, Atualidades, 2005, p.5).

Na ocupação Jardim Rosália, mais próxima do centro urbano de Mosqueiro, no bairro do Chapéu Virado, a preocupação é a mesma, conforme nos relatou Dona Vera em entrevista. “A dificuldade de locomoção é muito grande. Ônibus só na pista principal, só na 16, ainda com grande risco de vim lotado” (assentamento Jardim Rosália, entrevista realizada em 14/06/2012).

Surgida nos anos de 2002, o Jardim Rosália expressa um dos aspectos que é determinante para explica o aparecimento de novos assentamentos residenciais precários. Trata-se do crescimento vegetativo.

A média de moradores por domicílios no Brasil é de 3,3; no Estado do Pará é de 4,05 (Pnad, 2007). Em Belém esse índice caiu de 4,84 para 3,77 entre 1991 e 2010. Todavia, em Mosqueiro esse índice encontra-se um pouco acima da média em alguns bairros, como o próprio bairro do Chapéu Virado, com 3,81; o Aeroporto com 4,8; o Carananduba com 4,41 e o bairro da Praia Grande com 4,67.

Sendo assim, na medida em que os(as) filhos(as) vão casando e constituindo as suas próprias famílias, cresce a necessidade dos mesmos em adquirir a sua própria moradia. Entretanto, sem condições de comprar uma residência, os mesmos, quando possível, recorrem à “invasão” para conquistar o direito à casa própria.

Uma das características que marca as residências em bairros suburbanos precários é o aumento do número de famílias morando em uma única habitação. Desse modo, é comum, num mesmo imóvel, morar duas ou três famílias constituídas a partir da relação conjugal dos filhos da família original. Com isso, a ocupação aparece como uma alternativa viável para que essas recentes gerações constituídas tenham condições de adquirir um lote sobre o qual elas possam construir sua habitação.

Quem invadiu aqui invadiu para morar. A grande maioria é paraense e mosqueirense. São pessoas, assim, com seus antepassados menos distantes. Mas as pessoas que estão aqui hoje são pessoas da geração de pai e mãe que arrumaram filho e arrumaram esposa e moravam junto com a mãe, com cunhado e que aí surgiu a grande oportunidade de ter um barraco, houve muita solidariedade. Tinha casa com seis famílias (Dona Vera, assentamento Jardim Rosália, entrevista realizada em 14/06/2012).

o povo que vive aqui são realmente daqui mesmo e moram aqui mesmo em Mosqueiro, filhos vão casando, aí vai aumentando aquela família, e mais velha assim como eu que não sou de Mosqueiro, mas aí eu morava num terreno alagado lá pra banda da Vila. Aí quando surgiu aqui eu já vim pra cá que o terreno é seco, é bom dá gente morar (Franciele Souza, assentamento Dorothy I, entrevista realizada em 28/05/2012).

Parece notório, portanto, que a convivência em Mosqueiro tenha favorecido a escolha desses novos assentados em estabelecer uma moradia na ilha, por meio da ocupação de áreas até então cobertas pela mata; mesmo porque os dois principais eixos de expansão da metrópole (BR-316 e Augusto Montenegro), que no passado eram frequentemente foco de “invasões”, experimentam, atualmente, um processo de valorização capitalista da produção imobiliária que restringe o poder de negociação dos ocupantes em face dos proprietários dos terrenos sob condições de especulação.

Como visto no segundo capítulo, a expansão da produção genuinamente capitalista da moradia tem contribuído para reforçar o acesso diferenciado aos serviços e bens a partir dessas novas áreas incorporadas pelo capital. Estabelecido isso, torna-se mais difícil adquirir um imóvel no entorno dessas áreas, mesmo que “ilegalmente”. Deste modo, é mais viável ocupar espaços onde essa pressão do capital é praticamente inexpressiva, como Mosqueiro. Importa, entretanto, atentar para o aspecto propriamente político da ocupação, isto é, as possibilidades de articulação dos assentados com o poder político local institucionalizado.

Em 2002 foi a grande invasão. Aí os antigos proprietários tentaram reaver tudo. Aí já tinha essa associação comunitária que apoiava, já tinham partidos políticos que apoiavam, que na época era o PT, o Getúlio que nos deu apoio. Nessa época nós buscamos apoio nesses partidos, era a chamada esquerda. Esses apoios foram muito importantes na época. Imagina, eu tinha uma filha de dois anos de idade, pra mim morar dentro de mata onde nem carro entrava. O que eu mais queria era ouvir a fala de alguém pra pedir socorro (Dona Vera, assentamento Jardim Rosália, entrevista realizada em 14/06/2012).

(...) o prefeito que está aí agora ele quer que agente vire as costas pra ele e agente teve muito apoio na época que nós ocupamos. Foi o Edmilson, ele nos deu muito apoio, deu bastante na questão da terra (Maria do Carmo, assentamento Mártires de Abril, entrevista realizada em 5/06/2012).

Acreditamos, em vista do exposto nas citações, que a dispersão da metrópole tenha também um aspecto político e que, por isso, impõe determinações na hora da escolha do local a ser ocupado pelos posseiros. Esse apoio de políticos profissionais, na maior parte das vezes, é o único suporte que essas comunidades conseguem. Por essa razão, na tentativa de se resolver problemas elementares que afligem o assentamento, a exemplo do direito de permanência na terra ocupada, recorre-se aos parlamentares ou ao poder executivo mais próximo de uma

perspectiva social associada aos movimentos populares. É nesse momento que se desenvolve o clientelismo político, muito marcante na democracia do capital, a qual condiciona a ação das classes que vivem exclusivamente do trabalho aos meios postos por ela. Como destaca Santos (1998), a prática clientelista corresponde:

(...) ao movimento que confunde o ato de votar com a afinidade pessoal, diretamente criada, hoje por herança, por motivos de gratidão ou interesse sobretudo, mas também por outras razões menos íntimas, como afinidades éticas, estéticas, gremiais (SANTOS, 1998, p.71).

Assim, a precarização da dispersão metropolitana, que se expressa nesses novos assentamentos, nos revela uma dinâmica segundo a qual a ausência de condições objetivas para a solução definitiva dos problemas elementares que assolam parcelas nada desprezíveis da população metropolitana na Amazônia oriental é uma condição indispensável para explicar a articulação entre os posseiros e os políticos de Estado. A ressalva de Marx (2010) é emblemática neste sentido, quando o mesmo diz que os seres humanos não podem ser isolados ou abstraídos de suas circunstâncias sociais e econômicas.

À época do prefeito Edmilson Rodrigues, o pedido de aforamento do terreno pela TABA, junto à prefeitura de Belém, foi negado, favorecendo, com isto, a permanência dos ocupantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na área. Essa articulação também pôde ser vista entre os ocupantes do Jardim Rosália que recorreram ao agente distrital de Mosqueiro, da administração do prefeito acima citado, o senhor Getúlio Trindade, a fim de garantir a posse da área ocupada, no bairro do Chapéu Virado.

No caso da ocupação Jardim Rosália, além do crescimento natural da população, tem também a falta de moradia que aflige algumas pessoas que moram e trabalham nas casas de veraneio, especialmente como caseiras. Bem diferente do assentamento Mártires de Abril, no qual as pessoas que moram no assentamento não possuem histórico com serviços informais ligados ao turismo de segunda residência desenvolvido na Ilha. Isso pode ser constatado com base na tabela 21, na qual podemos visualizar a origem dos assentados.

Tabela 21
Mártires de Abril: origem dos assentados

Estados de Origem	Mobilidade	
	Belém (RMB)	Assentamento
Maranhão	2,6%	20%
Ceará	1,3%	8,9%
Piauí	0,3%	4,4%
Tocantins	0,06%	4,4%
São Paulo	0,5%	4,4%

Fonte: adaptado de BRINGEL (2001)

O assentamento Mártires de Abril é, pois, de antemão, resultado de uma articulação orgânica com vários movimentos sociopolíticos que atuam tanto na arena nacional como na arena internacional, seja no campo ou na cidade, assumindo, como neste caso, novas formas de ação. A título de exemplo, o MST recrutou várias pessoas que viviam nas periferias de Belém e que possuíam algum histórico de sobrevivência na zona rural (BRINGEL, 2001) para compor seu quadro de futuros ocupantes em Mosqueiro.

No Dorothy II a ocupação se deu por intervenção da Federação Metropolitana de Centros Comunitários e de Associação de Moradores (FEMECCAM), além do apoio do MST. Localizada às margens da PA 391, em direção à estrada da Baía do Sol, o assentamento surgiu em 2003, após uma ocupação coletiva, a exemplo do que aconteceu com a ocupação Mártires de Abril:

Aqui chegou aquele monte de gente, como no Mártires de Abril, que a característica tinha o dedo do MST. Então era aquela questão da organização, quer dizer, então veja bem, eles articulam, tem toda uma articulação pra você chegar lá e montar acampamento (Carlos Lemos, assentamento Dorothy II, entrevista realizada em 28/05/2012).

Com um nível de articulação mais amplo, a origem dos assentados envolve um horizonte geográfico maior. Assim, o assentamento possui pessoas do Estado do Maranhão, do Amazonas, de Mosqueiro, mas, fundamentalmente, da RMB:

(...) a maioria dessas pessoas que residem na nossa comunidade, elas são oriundas da Região Metropolitana de Belém. Aqui tem maranhense, massão

poucos, bem pouquinhos até. Eu até me admirei porque migra muita gente né, mas tem. Agora é do Amazonas, mas a maioria é paraense, tem um pouco de Mosqueiro, só que não é a maioria. A maioria é da Região Metropolitana. Aqui tem gente de Ananindeua, Marituba, Benevides (Carlos Lemos, assentamento Dorothy II, entrevista realizada em 28/05/2012).

É apropriado dizer que existe um fluxo intrametropolitano responsável pelo aparecimento de novos espaços de assentamentos. Diante disso, fica claro que para alguns o direito à moradia significa mudar-se de uma área periférica para outra área periférica da RMB. A vida como dependente domiciliar, em casa alugada, assim como a insegurança em seus bairros, os levam a migrar para outras zonas onde se tenta conseguir um lote e/ou uma moradia. Com isso, os inquilinos livram-se dos aluguéis e, por fim, a violência urbana é, pelo menos no plano imediato, ou seja, do novo assentamento, mitigada. Buscam-se, dessa forma, mais do que o direito de propriedade da terra e da casa. Luta-se também pelo direito de morar ou de usufruto da cidade sem os limites postos pelas contradições e desigualdades estabelecidas pela lógica de reprodução do capital.

Com relação aos movimentos de luta pela moradia em ambientes urbanos, notamos que no espaço metropolitano de Belém existe certo declínio desses movimentos no que diz respeito a uma ação mais independente dos aparatos políticos oficiais, ao contrário do que acontecia durante o período de regime autoritário no País, quando o acesso ao parlamento burguês era ainda mais limitado. Com a “abertura” política no Brasil, parece-nos que a perspectiva parlamentar tornou-se o foco principal da ação dessas organizações, em detrimento de uma política de base mais consistente e que aponte para um viés programático que preze por um entendimento amplo acerca da produção do espaço urbano. O resultado é a disseminação de práticas clientelistas e desvios burocráticos das organizações populares que deveriam agir tendo em vista a mais plena democracia.

Uma dessas organizações é a FEMECCAM, acusada pelos moradores do Dorothy I e II de enganar os assentados com a promessa de regularizar a ocupação (por intermédio de auxílio jurídico), e de ajudar no recolhimento de fundos para a construção da futura sede de seus centros comunitários.

Ela teve aqui dentro. Os pessoal que andavam, mas nos mentia muito. Era esse povo que eu dizia que mentiam. Eles eram da FEMECCAM. Eles diziam assim: olha! Nós já têm ventilador, nós já têm ferro elétrico pra levar pra lá, pra fazer bingo, pra levantar o centro. Só que aquilo nunca saia, não aparecia, podia até ser que tivesse. Eles podem pôr lá em nome da gente, né, mas que pra nós não chegava. Aí foi a raiva que eles pegaram de mim.

Até me tiraram da frente do trabalho (Franciele Souza, assentamento Dorothy I, entrevista realizada em 28/05/2012).

O advogado era da FEMECCAM, que era o que vivia aqui dentro. Ele pegou, fez uma reunião e disse pra eles assim: dos dois, vocês vão escolher, ou eu, advogado, ou ela, como presidente. Aí, até eu fiquei com medo, por ele ser advogado. Eu fiquei com medo dele sair e nós perder a terra (Franciele Souza, assentamento Dorothy I, entrevista realizada em 28/05/2012).

Fui à OAB e descobri que desde 2002 ele tava proibido de advocacia e tava aqui dentro sendo nosso advogado. Daqui ele levava o carro com farinha, pato, frango, e tudo ele levava daqui de dentro da comunidade. Aí eu peguei, tirei uma xerox desse documento e dei pra toda comunidade, mostrando como ele atuava. Aí eles leram, porque eu não gosto de mentira. Aí, a partir daí, a FEMECCAM saiu (Franciele Souza, assentamento Dorothy I, entrevista realizada em 28/05/2012).

A FEMECCAM entrou na nossa comunidade no início da ocupação, através de um grupo de político ligado ao Paulo Fonteles Filho. No início, ele botou um grupo de pessoas da FEMECCAM. Eles tinham uma ligação e eles deram acessória no início. Só que foi o seguinte, como a maioria das pessoas são leigas, muitas delas não conseguem nem assinar o próprio nome, eles estavam usando essas pessoas. Eles passaram cinco anos fazendo manobras aqui dentro da comunidade e ameaçando as pessoas. Dentre as pessoas ligadas a FEMECCAM, tinha advogados. Tinha um representante lá de vários movimentos, e quando ele ia fazer reunião, ele fazia questão de dizer quais eram os movimentos sociais. Aí eu vi que eles tavam manobrando essas pessoas aqui. Como eu vi que as pessoas estavam sendo manobradas, aterrorizadas por eles, eu procurei o Paulo Fonteles, pela história do pai dele e disse: olha! Tá acontecendo isso e aquilo outro. Você tem que tomar uma providência, mas parece que os assessores eram mais fortes que ele. Aí só teve um jeito, reunir a comunidade e votar contra eles. Resumindo, foram cinco anos de atraso porque a FEMECCAM não conseguiu legalizar essa comunidade. O apoio era mais jurídico e eles aterrorizavam, porque eles diziam: olha! tal dia agente vem pra cá fazer uma reunião com vocês. Aí era coleta pra gasolina deles, era almoço e tudo mais (Carlos Lemos, assentamento Dorothy II, entrevista realizada em 28/05/2012).

Cabe ressaltar que a despeito da FEMECCAM, fundada em 1985, tem-se um histórico de surgimento associado aos poderes políticos locais. Estes com nítidos interesses de cooptarem as lideranças comunitárias, no intuito de criarem bases eleitorais, através de concessões em torno do acesso à moradia (TRINDADE JR., 1998). Conforme este autor “a necessidade de fortalecimento político por parte da Federação Metropolitana, que surgia, e a necessidade de estar próximo das organizações populares, por parte do poder local, estimularam a aproximação de ambos (TRINDADE JR., 1998, p.288).

Atualmente, parece que a maior presença parlamentar dos partidos políticos que atuam na Federação, tal como o Partido Comunista do Brasil, tem favorecido o desenvolvimento de práticas burocráticas, ou seja, de práticas que

fogem do controle da base comunitária que a Federação diz representar. Tendo em vista uma adaptação mais profunda aos mecanismos de exercício do poder de Estado, com a intenção de garantir a permanência no mesmo, a ação da organização tornou-se, cada vez mais estranha aos interesses dos comunitários, o que culminou com a saída da FEMECCAM do assentamento Dorothy I e do assentamento Dorothy II, por meio de votação, em assembléia, entre os comunitários.

Assim, a separação dos que lutam pelo direito à moradia das condições objetivas para adquiri-la, os condicionam a se aproximar de forças políticas que utilizam seus cargos parlamentares para conseguir algum benefício para essas comunidades. Entretanto, na grande maioria dos casos, isso ocorre tendo em vista algum benefício eleitoral em troca. Trata-se, portanto, de uma relação assentada no favor, graças à dependência que os comunitários têm em relação aos órgãos do Estado responsáveis para garantir a provisão de determinados serviços. No relato a seguir podemos perceber essa relação envolvendo o assentamento Dorothy I e uma ex-deputada do Estado do Pará

Era uma barraquinha nosso centro, que até caiu. Era de madeirinha do mato. Aí caiu logo. Aí, quando eu tomei a posse, comecei pedir pros moradores pra registrar a associação. Fomos nós mesmos, moradores, que registramos. Nós não tivemos ajuda de ninguém. Eu fui pedindo pra um, pra outro e fomos juntando dinheiro e registramos a associação. Aí depois, muitos deles, pagam a associação e, com esse dinheirinho da associação, nós fizemos a creche, a sede. A sede já estava só um corpo. Na candidatura da Regina Barata, ela ajudou agente terminar, fazer a cozinha, os banheiros. Assim ficou tudo cru. Ela não ganhou, aí abandonou a gente. Aí nós tamos sem apoio, se arrastando e pedindo pra ir ajuntando (Franciele Souza, assentamento Dorothy I, entrevista realizada em 28/05/2012).

Como bem frisou Trindade Jr. (1998), esse tipo de prática é alimentado pela presença da FEMECCAM nos novos espaços de assentamentos que surgem como produto e condição do processo de reestruturação metropolitana de Belém, levado a efeito pela proliferação da produção capitalista da moradia na área de expansão da metrópole, como vimos no segundo capítulo, e, pelo maior distanciamento dos novos assentamentos residenciais precários do núcleo metropolitano. Com isso, a escolha espacial para a ação dos grupos sociais excluídos torna-se uma estratégia importante, pois ela pode significar uma base de apoio aos ocupantes, através de políticos “profissionais” a frente do governo

municipal, conforme aconteceu em Mosqueiro, envolvendo, como vimos nos relatos, posseiros e a administração de Belém na época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado foi possível estudar a dispersão metropolitana de Belém com base na análise das diferentes formas de produção da moradia, as quais se distinguem e ganham novos conteúdos em função da diferenciação locacional e em razão do período histórico considerado. Deste modo, a correlação de forças historicamente determinada entre os agentes produtores do espaço urbano define a apropriação de parcelas dos fragmentos metropolitanos, por este ou aquele agente. Na maioria dos casos, as áreas com equipamentos urbanos são incorporadas pelo capital, que busca, produzindo espaço, reproduzir-se de forma ampliada, enquanto que, por outro lado, os lugares carentes de infraestrutura urbana são focos de atuação dos grupos sociais excluídos.

É dessa maneira que se produz a segregação socioespacial, de acordo com a qual os pobres ocupam a periferia desprovida de amenidades espaciais e os ricos, ou, fragmentos da classe trabalhadora, melhor remunerados, ocupam os bairros mais centrais.

Entretanto, ao partirmos da teoria da produção social do espaço, fomos capazes de perceber, primeiro, que o espaço não é produzido apenas por forças estruturais determinadas pela ação direta dos agentes capitalistas e, segundo, que as áreas suburbanas não são, tão somente, ocupadas pelas camadas populares da sociedade. Considerando o recorte empírico deste estudo, isto é, Mosqueiro, viu-se o quanto isto é verdadeiro. Tradicionalmente utilizada como espaço de lazer, dentro do espaço metropolitano de Belém, a Ilha foi ocupada, ao longo de sua orla, por assentamentos residenciais de uso ocasional produzidos de forma “espontânea”, o que significa dizer, que os mesmos foram conformando a paisagem do distrito através do emprego do sistema de autoprodução de moradia, segundo o qual não é o processo de acumulação de capital que orienta a produção, mas sim a criação de valores de uso.

Isso tem relação direta com as particularidades que marcam a urbanização dependente do espaço amazônico. Com a integração das economias regionais iniciada durante a segunda metade do século vinte, a região foi obrigada a se inserir como espaço de consumo dos produtos fabricados no Centro Sul do País, especialmente dos complexos industriais paulistas. Além disso, deveria ser fonte de

recursos para o capital nacional e internacional. Diante de tal concorrência, a estrutura da economia regional sucumbiu antes mesmo de se desenvolver, de modo que parcelas consideráveis de pessoas que se dirigiram para Belém sobreviviam como podiam, na maioria dos casos em trabalhos informais. Por outro lado, a simplicidade da estrutura ocupacional da metrópole em formação não lhe permitia formar um contingente considerável de empresários e mão de obra de “colarinho azul e branco” que pudesse representar uma demanda local capaz de fomentar a produção capitalista do “imobiliário-turístico”, a exemplo do que acontece em metrópoles polinucleadas e em regiões metropolitanas de grande interesse para o capital internacional que atua nesse setor.

Contudo, sobretudo a partir do final dos anos 1990, a área de expansão do espaço metropolitano de Belém, que antes abrigava assentamentos residenciais populares, tornou-se de interesse tanto do capital de incorporação, que antigamente investia, principalmente na área central da cidade, como de capitais imobiliários oriundos de outros estados do País. Com isso, há uma valorização capitalista do espaço nessa área, através da produção imobiliária habitacional, com implicações na desconcentração de serviços e de comércios ligados ao circuito superior da economia urbana.

Como resultado, tornou-se cada vez mais difícil a ação dos grupos sociais excluídos nessas áreas, pelo maior interesse dos proprietários fundiários em inserir suas terras no circuito capitalista da produção imobiliária. Nesse sentido, novos espaços de assentamentos clandestinos vão surgindo nos demais municípios da RMB, bem como em seus distritos administrativos, algo que tornou Mosqueiro foco de nosso estudo.

Acredita-se, entretanto, que Mosqueiro possui algumas particularidades, por ser um espaço de lazer no qual, à primeira vista, não há interesse do capital de incorporação em investir. Uma das razões para isto é que existe uma grande quantidade de proprietários de imóveis de uso ocasional vendendo suas moradias, de modo que a habitação disponível no mercado não constitui uma raridade na Ilha. De outro lado, como apontamos acima, a falta de uma demanda transnacional que justifique altos investimentos na montagem de serviços turísticos sofisticados, faz com que o capital de incorporação prefira outras regiões onde as oportunidades de retorno são mais tangíveis.

Consequentemente, a incorporação de Mosqueiro como um novo espaço de assentamentos residenciais de uso permanente se dá de duas formas. Primeiro, através do crescimento do número de ocupações clandestinas e, segundo, por intermédio da transformação da habitação secundária em habitação primária. As ocupações clandestinas surgem em virtude de um imperativo objetivo, que é a necessidade de morar em algum lugar. A segunda, além disto, explica-se pela decisão de alguns proprietários em morar em suas casas de veraneio. Diante disso, a produção do espaço de Mosqueiro não prescinde da articulação entre o Estado e os agentes da produção imobiliária, como comumente acontece quando analisamos a produção capitalista da casa, edificada na periferia distante da metrópole, dominada por moradias populares e precárias, no primeiro momento, e, depois, por formas avançadas de produção do imobiliário capitalista.

Com esse amparo pode-se dizer que as dificuldades para a incorporação de Mosqueiro pelo circuito superior da economia urbana imobiliária não se deve às mesmas razões tradicionalmente apontadas para a incorporação de áreas valorizadas dentro do espaço metropolitano, quais sejam, o alto preço da terra e a ausência de crédito em longo prazo. Dessa forma, a reestruturação de Mosqueiro, possui uma dupla face. Primeiro, aquela que se expressa pela figura do pequeno corretor imobiliário, responsável por fazer a ponte de negociação entre proprietário do imóvel e o comprador e, segundo, os grupos sociais excluídos e a articulação política desenvolvida por eles para tentar garantir a permanência na terra ocupada.

Portanto, a desconcentração urbana engendrada pela prática da “invasão” está, em alguma medida, associada à “segurança institucional” que os ocupantes podem ter caso eles ocupem um espaço sob o domínio de grupos políticos com afinidades ideológicas, sendo isto, por esta razão, uma das determinações que explicam a escolha da localização de Mosqueiro pelas camadas populares.

Além do mais, a situação de extrema precariedade objetiva no modo de existir dos assentados nos faz romper a barreira epistemológica daquilo que chamamos de rural e urbano, a favor dos aspectos ontológicos emanados da realidade. Por isso, mais importante do que classificar se a forma de organização dos assentamentos é rural ou urbana, é perceber que os posseiros se inserem em formas de trabalho distintas de acordo com as suas necessidades e possibilidades. É nesse sentido que os mesmos fazem o que podem e não o que bem entendem para conseguir sobreviver, mesclando, de um lado, atividades de criação de animais e de

pequena agricultura e, de outro, trabalhando em atividades tipicamente urbanas, sobretudo no mercado informal.

Seja qual for o caso, o resultado é o mesmo, isto é, o aumento do número de pessoas morando em Mosqueiro. Apesar de algumas particularidades, a queixa de quem mora em assentamentos “clandestinos” na Ilha são praticamente as mesmas da maioria das pessoas que reside nas periferias das grandes cidades brasileiras. A falta de água tratada e encanada, o transporte coletivo insuficiente, a coleta de lixo inexistente ou irregular e a ausência de espaços de lazer, não obstante a presença das praias relativamente próximas.

Neste estudo observou-se também que muitos dos que compram moradias de uso ocasional na Ilha para morar vão em busca de qualidade de vida, porém, ao continuar esta tendência, aquilo que por eles é considerado como sinônimo de melhores condições de existência estará propício a desaparecer, isto porque essas mudanças representam a dispersão da forma urbana, mas também do modo de vida urbano. Assim, haverá o aumento do consumo de energia, de viagens de ônibus, de carros particulares, de tráfego de pessoas etc.

Assim, foi possível verificar o aumento do número de ocupações que ocorreram em Mosqueiro graças ao processo de valorização de parcelas do espaço metropolitano nos principais vetores de expansão do capital imobiliário, do que resultou no aumento da demanda por serviços dentro da Ilha, a exemplo da coleta de lixo, de energia e do transporte público. Percebemos, com isso, que o número de viagens permaneceu o mesmo de segunda a domingo, algo que não acontecia quando Mosqueiro era considerada um espaço de lazer por excelência.

Tendo em vista os aspectos observados, verificamos que a produção imobiliária em Mosqueiro não é, predominantemente, capitalista. Desse modo foi possível constatar a presença de formas de apropriação do espaço mediada pelo circuito inferior da economia, especializado na comercialização dos imóveis de segunda residência disponíveis na Ilha.

Assim, a presença de formas não capitalistas e semicapitalistas de produção da moradia, não raramente, é seguida pela produção imobiliária capitalista a cargo de grandes empresas, a exemplo do que vem acontecendo, atualmente, nos municípios periféricos da RMB.

Esse processo de dispersão imobiliária da metrópole, da qual Mosqueiro é parte, tende a fazer com que a Ilha seja incorporada futuramente pelo grande

capital, que, certamente, utilizará como estratégia de marketing, os atributos naturais do distrito para tentar produzir formas diferenciadas de assentamentos residenciais que, na verdade, mais homogeneizam do que diferenciam o espaço metropolitano.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM. **Saneamento**, 1995. Belém, 1996. 30 p.

_____. **Transportes**, 1995. Belém, 1996. 50 p.

_____. **Turismo**, 1998. Belém, 2000. 100 p.

_____. **Energia**, 1999. Belém, 2000. 230 p.

_____. **Transportes**, 1999. Belém, 2000. 280 p.

_____. **Transportes**, 2005. Belém, 2006. 485 p.

_____. **Transportes**, 2009. Belém, 2010. 395 p.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. n. 11, p. 107-122, set./out., 2003. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/pdf/N_11/turismo.pdf>. Acesso em: 19 out. 2011.

AZEVEDO, Sérgio de; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p.13-32.

BASTOS, Rodrigo Dantas. **Economia Política do Imobiliário: O Programa Minha Casa Minha Vida e o Preço da Terra Urbana no Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998.

_____. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, n. 6, p. 29-42, jan/jun.1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_4_becker.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2012.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRINGEL, Fabiano. **Do Rural ao Urbano**: territorialidade do MST em área metropolitana. Caso do acampamento Mártires de Abril em Mosqueiro. 2001. TCC (Graduação em Geografia) –Universidade Federal do Pará, Belém.

CATALÃO, Igor de França. **Brasília**: metropolização e espaço vivido – práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

CAVALCANTE, Flávia. **Metropolização e dispersão urbana na Amazônia**: a dinâmica socioespacial do município de Santa Izabel do Pará no contexto da urbanização belenense. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal do Pará, Belém.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. **Lotes Urbanizados e Unidades habitacionais no Pará (1997-2009)**[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gritonovacuo@yahoo.com> em 20fev. 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Wanderley Messias da; MORAES, Antônio Carlos Robert. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1993.

DAMIANI, Amélia Luísa. Por que urbanização crítica; por que não somente urbanização; problemas da urbanização...?In: OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: EUFA, 2010. p. 305-320.

DIEESE-PA. **Pesquisa de emprego e desemprego na RMB - 2011**. Belém.

FARRET, Ricardo Libanez. Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano. In: ____ (Org.). **O espaço da cidade**: contribuições à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985. p. 74-90.

FERREIRA, Helena Lúcia Damasceno. **Expansão urbana e periferização em áreas de interesse turístico**: o caso da ilha de Mosqueiro (Belém-Pará). 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia, Belém.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade**: lições da escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp>> Acesso em: 25 out. 2011.

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp>> Acesso em: 25 out. 2011.

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp>> Acesso em: 25 out. 2011.

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp>> Acesso em: 25 out. 2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Mapa de exclusão social do Pará 2010**. Disponível em <<http://www.idesp.pa.gov.br/>>. Acesso em: 25 out. 2011.

Invasões desordenadas ameaçam o futuro de Mosqueiro. **Diário do Pará**. 16 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.diariodopara.com.br/N-56498.html>>. Acesso em: 06 out. 2010.

LAGO, Luciana Corrêa do; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradia nas grandes cidades. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 33-48.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal e lógica concreta (dialética). In: _____. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 80-87.

_____. A sociedade burocrática de consumo dirigido. In: _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991. p. 77-119.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. O Capital e a Propriedade da Terra. In: _____. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.131-172.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LENCIONI, Sandra. **Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**. n. 39, p. 7-20, 24 de fev., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/rgeong/n39/art02.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

_____. *et al.* (Org.). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, 2011.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, nº1, p. 71-91, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../7/6>>. Acesso em 09 fev. 2011.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n. 48, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

MARX, Karl. **Capítulo VI, Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Introdução. In: _____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer e Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 37-64.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução João Maia. 7º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MCKENZIE, Robert Davis. El ámbito de la ecología humana. In: THEODORSON, G. A. **Estudios de ecología humana**. Tradução Javier González Pueyo. Barcelona: Labor, 1974. p. 57-68.

MEIRA FILHO, Augusto. **Mosqueiro**: ilhas e vilas. Belém: Grafisa, 1978.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Sundermann, 2008.

FERNANDO, carlos. Viagem para Mosqueiro é via-crúcis. **O liberal**, Belém, p.3, 28 jul. 2005.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Segregação e produção imobiliária na metrópole latinoamericana: um olhar a partir da cidade de São Paulo. In: LENCIONI, Sandra et al (Orgs.). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, 2011. p.65-84.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. **Ordem e desordem do território turístico**: a chegada do estranho e os conflitos de territorialidades na orla oeste de Mosqueiro,

Belém/PA. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém.

RODRIGUES, Edmilson Brito. Espaço-ambiente intra-urbano e qualidade de vida. In: _____. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém**. Belém: Editora, 1996. p. 93-181.

SALES, Gil Mendes. **Ecologia da paisagem da ilha do Mosqueiro, NE do Estado do Pará**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal do Pará, Belém.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SARAIVA, Antônio Cesar. **Redes técnicas, turismo e desenvolvimento socioespacial na Ilha de Mosqueiro, Belém-PA**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – , Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, Alexssandro Ferreira Cardoso da; FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo. Dinâmica Imobiliária e Turismo: novas relações, novos riscos. **Cadernos metrópole**, São Paulo, nº 18, p.109-133, 2º sem. 2007. Disponível em: <<http://www.cadernosmetropole.net/>>. Acesso em 10 de mar. 2011.

SOUZA, Marcelo Lopez de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Ática, 1996.

TOPALOV, Cristian. Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil. In: FORTI, Reginaldo. **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979. p. 53-80.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. **A cidade dispersa: novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) –, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. **Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia - Ufes**, v. 1, n. 1, p. 117-129, jun. 2000. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

TULIK, Olga. **Residências Secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo**. 1995. Tese (Livre-docência) - Ciências Sociais Aplicadas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.